

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

LUIS CÉSAR RODRIGUES JACINTO

**SABERES DE RESISTÊNCIA, IDENTIDADES E PERTENCIMENTOS NO SUL
DO BRASIL: MODOS DE SER E VIVER NAS NARRATIVAS DE QUILOMBOLAS DA
COMUNIDADE DE PALMAS (BAGÉ, RS)**

**Bagé
2019**

LUIS CÉSAR RODRIGUES JACINTO

**SABERES DE RESISTÊNCIA, IDENTIDADES E PERTENCIMENTOS NO SUL
DO BRASIL: MODOS DE SER E VIVER NAS NARRATIVAS DE QUILOMBOLAS DA
COMUNIDADE DE PALMAS (BAGÉ, RS)**

Dissertação apresentada ao Programa de
Mestrado Acadêmico em Ensino da
Universidade Federal do Pampa, como
requisito parcial para obtenção do título
de Mestre em Ensino.

Orientadora: Profa. Dra. Clara Zeni
Camargo Dornelles

**Bagé
2019**

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais).

J12s Jacinto, Luis César Rodrigues

Saberes de resistência, identidades e pertencimentos no sul do Brasil: modos de ser e viver nas narrativas de quilombolas da comunidade de Palmas (Bagé, RS)/Luis César Rodrigues Jacinto
138 p.

Dissertação (Mestrado)– Universidade Federal do Pampa, MESTRADO EM ENSINO, 2019.

"Orientação: Clara Zeni Camargo Dornelles".

1. Comunidade quilombola de Palmas. 2. Narrativas. 3. Identidades. 4. Pertencimentos. 5. Saberes de resistência.I. Título.

LUIS CÉSAR RODRIGUES JACINTO

**SABERES DE RESISTÊNCIA, IDENTIDADES E PERTENCIMENTOS NO SUL
DO BRASIL: MODOS DE SER E VIVER NAS NARRATIVAS DE QUILOMBOLAS DA
COMUNIDADE DE PALMAS (BAGÉ, RS)**

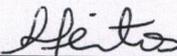
Dissertação apresentada ao Programa de
Mestrado Acadêmico em Ensino da
Universidade Federal do Pampa, como
requisito parcial para obtenção do título de
Mestre em Ensino.

Dissertação defendida e aprovada em 29 de Agosto de 2019.

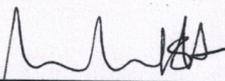
Banca Examinadora:



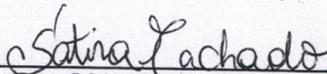
Profa. Dra. Clara Zeni Camargo Dornelles
Orientadora
PPGE/Unipampa



Profa. Dra. Leticia Fonseca Richthofen de Freitas
PPGL/UFPEL



Profa. Dra. Diana de Paula Freitas Salomão
PPGE/Unipampa



Profa. Dra. Sátira Pereira Machado
Unipampa

DEDICATÓRIA

Dedico esta obra *in memoriam*: a minha magnífica mãe, Neusa, que em sua breve passagem pelo aiê deixou legado de bondade, honestidade, perseverança e gentileza, pelo amor incondicional e maternal, que continuam a me inspirar em cada passo da minha trajetória, seus saberes e ensinamentos estão eternizados na minha memória. Também *In memoriam*, a meu pai Arami pelo companheirismo, pelo carinho, pela proteção espiritual, pela confiança depositada na minha caminhada; sua espiritualidade continua a me guiar e proteger. *In memoriam* a minha filha Aleixa, que partiu para o orum, ainda anjo, obrigado pelos alegres breves momentos em que juntos estivemos, minha eterna bebê. Aos meus filhos Larissa e Luis César Júnior pelo carinho de sempre, pelo apoio, pela compreensão, pelas escutas e por tolerarem minhas ausências físicas e não físicas, durante a escrita desta dissertação. Também para todos que lutam por justiça e igualdade de direitos.

AGRADECIMENTOS

À Olorum, senhor supremo, criador do Orum e do Ayê e de todas as formas de vida; A Ifá pelo destino que me concedeu uma família maravilhosa e me encaminhou para o percurso da militância e da academia, aos orixás da criação Odudua e Oxalá.

Aos meus orixás Exu, meu guardião que me livra dos perigos e abre os caminhos das estradas mais tortuosas; Iansã, minha mãe espiritual, que com seus raios ilumina minha estrada e com seus trovões afasta os perigos; Xangô, que traga a justiça que o seu povo tanto clama, Ogum por vencer as demandas, a Omolu por curar as enfermidades. A falange dos pretos velhos, Rei Congo, que encantou e protegeu minha infância e me guia até a atualidade, também ao preto velho Jerônimo por orientar que eu deveria transformar minhas vivências em escrita. Aos Orixás, Inkices, Voduns e Cabocos.

A minha esposa Sônia pelo carinho, pelo zelo e por coordenar múltiplas coisas em tempos de construção de dissertação e do seu jeito compreender esta escrita.

Aos meus filhos Larissa e Luis César Júnior pelo carinho e compreensão e todos os momentos que compartilham comigo.

Para minha amada neta Kyara pela doçura, pelo encantamento, por proporcionar felicidade para o vovô em todos os momentos.

Ao Alexander Guedes (Mano), filho do coração, sempre preocupado comigo, obrigado pelo apoio e carinho.

A minha orientadora Profa. Dra. Clara Dornelles por acreditar na minha pesquisa e na respectiva autoria, por compartilhar saberes, emoções em sua resignada postura de alteridade. Obrigado pelo carinho, por todas as ajudas, por conhecer o meu lugar e território de pesquisa, imprescindível para consecução desta dissertação.

As gloriosas guerreiras e os gloriosos guerreiros quilombolas de Palmas pelos aprendizados, por aceitarem minha proposta de pesquisa e pelo exemplo de resistência e afirmação de uma identidade quilombola. Aos participates da pesquisa minha gratidão pelo protagonismo.

Ao conjunto do Movimento Social Negro brasileiro pelos múltiplos aprendizados de luta, resistência e mobilização pela reparação ao povo negro.

A profa. Dra. Luana Zambiazzi dos Santos pela confiança por me oportunizar a minha primeira participação em uma banca examinadora.

A profa. Msc. Cláudia Corral, amiga, conselheira, por acreditar na minha trajetória acadêmica e afirmar que é possível se alcançar os sonhos.

Ao meu amigo e incentivador Marcelo Florentino Rodrigues por me seguir nessa trajetória de lutas e pelo constante apoio.

A minha amiga/irmã Estefania Jaekel, que a militância e a academia me presentearam, grato pela irmandade e parceria e por incentivar as minhas trajetórias de lutas e de resistências.

Ao Prof. Alcy Moraes pela amizade, acolhida e apoio de sempre no decorrer do percurso.

A Universidade Federal do Pampa, em especial ao programa de Pós-graduação em Ensino, a secretaria acadêmica, a direção do campus pelo apoio e ao NEABI Oliveira Silveira.

A Elimara Gonçalves, apoiadora da minha luta, presente em todas as defesas da minha trajetória acadêmica.

As integrantes da banca:

Profa. Dra. Sátira Pereira Machado, intelectual negra e militante de referência, obrigado pela inspiração e pelo reconhecimento da minha contribuição a nossa causa;

Profa. Dra. Diana Salomão pelo carinho de compartilhar o sensível e os aprendizados e pela efetividade na avaliação do trabalho;

Profa. Dra. Letícia de Freitas pela honra de aceitar o convite para avaliaresta dissertação e a dedicação da análise.

A colega de mestrado e orientação Cristiane Azambuja pelo apoio e presença constante nas qualificações e defesas dos colegas.

Ao colega de mestrado Ricardo Brião pelas conversas animadoras na trajetória da pesquisa.

Meu reconhecimento ao MPF e a DPU por lutarem pelas causas dos mais humildes e necessitados tanto nas ações privadas quanto coletivas e o apoio a questão quilombola.

Meu reconhecimento aos excluídos deste país (indígenas, quilombolas, negros, pobres e miseráveis) pela inspiração para tornar-me um humilde pesquisador.

EPÍGRAFE

“Nem reis, nem barões comprarão a consciência de quem faz arder a chama da resistência. Na sua pintura pinte um retrato de Deus, na arquitetura erga vários coliseus, mas nunca se esqueça que do velho nasce o novo. E todo poder só é real se vem do povo”.

Nei Lopes

RESUMO

Esta dissertação buscou compreender como se constrói a identidade quilombola e o que nos ensina a comunidade quilombola de Palmas a partir de narrativas sobre a sua constituição. A comunidade é formada por negros descendentes de escravizados da região, informação registrada no laudo sócio, histórico e antropológico, marcada no decorrer da sua história por movimentos de resistência pela dignidade e pela sobrevivência e, na atualidade, pela luta pela garantia da posse de suas terras. A partir das narrativas dos participantes, procurei compreender quais saberes foram construídos na trajetória da comunidade, as identidades que emergiram e o pertencimento dos moradores quilombolas. Para compor cientificamente esta pesquisa, decidi pela abordagem de cunho qualitativa Chizotti (2006) e a perspectiva da Linguística Aplicada indisciplinar (MOITA LOPES, 1998, 2006; CAVALCANTI, 1986, 2006). Utilizei como percurso metodológico para a geração de dados a pesquisa narrativa, seguindo as orientações de Clandinin e Connelly (2015), Toledo, Soligo e Simas (2014) e Jovchelovitch e Bauer (2015), que nortearam o percurso metodológico para a pesquisa narrativa e a entrevista narrativa para geração e produção de dados na perspectiva das narrativas tridimensionais. Também fiz uso de dados documentais para expandir as narrativas dos participantes. Para compreender o contexto da constituição das comunidades quilombolas no país, apoiei-me em Moura (2001), Munanga (2001) e Maestri (2001); para o conceito de identidade, identidade cultural e diáspora, em Hall (2003, 2005); Munanga (1994, 2005, 2006) e Gomes (2006); para tratar do conceito de comunidade, em Bauman (2001, 2003); e de globalização, em Santos (2010). Os resultados da pesquisa mostram que a identidade quilombola está em construção em meio a conflitos e disputas territoriais. As narrativas sobre o processo de constituição da identidade quilombola constituem um saber de resistência, que provém da necessidade de auto-reconhecimento e auto-definição, pois o ato de se reconhecer e se determinar quilombola, e a organização comunitária são saberes relevantes para a postura de resistência assumida. O pertencimento, por sua vez, se relaciona à escolha por não abdicar das relações que caracterizam a identificação com este contexto social e cultural. Ao tomarem conhecimento e renarrarem a luta, os participantes da pesquisa constituem saberes que proporcionam o conhecimento de si, denominados nesta pesquisa de saberes de resistência. Ao narrarem suas trajetórias de luta pela terra, os participantes se reconhecem como quilombolas, o que fortalece o vínculo comunitário.

Palavras-chave: Narrativas. Comunidade quilombola de Palmas. Identidades. Pertencimentos. Saberes de resistência.

ABSTRACT

This thesis sought to understand how the quilombola identity is built and what the quilombola community of Palmas teaches us in narratives about its constitution. According to information recorded in the socio, historical and anthropological report, the community is made up of black descendants of slaves in the region, and it is constructed throughout its own history by movements of resistance for dignity and survival and, today, by the struggle for the guarantee of the possession of rights and lands. From the participants' narratives, I tried to understand what knowledge was built in the community's trajectory, the identities that emerged and the belonging of the quilombola residents. In order to scientifically compose this research, I decided to take a qualitative approach (CHIZOTTI, 2006) and the perspective of undisciplined Applied Linguistics (MOITA LOPES, 1998, 2006; CAVALCANTI, 1986, 2006). As for the methodological procedures for data generation, I made use of narrative inquiry, following the orientations for producing tridimensional narratives in the perspective of Clandinin and Connelly (2015), Toledo, Soligo and Simas (2014), and Jovchelovitch and Bauer (2015). I also made use of documental data in order to expand participants' narratives. To understand the context of the constitution of quilombola communities in the country, I relied on Moura (2001), Munanga (2001) and Maestri (2001); for the concept of identity, cultural identity and diaspora, in Hall (2003, 2005); Munanga (1994, 2005, 2006) and Gomes (2006); to deal with the concept of community, in Bauman (2001, 2003); and globalization, in Santos (2010). The results show that quilombola identity is under construction within territorial conflicts and disputes. Narratives about the process of constitution of the quilombola identity constitute a knowledge of resistance, which comes from the need for self-recognition and self-definition, because the act of recognizing and determining oneself a quilombola as well as community organization are relevant knowledge for the resistance positioning. Belonging, in its turn, is related to the choice for not abdicating the relationships that characterize identification with this social and cultural context. Upon learning about and retelling the struggle, the research participants constitute knowledge that promote knowledge about themselves, which in this research we call resistance knowledge. In narrating their trajectories of struggle for the land, the participants recognize themselves as quilombolas, which strengthens the community bond.

Keywords: Narratives. Palmas quilombola community. Identities. Belongings. Resistance knowledge.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa da localização de Bagé/RS.	53
Figura 2 – Mapa com a localização do Rincão do Inferno.....	55
Figura 3 – Equipamentos da rádio comunitária	63
Figura 4– Inauguração do telecentro.....	64
Figura 5 – Entrega do trator para a comunidade quilombola de Palmas.....	65
Figura 6 – Construção de cisterna em mutirão.....	67
Figura 7 – Rincão do Inferno.....	88
Figura 8 – Moradia tradicional	90
Figura 9 – Curso de formação para lideranças quilombolas	111

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Principais fases da entrevista narrativa	32
Tabela 2- Pseudônimos dos participantes e os respectivos significados.....	35
Tabela 3- Perfil dos participantes e descrição do contexto da entrevista	39
Tabela 4- Demonstrativo comparativo de áreas quilombolas no país.....	51
Tabela 5- Relação número de comunidades identificadas x certificadas	52

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABPN- Associação Brasileira de Pesquisadores Negros

ADCT- Ato das Disposições Constitucionais Transitórias

ART- Artigo

CAPES- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior

CEAFRO KILOMBO- Centro de Estudos e Cultura Afro-brasileira Kilombo

CF- Constituição Federal

CONAPIR- Conferência Nacional de Promoção de Políticas de Igualdade Racial

CPT- Comissão Pastoral da Terra

ELETROSUL- Centrais Elétricas SA

EMATER- Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

FCP- Fundação Cultural Palmares

FEAPER- Fundo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento dos Pequenos Estabelecimentos Rurais

FNB- Frente Negra Brasileira

FNS- Fundo Nacional de Solidariedade

IACOREQ- Instituto de Assessoria as Comunidades Remanescentes de Quilombo

ICPJ- Instituto Cultural Padre Josimo

INCRA- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IFSUL- Instituto Federal Sul Rio-Grandense de Educação Ciência e Tecnologia

LA- Linguística Aplicada

LDB- Lei de Diretrizes e Bases da Educação

MPF- Ministério Público Federal

MNU- Movimento Negro Unificado

PF- Polícia Federal

PLPT- Programa Luz Para Todos

PPGE/FAE- Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Pelotas

PBQ- Programa Brasil Quilombola

RTID- Relatório Técnico de Identificação e Delimitação

SEPPIR- Secretaria Especial de Políticas de Promoção de Igualdade Racial

STF- Supremo Tribunal Federal

TC- Termo de Consentimento

TEN- Teatro Experimental do Negro

UERGS- Universidade Estadual do Rio Grande do Sul

UNIPAMPA- Universidade Federal do Pampa

UFPEL- Universidade Federal de Pelotas

UFRGS- Universidade Federal do Rio Grande do Sul

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
1.1 Entrelaçando modos de ser e viver: família, militância e academia.....	15
1.2 A comunidade quilombola de Palmas como tema de pesquisa	21
1.3 Organização da dissertação.....	25
2 NARRATIVAS TRIDIMENSIONAIS NA CONSTITUIÇÃO DOS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DO PERCURSO DA PESQUISA	28
2.1 Ponto de vista teórico-metodológico do pesquisador	28
2.2 Caracterização da pesquisa narrativa tridimensional	30
2.3 Contexto do território das entrevistas e do perfil dos participantes da pesquisa	33
2.4 Procedimentos para produção e análise dos dados	38
3 QUILOMBOS: CONTEXTOS DE TERRITÓRIOS DE LUTAS E RESISTÊNCIAS	42
3.1 A constituição dos quilombos no Brasil e no Rio Grande do Sul	42
3.2. A trajetória de lutas na busca do reconhecimento dos quilombos na legislação.....	46
3.3 Quilombo de Palmas: da invisibilidade histórica a luz das políticas públicas	53
4 A CONSTITUIÇÃO DAS IDENTIDADES E PERTENCIMENTOS NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE PALMAS	69
4.1 As identidades em tempos de pós-modernidade numa sociedade globalizada	69
4.2 A constituição da identidade quilombola no contexto da vida comunitária	74
4.3 Pertencimento e comunidade: ressignificações das vivências quilombolas	82
5 OS SABERES QUILOMBOLAS DE PALMAS, ENTRELAÇAMENTOS ENTRE A EDUCAÇÃO FORMAL E NÃO FORMAL.....	93
5.1 O protagonismo negro pelo direito à educação.....	93
5.2 Os Saberes de Resistência quilombolas emergidos na pesquisa.....	99
6 CONCLUSÃO	118
REFERÊNCIAS.....	123
APÊNDICE A	127
ANEXOS	128

1 INTRODUÇÃO

1.1 Entrelaçando modos de ser e viver: família, militância e academia

Oriundo de família pobre, constituída majoritariamente de negros trabalhadores e assalariados, fui batizado Luis César Rodrigues Jacinto, filho de Neusa Maria Rodrigues Jacinto e Arami da Silva Jacinto, meus primeiros mestres, responsáveis pelas primeiras e mais importantes lições, pois acreditavam que a educação era o caminho para cidadania e a construção de uma vida mais digna. Desde cedo procuraram me conscientizar para as dificuldades que enfrentaria na trajetória pelo fato de ser negro e pobre no Brasil, principalmente por residir na região da campanha do Rio Grande do Sul, na cidade de Bagé de constituição conservadora.

Na minha infância e juventude observava no meu entorno situações que me instigavam e provocavam questionamentos sobre estes lugares que já eram determinados para a população negra, situações naturalizadas nas relações sociais imersas num racismo institucionalizado. A fase da infância talvez tenha sido a mais cruel, pois sou do período em que a televisão se popularizou e se consolidou como veículo de massa, e naquela década passou a estar presente em praticamente todos os lares brasileiros, exercendo considerável influência na geração dos anos de 1970.

A ausência de apresentadores negros nos telejornais, assim como a presença reduzida de atores e atrizes afro-brasileiros nas telenovelas, e de humoristas em programas do gênero, predominantemente coadjuvantes, praticamente invisíveis, afetaram minha autoestima e a constituição de uma identidade negra positiva, já que além de discreta e pouco representativa, a participação desse segmento populacional se limitava na maioria das vezes a personagens folclorizados, escravizados, que surgiam isolados nas tramas, sem família, representando o pitoresco da história, o capanga, jagunço ou a empregada doméstica (ARAÚJO, 2000)¹. O racismo institucionalizado não permitia o protagonismo das personalidades negras da dramaturgia brasileira.

¹O filme documentário “A Negação do Brasil, O Negro na telenovela brasileira” é uma produção do cineasta brasileiro Joel Zito Araújo, Pós-Doutor em cinema pela Universidade do Texas, no qual realiza uma análise da presença negra estereotipada, folclorizada e invisibilizada na teledramaturgia brasileira nas décadas de 60, 70, 80 e 90 do século XX.

Na minha juventude, apreciava ler as revistas de informações, que eram reprodutoras de um racismo velado brasileiro, que mostrava preponderantemente personalidades brancas em suas páginas, de entretenimento e variedades, então, reforçavam a ideia da falsa democracia racial. A sensação era que se vivia num país nórdico de população extremamente branca, prevalecendo o padrão ocidental de beleza, perpetuado até a atualidade, negando a presença negra.

Esta invisibilidade associada às diversas discriminações que experimentei e presenciei durante as duas primeiras décadas de vida foram determinantes para me constituir um militante do movimento negro como forma de compreender e combater o racismo e participar da luta organizada para exigir políticas públicas com intuito de reduzir as desigualdades raciais decorrentes de séculos de escravização e, posteriormente, a omissão do estado brasileiro em promover mecanismos de inclusão da população negra no pós-abolição.

O desejo de conhecer a trajetória histórica dos afro-brasileiros me aproximou ainda jovem de autores que desenvolveram uma perspectiva de pesquisa de valorização da cultura de procedência africana, ressaltando em suas obras uma visão positiva da contribuição negra para sociedade brasileira, dentre eles: Arthur Ramos, Edison Carneiro, Clóvis Moura e o francês Roger Bastide. Estas leituras possibilitaram a afirmação de minha identidade negra e despertaram a consciência diante do racismo brasileiro, promovendo rupturas com ideias e conceitos pré-concebidos que até então influenciavam e orbitavam a minha existência.

Não bastava ser um pesquisador da história e cultura africana e afro-brasileira, diria até um compulsivo leitor, era necessária uma postura de resistência organizada, e foi assim que, em 1999, comecei de fato os primeiros passos para me tornar um militante do Movimento Negro², na luta pela reparação e o reconhecimento da contribuição do negro para a sociedade brasileira. Além de determinante, essa atitude representou uma mudança de conduta com ações efetivas em diversas áreas, buscando parcerias para implementação de políticas públicas para a comunidade negra, bem como o enfrentamento ao racismo e seus mecanismos de reprodução e manutenção.

²Segundo o MNU, “Compreende-se por Movimento Negro aqui o conjunto de iniciativas de resistência e de produção cultural e de ação política explícita de combate ao racismo, que manifesta em diferentes instâncias de atuação, com diferentes linguagens, por via de uma multiplicidade de organizações espalhadas pelo país”. (MNU. I ENEN – Um passo à frente? Jornal do Movimento Negro Unificado, n. 18, jan. fev. mar. 1991 *apud* Cardoso, 2002, p. 212).

O primeiro passo foi realizar ações para a conscientização das comunidades em torno do racismo e da discriminação racial, e ocorreram a partir de 1999, quando, juntamente com um grupo de negras e negros organizamos, em parceria, com os legislativos das cidades de Candiota, Hulha Negra e Pinheiro Machado, palestras que foram realizadas durante sessões solenes e especiais nesses espaços. O objetivo era sensibilizar os agentes políticos sobre a importância do poder legislativo na implementação de ações afirmativas e no combate ao racismo e promoção do debate com as respectivas comunidades.

Um destaque importante deve ser registrado em relação à imprensa bajeense que desde os primeiros passos foi uma exímia parceira na divulgação das atividades do grupo. Os jornais sempre reservaram espaço em seus editoriais e seções para divulgar eventos e atividades realizadas pelo movimento negro. As rádios realizavam desde então debates especiais sobre a temática e cediam espaços em suas programações para entrevistas e ampla divulgação das ações das organizações do movimento negro.

Com estas parcerias concretizadas, legislativo e imprensa, se buscou incessantemente o reconhecimento do vinte de novembro como dia nacional da Consciência Negra³ nos municípios da região da campanha do Rio Grande do Sul, o que resultou na oficialização da data em oito municípios, onde se comemora oficialmente a saga de Zumbi dos Palmares⁴.

Destaco outra articulação importante que foi a organização das atividades no âmbito das escolas para estabelecer um debate sobre as reivindicações históricas do movimento social negro. Em parceria com escolas aconteceram palestras e organização de mesas de debate denominadas de Fórum da Consciência Negra envolvendo a comunidade escolar de diversas localidades da cidade de Bagé e região.

Convites para palestras em universidades abriram novas possibilidades. Neste intuito, a partir de 2003, o grupo começou a se autodenominar como quilombo, sendo fundado em 2007 o Centro de Estudos e Cultura Afro-brasileira Kilombo

³O vinte de novembro, como dia nacional da Consciência Negra surgiu a partir das articulações do grupo Palmares em Porto Alegre no ano de 1971, liderados pelo professor e poeta rosariense Oliveira Silveira. O 20 de novembro foi criado em 2003 e oficialmente instituído pela lei 12519/11, em função de assinalar a data de desaparecimento do grande líder do quilombo dos Palmares, Zumbi.

⁴Herói brasileiro, cuja sua saga foi ressignificada pelo movimento negro brasileiro. Zumbi se encontra registrado no panteão dos heróis brasileiros.

(CeafroKilombo)⁵, do qual fui eleito o primeiro presidente. Com a entidade juridicamente constituída uma das principais missões passou a ser o desenvolvimento de ações nas universidades com foco nos cursos de licenciaturas na perspectiva da Lei 10.639/03, que instituiu a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira nos currículos da educação básica nos estabelecimentos de ensino privado e público.

Em 2005, ocorreu em Brasília a I Conferência Nacional de Políticas de Promoção de Igualdade Racial (Conapir)⁶, na qual tive o privilégio de participar na condição de delegado, uma experiência grandiosa que propiciou um amplo debate entre sociedade civil e órgãos governamentais pela implementação de políticas públicas que atendessem às demandas sociais das populações negras, indígenas e demais povos tradicionais. Nesta conferência encontrei lideranças quilombolas de todo país e me encantei com as histórias de vida e as trajetórias de lutas empreendidas por estes sujeitos.

Com o aprendizado e a experiência adquiridas na I Conapir, tornou-se prioritária a formação continuada dos professores na perspectiva de efetivar a história dos africanos e a contribuição para a sociedade brasileira e seus respectivos valores civilizatórios através da prática docente e da inserção do tema no currículo. Foram organizadas as formações pedagógicas desde 2005 nas cidades de Bagé, Candiota, Dom Pedrito, Hulha Negra, Pedras Altas, Piratini, contemplando, em alguns casos, o quadro completo de professores do respectivo município.

Iniciativas culturais foram constituídas a partir de 2005, com destaque para a Noite Cultural Afro, onde músicos, dançarinos, atores e outros artistas da cultura afro-brasileira encontraram espaço para suas manifestações artísticas e sempre marcado pela presença considerável de público em todas as edições já realizadas.

Em 2006, fui um dos idealizadores do seminário Ojuobá⁷, que se transformou num espaço de debate com a participação de diversos segmentos da sociedade regional tendo como centralidade o racismo e contextualização da pauta reivindicatória do movimento social negro abordando temáticas como: educação,

⁵Em dezembro de 2007 um grupo de negras e negros, que militavam desde os finais dos anos de 1990 decidiram fundar o Centro de Estudos e Cultura Afro-brasileira Kilombo na cidade de Bagé/RS, com abrangência regional articulando ações nas áreas da educação, cultura e saúde.

⁶A primeira Conferência Nacional de Promoção de Igualdade Racial foi convocada pelo presidente Lula e ocorreu em maio de 2005 na capital federal. Eu a denomino de histórica, pois pela primeira vez o estado brasileiro inseria de fato as questões étnico-raciais na sua agenda governamental.

⁷Em língua Yorubá, povos que deixaram como legado o culto aos Orixás, significa: os olhos de Xangô, Orixá da justiça, que tem como símbolo um machado duplo denominado de Oxé.

saúde da população negra, trabalho e renda, mulheres negras, religião de matriz africana, dentre outras que estiveram sempre nas edições do Ojuobá.

Particpei de muitas atividades estaduais e nacionais do movimento social negro e, em 2007, quando foi instalado o Congresso Nacional de Negras e Negros do Brasil fui indicado e eleito membro da coordenação política estadual e, através dessa atribuição, organizei, juntamente com diferentes comunidades, atividades da militância nos municípios da regional da campanha e fronteira oeste do estado do Rio Grande do Sul.

Em 2009, ocupando uma função temporária na prefeitura municipal de Bagé, coordenei diversas ações que culminaram com uma sólida parceria com a comunidade quilombola de Palmas⁸, que proporcionaram a realização de cursos de qualificação profissional, como de artesanato em lã e de informática, ambos na comunidade em 2011. Ela está localizada no interior do município distante cerca de 80 km do centro da cidade, as informações referentes a este contexto estarão descritas no capítulo 3.

Desde 2010 sou membro do conselho consultivo colaborando na luta por direitos sociais dos seus moradores, engajando-me em ações culturais e sociais desenvolvidas com organizações governamentais, não-governamentais e universidades. Na saúde também ocupei as funções de membro do Comitê Técnico de Saúde da População Negra⁹ do Rio Grande do Sul e da Comissão de Etnias do Conselho Estadual de Saúde. Desde 2016 organizo o curso de história e cultura afro-brasileira com carga horária de 40h, que conta com a colaboração de outros professores convidados. Sou fundador e membro do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas Oliveira Silveira da Unipampa Campus Bagé desde 2017.

A minha trajetória acadêmica iniciou em 2009, com o ingresso no curso de licenciatura em Pedagogia da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), na cidade de Bagé, aos 41 anos de idade. O trabalho de conclusão do curso defendido em junho de 2013 analisou as práticas docentes de duas pedagogas sobre a história e cultura afro-brasileira desenvolvidas em escolas do campo da região. Desde então, as questões étnico-raciais passaram definitivamente

⁸ A comunidade quilombola de Palmas está localizada no distrito denominado também de Palmas, no município de Bagé, no Rio Grande do Sul. No decorrer da dissertação será contextualizada.

⁹ O comitê técnico de saúde da população negra surgiu como demanda das conferências nacionais de saúde para subsidiar o avanço da equidade na Atenção à Saúde da População Negra e combate ao Racismo Institucional, no RS a portaria 1143/14 foi substituída pela 210/18.

a constituir a minha linha de pesquisa acadêmica. A premiação como destaque no 2º Salão Internacional de Ensino Pesquisa e Extensão (SIEPEX) da UERGS, na cidade de São Luiz Gonzaga, em 2011, quando apresentei o trabalho de extensão: o Negro na Bicentenária Bagé: fatos e personalidades foram o incentivo para continuidade da trajetória acadêmica.

Em julho de 2014, ingressei no Curso de especialização em Educação e Diversidade Cultural, na UNIPAMPA. Na monografia de conclusão investiguei a vida comunitária de Dona Santa, uma benzedeira negra que era muito requisitada pela população. Construí o trabalho a partir dos testemunhos de pessoas que conviveram com ela e acompanharam seus fazeres tradicionais e usei como ferramenta epistemológica os estudos culturais e as teorias pós-estruturalistas, e como metodologia de pesquisa a História Oral.

Na referida monografia, analisei as práticas de rezas e benzeduras realizadas por Dona Santa, uma benzedeira negra imortalizada pelo imaginário popular, pois suas práticas de cura se transformaram em atos de solidariedade e fé, que marcaram a vida de uma cidade e região. Posteriormente, os resultados da pesquisa foram transformados em livro com uma linguagem mais popular e apresentados em Congresso de pesquisa.

No ano de 2016, frequentei como aluno especial três seminários de programas de pós-graduação *stricto sensu* na cidade de Pelotas, na Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), no primeiro semestre seminário concentrado Escrita e Leituras, e no segundo semestre, Filosofia de Marx e Pedagogia Marxista, ambos no PPGE/FAE. No Instituto Federal Sul Rio-grandense de Educação, Ciência e Tecnologia (IFSUL), o seminário: Alguns Conceitos acerca do Pensamento da Diferença no Mestrado em Educação e Tecnologia.

Esta dissertação é inspirada na minha ancestralidade de matriz africana que me concedeu descendência e influenciou a minha trajetória de ativista no movimento social negro. Através da militância, me aproximei de diversos grupos e suas respectivas lutas, os quais fazem parte da agenda de reivindicações históricas, na constante busca da implementação de políticas públicas de igualdade racial para a população negra neste país, seja na educação, na saúde, no mercado de trabalho, na segurança, justiça e no direito a posse das terras para os remanescentes de quilombos. Na próxima seção, falo sobre o que me mobiliza para a pesquisa sobre identidades, resistência e pertencimento na comunidade quilombola de Palmas.

1.2 A comunidade quilombola de Palmas como tema de pesquisa

Depois de tantas vivências compartilhadas, em minha trajetória como militante, com a comunidade quilombola de Palmas, e ações empreendidas em seu benefício, chegou o momento de contribuir numa perspectiva científica, através da pesquisa do mestrado acadêmico em Ensino da Unipampa. Esta dissertação reuniu os desejos de militante e pesquisador ao desenvolver, no contexto sócio-cultural da comunidade quilombola de Palmas, através da metodologia das narrativas tridimensionais¹⁰ (CLANDININ; CONNELLY, 2015), uma análise sobre aspectos da formação das identidades quilombolas, seus pertencimentos e os saberes, aqui denominados de saberes de resistência, constituídos nos relatos dos participantes da pesquisa.

Na contemporaneidade, as organizações da sociedade civil que empreendem de forma elaborada a luta pelo direito da posse da terra para os remanescentes de quilombos buscam também, dentre inúmeras ações, o reconhecimento dessas identidades de negros quilombolas, subterfugiadas pelos mecanismos do racismo brasileiro e que não se encontram refletidas no espelho da história, portanto são muitos os desafios para a compreensão desses contextos em que estão inseridos pela busca de seus direitos, assim como pelo reconhecimento da sociedade pela importância histórica que possuem.

A temática relativa aos quilombos passou, a partir de 1995, a integrar os territórios da academia brasileira, conforme pesquisa de estado da arte. Na atualidade são projetos de ensino, pesquisa e extensão, além de monografias, dissertações e teses elaboradas nas universidades. Esse período é coincidente com o aumento considerável de políticas públicas implementadas por governos populares, principalmente em nível de estado e união, que promoveram o acesso dessas comunidades quilombolas a direitos fundamentais para o desenvolvimento sustentável.

Uma porção da área do distrito de Palmas, ao ser reconhecida como comunidade remanescente de quilombo, foi contemplada com projetos que significaram uma determinada ruptura da lógica na relação entre os negros assalariados e os padrões latifundiários. Os negros quilombolas adquiriram

¹⁰A metodologia de pesquisa associada às narrativas tridimensionais envolve os fatos e acontecimentos relatados pelos participantes da pesquisa com o contexto em que vivem esses narradores, articulando tempo e espaço (CLANDININ; CONNELLY, 2015). No capítulo 2, será teorizada e detalhada esta escolha metodológica.

independência e passaram a acessar projetos e recursos para sua produção, deixando de ser apenas prestadores de serviços de mão de obra barata, numa nítida subversão da ordem, fatores que ocasionaram posturas contrárias à demarcação da terra por esses grandes proprietários e suas entidades representativas de classes.

Realizei um levantamento de dissertações e teses no banco de dados de duas instituições científicas: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES) e Associação Brasileira dos Pesquisadores Negros (ABPN), com o intuito de averiguar a relevância da pesquisa e servir como orientação para a constituição desta dissertação. Os descritores utilizados foram: quilombo, pesquisa narrativa, pertencimento, identidades, comunidade quilombola. O **quilombo** se tornou temática na academia brasileira nos últimos vinte anos.

Os resultados de trabalhos na grande área de concentração das ciências humanas encontrados foram relevantes, bem como no que tange à educação e alguns registros na área de linguagens. Na área da educação e ensino, em que se situa esta dissertação, foram encontrados alguns resultados em programas de pós-graduação que utilizaram como metodologia a pesquisa narrativa.

Temas recorrentes que aparecem no levantamento são: cultura e identidade; história da educação dos negros ligados a estas comunidades; educação quilombola e currículo; as políticas públicas implementadas; questões de gênero com ênfase nas mulheres; formação de professores; educação ambiental; educação de jovens e adultos. Quanto a pesquisas envolvendo a metodologia das narrativas, ainda são incipientes. Alguns resultados encontrados na busca são descritos a seguir.

Um trabalho importante na área de educação foi realizado em uma das mais tradicionais comunidades de remanescentes de quilombos do país, “Kalunga”, numa abordagem que valoriza a identidade e a cultura local em contraste com a educação escolar, na compreensão de como esta escola se organiza para atender os anseios da sociedade em: “Cultura e Currículo: Um Estudo da Escola Kalunga”, uma dissertação de autoria de Rosolino Neto de Souza Vila Real, defendida em 1997.

“Narrativas de Remanescentes de Quilombo: divergências na construção da identidade negra no Engenho do Calixto, em Aurora (Pará)”, de autoria de Adão Souza Borges, apresentada ao Programa de Pós-graduação em Linguagens e Saberes na Amazônia da Universidade Federal do Pará, de 2014, procurou entender a ambivalência que marca as identidades negras da comunidade.

Outro trabalho a destacar é: “Comunidade quilombola Tanque do Padre: memórias, narrativas e vivências”, dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Mato Grosso, por Benedita Rosa da Costa, no ano de 2017. A centralidade do trabalho foi analisar através das narrativas de seus moradores os aspectos de mobilidade identitária da comunidade.

“A construção de identidades em narrativas de comunidades quilombolas no Sertão das Gerais” foi a tese de Ana Cristina Santos Peixoto, defendida em 2014, perante o Programa de Pós-graduação em Letras da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, para obtenção do título de Doutora em Linguística, que através das análises das narrativas discute a formação das identidades quilombolas de duas comunidades do estado.

“Narrativas quilombolas: outras histórias e pedagogias”, tese do doutoramento de Leandro Haerter, do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), defendida em 2017, que a partir das narrativas procura responder suas questões de pesquisa, observando como emergem essas pedagogias a partir da contação de histórias. Utiliza no trabalho um amplo referencial teórico com autores de distintas epistemologias.

Na área da Linguística Aplicada (LA), encontrei a dissertação de Luanda Rejane Soares Sito intitulada: “Ali tá a palavra deles”: um estudo sobre práticas de letramento em uma comunidade quilombola do litoral do estado do Rio Grande do Sul”, apresentada ao Programa de Pós-graduação em Linguística Aplicada da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), em 2010, que analisou as práticas de letramento de lideranças de uma comunidade quilombola do litoral gaúcho, articulando com autores da linguagem, da LA e da sociolinguística.

“Construindo o pertencimento afroquilombola através das contribuições da Pretagogia do quilombo de Serra do Juá-Caucaia/CE”, de Cláudia Oliveira da Silva, do programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará (UFC), de 2016, se constrói na justificativa da necessidade de ampliar os significados de pertencimento afroquilombola partindo das vivências e experiências.

Quanto a teses e dissertações sobre a comunidade quilombola de Palmas, encontrei apenas uma dissertação do programa de pós-graduação em Ciência Política da UFPEL, cuja pesquisa foi centralizada sobre o processo de reconhecimento da comunidade pelos órgãos competentes e a implementação das respectivas políticas públicas para os quilombolas, tendo como referência básica o

decreto 4887/03 e as respectivas portarias do Incra sobre a questão da territorialidade quilombola numa contextualização teórica referente aos termos Comunidades Remanescentes de Quilombos, Políticas Públicas e Políticas Públicas para Quilombolas, Território, Reconhecimento e Autorreconhecimento.(BRANDÃO, 2018).

Também encontrei o TCC denominado: “Literatura Rio-grandense: a representação do negro e o reconhecimento da identidade das comunidades quilombolas na região da campanha, através da obra guerrilha e solidão, de Valdomiro Martins”, do curso de Letras da Universidade Federal do Pampa, campus Bagé, de autoria de Ana Paula Fontoura Pinto, defendida em 2013.

Nenhuma das pesquisas mencionadas se debruça sobre as narrativas dos sujeitos quilombolas de Palmas, o que torna esta dissertação fundamental na perspectiva de compreendermos aspectos da comunidade relacionados às suas vivências, narradas pelos participantes da pesquisa, em que emergiram histórias de lutas, resistências, organização comunitária, pertencimentos, saberes e a constituição de identidades.

As narrativas relatadas pelos participantes da pesquisa revelaram aspectos subjetivos importantes para composição dos resultados, que passam pela compreensão de como se constitui o que se chama de “comunidade”, os movimentos realizados pelos moradores desde sua auto-declaração, a resistência empreendida para afirmação dessa identidade quilombola são aspectos que fundamentam a escrita desta dissertação.

É necessário que estas vivências e experiências relatadas pelos participantes que permeiam suas vidas no quilombo de Palmas na defesa de seus direitos e na afirmação das suas identidades possam ser um brado da luta quilombola, encontrando outras narrativas pelo Brasil, onde vozes análogas ecoam lutas e resistências contra as posturas coloniais e racistas que persistem na atualidade. É necessário, antes de tudo, reconhecer o protagonismo dos sujeitos quilombolas, por meio de como eles próprios contam seus modos de ser e viver, seus modos de constituir-se quilombola.

Assim, minha **problemática de pesquisa** se constituiu a partir das seguintes questões: Que identidades e pertencimentos emergem dos sujeitos quilombolas? Que saberes nos ensinam os participantes através das suas narrativas, a partir dos seus modos de ser e viver no contexto comunitário?

Nessa perspectiva, esta dissertação teve como **objetivo geral**: compreender como se constrói a identidade quilombola¹¹ e o que nos ensina a comunidade quilombola de Palmas a partir de narrativas sobre a sua constituição.

Os objetivos específicos foram:

- (a) Analisar as identidades e pertencimentos que emergem nas narrativas dos participantes sobre as suas vivências e experiências no contexto comunitário;
- (b) Identificar os saberes mobilizados nas narrativas dos remanescentes quilombolas.

Pensando na valorização dos modos de ser e viver dos sujeitos quilombolas de Palmas, é que decidi utilizar nesta dissertação as narrativas tridimensionais como metodologia de pesquisa e também como recurso para produção de dados. A realização desta pesquisa considera como principal fonte de dados as narrativas dos/as participantes, que são moradores/as e ex-moradores/as da comunidade, porém também considera dados documentais, como fotos, reportagens e documentos relativos à comunidade.

1.3 Organização da dissertação

Na introdução faço uma relação entre a minha trajetória pessoal, a militância e academia como esta relação está associada à consecução desta pesquisa. A trajetória da militância que me aproximou da temática étnico-racial com ênfase na população negra e quilombola.

O segundo capítulo trago o arcabouço metodológico para a produção de dados da pesquisa, justificando a escolha pelas narrativas tridimensionais, descrevendo o percurso, a caracterização dos participantes e do lugar, os critérios para a escolha dos participantes das entrevistas e os procedimentos para análise de dados. A utilização da Linguística Aplicada (LA) como base teórica para compreender a proximidade do saber acadêmico com o saber popular também é tratada nesse capítulo, e está amparada na assertiva de Cavalcanti (1986) de que a LA pode contribuir com pesquisa não apenas no campo da linguística, mas em outras áreas

¹¹A afirmação da identidade quilombola que ocorre no decorrer do texto refere-se a uma postura política de demarcação de uma identidade que se encontra invisibilizada ou apagada no contexto da sociedade brasileira, por isso esta constante reivindicação e a necessidade de conceder visibilidade a ela.

de investigação, com intuito de aperfeiçoamento de modelos teóricos e metodológicos.

O terceiro capítulo relaciono aspectos do contexto da constituição dos quilombos no Brasil e no Rio Grande do Sul, a etimologia, origem e conceito, a organização das comunidades de remanescentes de quilombos na contemporaneidade, a legislação brasileira, principalmente a partir da Constituição Federal de 1988, o artigo 68 do Ato das Disposições Transitórias Constitucionais e, posteriormente, o Decreto presidencial 4887/03 e outras legislações que amparam o reconhecimento dos territórios quilombolas e as políticas públicas implementadas principalmente com o Programa Brasil Quilombola (PBQ)¹². Também abordo a tramitação no Supremo Tribunal Federal (STF) da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) que questionava a constitucionalidade do decreto 4887/03.

Neste capítulo também descrevo um breve histórico da comunidade quilombola de Palmas a partir do laudo sócio-histórico e antropológico da comunidade, assim como das narrativas dos participantes das entrevistas realizadas para esta dissertação. Reporto algumas políticas públicas implementadas após o reconhecimento do território quilombola e presentes nas narrativas dos participantes, apresentadas em excertos com as respectivas análises das categorias que surgiram nesse capítulo.

No quarto capítulo, estabeleço a discussão do conceito de identidade, fundamental para elaboração desta dissertação, e como subsídio teórico para responder ao problema de pesquisa. A identidade ou as identidades neste trabalho referem-se a uma perspectiva epistemológica contemporânea de compreender a multiplicidade identitária dos sujeitos quilombolas transversalizados por processos de significação e globalização, pois estão inseridos numa sociedade globalizada.

Também insiro nas discussões teóricas do quarto capítulo os conceitos de pertencimento e comunidade, já que emergiram nos relatos dos participantes uma narrativa de valorização do lugar associado à família e trabalho. As categorias

¹²Programa Brasil Quilombola foi lançado em 12/04/2004, com o objetivo de consolidar a política de Estado para as áreas quilombolas. Com o seu desdobramento foi instituída a Agenda Social Quilombola (Decreto 6261/2007), que agrupa as ações voltadas às comunidades em diversas áreas: acesso à terra, infraestrutura e qualidade de vida, inclusão produtiva e desenvolvimento local e direitos e cidadania (BRASIL, 2019).

identidades e pertencimentos emergentes nas narrativas dos participantes quilombolas de Palmas se encontram analisadas neste capítulo.

No quinto capítulo, apresento um histórico da educação dos negros no Brasil, desde o período colonial, da proibição do acesso da população negra por atos legais à omissão governamental em prover políticas públicas inclusivas no setor, o protagonismo negro no sentido de conquistar uma legislação que legitimasse a cultura afro-brasileira e sua contribuição para a civilização brasileira e a efetivação nos currículos da educação e ensino formal.

Proponho que os saberes de resistência dos quilombolas de Palmas possam ser considerados tanto na perspectiva de educação não formal, quanto formal, a partir das experiências e vivências dos sujeitos quilombolas com seus modos de ser e viver que emergiram nos resultados desta dissertação. São ensinamentos de lutas e resistências, que devem ser valorizados e considerados como elementos essenciais para o desenvolvimento de uma educação comprometida com a nossa diversidade cultural e com a construção de uma pedagogia social transformadora e indisciplinar (MOITA LOPES, 2006).

Na conclusão, argumento sobre o conjunto da pesquisa, trazendo as minhas impressões conclusivas sobre o percurso realizado, as escolhas feitas, ressaltando a relevância da pesquisa não apenas para a academia, mas também para a sociedade, embasado no arcabouço teórico e metodológico, em constante diálogo com os saberes quilombolas e suas peculiaridades, que proporcionaram os resultados desta pesquisa.

2 NARRATIVAS TRIDIMENSIONAIS NA CONSTITUIÇÃO DOS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DO PERCURSO DA PESQUISA

Neste capítulo, trato do percurso que se constituiu como uma pesquisa de abordagem qualitativa com a concepção metodológica em Linguística Aplicada (LA), utilizando as narrativas tridimensionais como metodologia para a produção dos dados. Após breve explicação sobre as perspectivas de pesquisa assumidas, caracterizo as narrativas tridimensionais, o contexto e o perfil dos participantes da pesquisa, e os procedimentos para a produção e análise dos dados.

2.1 Ponto de vista teórico-metodológico do pesquisador

Neste capítulo, trato do percurso que se constituiu como uma pesquisa de abordagem qualitativa com a concepção metodológica em LA utilizando as narrativas tridimensionais como metodologia para a produção dos dados. Após breve explicação sobre o ponto de vista de pesquisa assumida, caracterizo as narrativas tridimensionais, o contexto e o perfil dos participantes da pesquisa, e os procedimentos para a produção e análise dos dados.

Para efetivação deste trabalho, a abordagem escolhida é do tipo qualitativo de pesquisa, que para Chizzotti (2006, p. 28) “se fundamenta na compreensão de que a realidade é construída na interação com o ambiente, nas diferentes relações humanas e sociais”. A finalidade da abordagem qualitativa é compreender a realidade partindo da análise do que acontece em um determinado contexto, em uma orientação não prescritiva. Existe entre o pesquisador desta dissertação e a maioria dos sujeitos participantes da pesquisa uma relação construída nos últimos anos que justifica a utilização desta abordagem para buscar um novo olhar para aquilo que parece tão conhecido.

A trajetória teórica-conceitual desta dissertação também percorre um caminho em direção à compreensão dos aspectos sociais e históricos da comunidade quilombola de Palmas, encontrando amparo nos estudos da LA que Moita Lopes (1998, 2006) designa de Indisciplinar, visto que o contexto de pesquisa possibilita acessar pontos de vista nem sempre valorizados, na maioria das vezes à margem dos saberes disciplinares acadêmicos. Neste aspecto, se valoriza, nesta pesquisa, a diversidade presente na comunidade e suas respectivas representações, modos de

ver e compreender o mundo e o direito de serem sujeitos quilombolas com suas heterogeneidades, dialogando com as questões sociais e com a linguagem na compreensão de como se constituem no seu contexto comunitário, atravessados pelas identidades, pertencimentos e organização comunitária (MOITA LOPES, 2006).

Na LA proposta por este teórico, há uma espécie de transgressão, pois não há uma obediência a uma estrutura disciplinar, visto que considera práticas sociais que envolvem tanto o pesquisador, quanto os participantes da pesquisa, que com suas ideologias, ainda que inconscientes, seus modos de ser e viver estabelecem um ambiente que vai além da disciplinaridade. Este movimento realizado pelos quilombolas ao contar e recontar suas histórias contempla o social, o político, o cultural e o histórico numa perspectiva indisciplinar, em que a linguagem assume uma centralidade no diálogo com aspectos identitários e culturais no contexto social e cultural da comunidade quilombola de Palmas (MOITA LOPES, 2006).

A compreensão da constituição da identidade quilombola com suas especificidades, suas virtudes e valores convergem com o que propõe Moita Lopes (2006, p. 21): “ainda que não queira clamar aqui que estamos diante de uma nova verdade, mas sim de alternativas para a pesquisa em nosso campo, que refletem visões de mundo, ideologias, valores, etc”. São essas peculiaridades que dialogam com as questões de pesquisa e objetivos desta dissertação para a produção de dados.

Como assinala Cavalcanti (2006), a LA está na atualidade interessada na análise dos discursos, trabalhando com recortes multidisciplinares considerando resultados de pesquisas em outras áreas do conhecimento, o que justifica sua utilização nesta dissertação para auxiliar nas análises e produção de dados. A utilização da LA associada às narrativas em três dimensões é convergente no sentido de conceder voz a estas minorias estabelecidas a partir de um ponto de vista que está baseado em crenças carregadas de preconceito que legitimam o pensamento modernista (CAVALCANTI, 2006). A constituição das lutas e resistências da comunidade quilombola de Palmas fica evidenciada nas suas narrativas, ações que subvertem a normatividade vigente no complexo acadêmico.

Portanto, encontra-se convergência desta dissertação com a LA na produção de dados e também na escolha do referencial teórico para análise de identidades, pertencimento e saberes, porque as histórias contadas pelos participantes das

entrevistas narrativas ressaltam o protagonismo dos seus moradores na trajetória compreendida pelos seus direitos de cidadania, e a análise realizada busca diálogo com autores com os quais compartilhamos o olhar sensível às diferenças. Através da LA, percebe-se o quanto o discurso dos quilombolas de Palmas é multidisciplinar, contemplando elementos culturais, sociais e antropológicos neste percurso.

2.2 Caracterização da pesquisa narrativa tridimensional

A pesquisa narrativa tridimensional constituiu-se como essencial para a elaboração desta dissertação, uma vez que por meio delas acessei as falas dos participantes, necessárias para a produção de dados. Ela possibilita compreender como se constitui a identidade quilombola e o que nos ensina a comunidade quilombola de Palmas a partir das narrativas dos seus sujeitos participantes, que relembram suas memórias individuais e coletivas ao contar e recontar histórias. Nessa perspectiva teórica os autores canadenses afirmam: “Pesquisa narrativa é uma forma de compreender a experiência. É um tipo de colaboração entre pesquisador e participantes, ao longo de um tempo, em um lugar ou série de lugares e em interação com *milleus* (CLANDININ; CONNELLY, 2015, p. 51).

Neste percurso metodológico, percebeu-se que ocorre uma interação entre o sujeito pesquisador e os participantes entrevistados, que a partir dessas narrativas desvendam as subjetividades dos fatos vividos e experimentados pelos moradores da comunidade, num contar e recontar em constante movimento. Nesse sentido, a pesquisa narrativa revela as memórias, os acontecimentos que marcaram a trajetória de vida das pessoas e suas vivências comunitárias, narrativas das quais emergem identidades e pertencimentos.

Esta perspectiva metodológica não está preocupada em quantificação, portanto ela é essencialmente qualitativa, constituindo-se a partir da interação entre sujeito pesquisador e sujeitos participantes. Considera-se sempre o tempo-espço em que esta produção de dados vai sendo construída pelos participantes e as informações sobre a comunidade a partir dessas narrações, propiciando entrelaçamento entre as fontes que fornecem os dados, o procedimento dos registros e os resultados que estes movimentos metodológicos produzem, como sugerem Toledo; Soligo e Simas (2014). Ainda, conforme Jovchelovitch e Bauer (2015, p. 90) “a narrativa possui um amplo emprego que transcende a questão metodológica de investigação, sendo

utilizada como forma discursiva, narrativas como história, como histórias de vida e histórias sociais”. Daí sua justificativa para utilização nesta dissertação, pois, através das entrevistas narrativas dos quilombolas de Palmas, se identificou identidades, pertencimentos e saberes de resistência que dizem respeito aos modos de ser e viver dos moradores da comunidade.

Ao pensar a direção metodológica para a produção e análise de dados desta dissertação, decidiu-se pela pesquisa narrativa em três dimensões como possibilidade concreta na execução do trabalho de campo e pela compreensão do contexto comunitário no qual a pesquisa foi realizada. Conceitua-se pesquisa narrativa tridimensional, “a partir das experiências dos sujeitos entrevistados considerando a interação gerada entre o pessoal e o social, o tempo (passado, presente, futuro) que estabelece a continuidade e a situação, designada pelo lugar” (CLANDININ; CONNELLY, 2015, p. 85).

Esta relação cria um espaço tridimensional para constituição do percurso metodológico, pois envolvem o pessoal e social dos/das narradores/as, a temporalidade em que se encontram estes fatos narrados e os lugares onde ocorrem. As entrevistas realizadas seguiram esta dimensão tridimensional numa interação buscando extrair das narrativas dos participantes, os saberes de resistência, as identidades e os pertencimentos.

Optei nesta dissertação por utilizar o termo participante por compreender que deve haver uma interação entre o pesquisador e o entrevistado, a construção de uma cumplicidade entre pesquisador e participantes, estes revelando informações do campo da subjetividade, que não estão registrados e nem mesmo foram contados em outras ocasiões. Os pesquisadores narrativos em seu trabalho de campo, experimentam ao lado dos participantes, aspectos da vida comunitária que não foram registrados e nem mesmo ditos (CLANDININ; CONNELLY, 2015).

A entrevista narrativa como ferramenta metodológica propicia ao entrevistador conhecer a realidade ao considerar diversos aspectos do entrevistado, conseguindo um ambiente de confiança, que extrai informações significativas do contexto social desse sujeito de pesquisa, articulando tempo e espaço, trazendo fatos e acontecimentos que fazem parte da constituição da comunidade, entrecruzando histórias, partindo de uma abordagem não estruturada que expõe o contexto dos/das entrevistados/as. Para Muylaert *et al.* (2014, p.194) “as entrevistas narrativas se caracterizam como ferramentas não estruturadas, visando a profundidade, de

aspectos específicos, a partir das quais emergem histórias de vida, tanto do entrevistado como as entrecruzadas no contexto situacional.”

Ao não formular questões estruturadas ou até mesmo semiestruturadas, a perspectiva adotada foi de valorar o ponto de vista dos/as participantes nos seus relatos, extraíndo depoimentos de fatos, acontecimentos, que marcaram a vida individual e coletiva dos moradores da localidade pesquisada. Com este estratégia, busquei a preservação da fidelidade e originalidade das informações prestadas pelos/as participantes.

A entrevista narrativa, nesta dissertação, parte do pressuposto de uma abordagem qualitativa no modo de conduzir a postura do entrevistador em relação aos participantes. Parte-se de questões denominadas exmanentes para questões imanentes. As primeiras representam o ponto de vista do sujeito-pesquisador com suas impressões, observações sobre o campo de pesquisa e as expectativas quanto aos procedimentos para efetivação das entrevistas (MUYLAERT *et al.*, 2014; JOVCHELOVITCH; BAUER, 2015). Assim, as questões exmanentes se relacionam com as indagações e inquietações do pesquisador que antecedem os encontros com os participantes e o campo de pesquisa.

As questões imanentes, por sua vez, são as que dizem respeito aos participantes trazendo suas informações com sua ótica do que é narrado, suas histórias, vivências e memórias, a relação de tempo e espaço que emerge no relato dos/das participantes, que incluem os temas, tópicos e relatos de acontecimentos que surgem durante a narração trazidas por eles/elas, Jovchelovitch e Bauer (2015).

Tabela 1- Fases principais da entrevista narrativa

Fases	Regras para entrevista
Preparação do campo	Reconhecimento do campo de pesquisa de Formulação das questões exmanentes
Iniciação e aproximação	Formulação do questionamento desencadeador
Narração Central	Auxílios não-verbais Não interrupção Encorajamento não-verbal Sinais
Fase de Perguntas	Não dar opiniões ou fazer perguntas sobre atitudes. não discutir sobre contradições. Não fazer perguntas do tipo: por quê? Ir de perguntas exmanentes para imanentes.
Fase Conclusiva	Parar de gravar. São permitidas perguntas do tipo Por quê? Fazer anotações imediatamente após a entrevista.

Fonte: Jovchelovich e Bauer (2015)

As entrevistas descritas nesta dissertação seguiram o modelo teórico proposto por Jovchelovich e Bauer (2015), numa postura do entrevistador que migrou das questões exmanentes para imanentes, justamente com o propósito de não interferência nos relatos dos participantes, percebendo-se na espontaneidade do participante para contar suas histórias e relatar suas vivências e experiências. As entrevistas foram gravadas em aparelho receptor de áudio e depois transcritas na íntegra para a realização da seleção e posteriormente paraas respectivas análises e produção de dados.

As entrevistas foram realizadas partindo de uma postura exmanente, fazendo apenas intervenções necessárias para composição da fala dos/as participantes, como: “Fale o que quiser sobre a comunidade”, quando havia uma pausa do participante, eu realizava uma intervenção do tipo: Se o/a participante gostaria de acrescentar mais algumas informações ou ainda se lembrava de outros fatos. As entrevistas foram feitas no mês de novembro de 2018 e posteriormente em maio de 2019 num campo empírico composto a partir dos relatos dos participantes.

2.3 Contexto do território das entrevistas e do perfil dos participantes da pesquisa

Palmas é o maior distrito rural da cidade de Bagé (RS) e tem limites com diversos municípios da região pela sua ampla área, repleta de uma rica fauna e flora onde está inserida a comunidade quilombola de Palmas. Distante cerca de 80km da área urbana, formada por terras descontínuas, sendo constituída pelas localidades do rincão da Pedreira, dos Alves, do Inferno e campo do seu Ourique (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 2007).

Nas relações de trabalho, ocorreu no decorrer da história da comunidade a exploração dos quilombolas pelos proprietários brancos de grandes porções de terras, no passado como escravizados e na contemporaneidade como prestadores de serviços com a mão de obra desvalorizada. Os quilombolas de Palmas, segundo o laudo sócio, histórico e antropológico¹³se constituíram ao longo do tempo como pequenos prestadores de serviços para os fazendeiros da região (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 2007).

¹³O Laudo Sócio, histórico e antropológico é um instrumento científico que objetiva instruir relatórios técnicos de identificação, produzidos pelo Incra em cumprimento a instrução normativa,20/25, fundamentada pelo art. 68 do ADCT da CF de 1988 e do decreto presidencial 4887 de 20 de novembro de 2003.

Os critérios utilizados para escolha dos/as participantes das entrevistas foram definidos considerando variações dentro dos seguintes aspectos: faixa etária; gênero; perfil de liderança. Assim, entrevistei moradores antigos, sendo que três dos entrevistados foram pessoas idosas com idade superior a sessenta e cinco anos, que ouviram histórias de seus pais e avós e outros ascendentes sobre a comunidade. Entrevistei uma jovem mãe e universitária, e que forneceu uma visão de quem está na academia sobre a comunidade. Procurei contemplar o gênero nas escolhas, foram cinco homens e três mulheres.

As lideranças surgiram principalmente a partir dos primeiros passos para o reconhecimento do território quilombola e buscaram a organização político-administrativa da comunidade, através da criação de uma associação, ocupando posições estratégicas no organograma da entidade; foram protagonistas na conquista de projetos e programas para a melhoria de condições de vida da coletividade.

Na sequência apresento um breve perfil dos/das participantes da pesquisa, cada um está identificado por um pseudônimo em alusão à língua africana do tronco linguístico Yorubá. Esta escolha se deve a minha necessidade em buscar articular uma perspectiva de abordagem decolonial¹⁴ também na identificação dos nomes desses sujeitos como forma de valorizar a cultura afro-brasileira e africana. Os pseudônimos se referem a títulos de nobreza ou sacerdotal ou, ainda, a outros vocábulos, procurando aproximar a personalidade e as características dos participantes aos termos escolhidos. Os vocábulos foram escolhidos após ampla pesquisa. Todos assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido, cujo modelo está no Apêndice A, que no ato da entrevista foi lido e contextualizado perante os participantes da pesquisa, sendo que as entrevistas serão utilizadas no âmbito acadêmico, congressos de pesquisa, ou ainda em futuras publicações.

¹⁴ O pensamento decolonial reflete sobre a colonização como um grande evento prolongado e de muitas rupturas e não como uma etapa histórica superada. [...] A intenção é provocar um posicionamento contínuo de transgredir e insurgir. O decolonial implica, portanto uma luta contínua (COLAÇO, 2012, p.8).

Tabela 2- Pseudônimos dos participantes em Yorubá e os respectivos significados

Codiname em Yorubá	Significado
Iyalodê	Um alto título, líder entre as mulheres
Irê	Bondade
Obá	Rei
Lê	Forte
Onã	Caminho
Abá	Pessoa Idosa
Abyian	Aquela que começa um caminho novo
Elessé	Seguidor

Fonte: Autor (2019)

Iyalodê

Uma mulher que se constituiu como uma grande liderança política da comunidade, tendo se destacado principalmente na defesa da legalidade do processo quilombola, participando tanto da diretoria da comunidade como da rádio comunitária instalada no território quilombola, prestando um inestimável serviço à coletividade, pois reunia conhecimento de serviço de secretaria e burocráticos e uma presença marcante na defesa do território quilombola, inclusive com intensa participação junto a órgãos públicos como: Ministério Público Federal (MPF), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Defensoria Pública da União (DPU), Prefeitura Municipal de Bagé e os veículos de imprensa.

Tornou-se uma voz forte e representativa contra a ofensiva dos ruralistas ao se posicionar em inúmeros espaços pela garantia dos direitos da comunidade quilombola de Palmas. Uma liderança com destacada atuação comunitária como fica evidenciado nas narrativas. Por motivos de enfermidade no momento ela reside em zona urbana na cidade de Bagé.

Irê

Uma senhora com setenta e quatro anos, viúva, mãe de oito filhos, avó e bisavó. Muito diplomática, desenvolve um discurso de conciliação, sempre presente em praticamente todas as atividades da comunidade, sejam elas políticas, culturais

ou sociais. Mesmo que não tenha ocupado algum cargo na diretoria da Associação da comunidade, é muito ouvida e admirada pelos moradores.

Sua residência costuma ser um local de encontros, sejam familiares, comunitários e também sediando eventos representativos para comunidade, como por exemplo, a inauguração do sistema de internet Gesac e a rádio comunitária Palmas FM. Entrevistá-la foi fundamental, pois na atualidade é uma das mais antigas moradoras e contribuiu efetivamente com esta dissertação, ao narrar suas experiências comunitárias. No contexto atual constitui-se como uma griot¹⁵, que procura manter viva a memória da comunidade, suas lutas e conquistas.

Obá

Constituiu-se numa liderança ímpar, tendo um destacado trabalho durante seus mandatos na presidência da Associação das Comunidades Quilombolas Rurais de Palmas. Foi responsável pela condução das principais ações referentes ao processo de legalização das terras da comunidade e o encaminhamento de demandas a órgãos públicos, em que alguns se transformaram em projetos e programas que trouxeram benefícios para o quilombo. Políticas públicas como eletrificação rural, moradia popular, dentre outros, que foram efetivadas e modificaram a vida dos moradores, proporcionando qualidade de vida. Também participou de agendas importantes com gestores das três esferas governamentais e intercâmbios com outras comunidades.

Lê

Outra liderança fundamental para comunidade, ocupando a presidência da comunidade. Sempre teve uma participação efetiva nas diretorias anteriores e também destacada atuação em todo processo de regularização fundiária do quilombo de Palmas, bem como, na implementação das políticas públicas, que beneficiaram a comunidade. Sua residência em um local estratégico equidistante sediou diversas atividades comunitárias, políticas, sociais e culturais. Em seu mandato buscou trazer projetos para o desenvolvimento econômico e social da comunidade, como patrulha agrícola e o RS quilombola da saúde.

¹⁵ Título concedido aos detentores da sabedoria, responsáveis por guardar a memória coletiva das suas comunidades em diversos povos no continente africano, mais especificamente na África subsaariana.

Onã

Este participante é um morador do Rincão do Inferno, cujo território é integrante da comunidade quilombola de Palmas. Nascido na localidade, tornou-se conhecido pela sua participação em um filme. É um exímio contador de histórias, um griot, pois consegue recordar de fatos que lhe foram relatados por seus ancestrais e contribuiu efetivamente com informações relevantes para as análises desta dissertação.

Abá

Foi o entrevistado mais idoso com oitenta anos completos. Morador da localidade denominada atualmente de campo do Ourique; é um trabalhador rural aposentado, mas que continua na lida para manter o sustento da família. Reside numa localidade de difícil acesso e seus relatos envolvem trabalho, família, resistência e o seu reconhecimento da importância de ser quilombola. Abá possui saberes que advém das suas vivências.

Abyian

Esta participante é uma jovem liderança feminina, mãe e que está inserida no contexto acadêmico como discente de curso de graduação em Educação do Campo na Unipampa (campus Dom Pedrito), sendo uma quilombola pioneira e residente na comunidade a acessar o ensino superior. É defensora de projetos direcionados para juventude com intuito de que a mesma permaneça no campo com incentivos e concomitantemente possam completar o ciclo da educação formal, inclusive ingressando na universidade, o que lhe conferiu novos olhares sobre as questões políticas que englobam a luta quilombola.

Elessé

O participante na atualidade em função de problemas de saúde da família não reside na comunidade quilombola, mas em seus relatos se evidencia o seu pertencimento e seu comprometimento com a comunidade. Atuou durante alguns anos como agente comunitário de saúde, o que possibilitou uma série de histórias a serem contadas e recontadas numa perspectiva tridimensional com suas vivências.

2.4 Procedimentos para produção e análise dos dados

A produção de dados ocorreu a partir das análises das entrevistas dos participantes, que foram todas gravadas e transcritas, ouvidas reiteradas vezes, para que então alguns excertos fossem selecionados para comporem esta dissertação. Através das narrativas tridimensionais dos participantes, as identidades, pertencimentos e os saberes de resistência dos quilombolas relatados pelos seus moradores emergiram das entrevistas.

Para constituir metodologicamente a pesquisa e construir respostas para as questões de pesquisa, associei a análise das narrativas em três dimensões dos sujeitos quilombolas à análise documental. Acessei o laudo sócio-histórico-antropológico do quilombo de Palmas, importante documento de apoio, fornecendo informações fundamentais para consecução desta dissertação na contextualização histórica e social da comunidade; jornais (editoriais, matérias e artigos); que colaboraram para a compreensão do contexto e dos dados produzidos a partir das narrativas.

No que diz respeito às lutas e às estratégias de resistência, encontramos nas reportagens de jornais impressos e online um rico material sobre a defesa do território do quilombo, através de artigos e matérias veiculadas nesses importantes meios de informação, que confirmaram os relatos dos informantes, e registros fotográficos de eventos como encontros, inaugurações, festas, reuniões, assembleias e outros que auxiliaram na produção dos dados.

A primeira etapa das entrevistas ocorreu no dia 04 de novembro de 2018, na comunidade quilombola de Palmas, mais precisamente no rincão dos Alves, na residência da Irê, onde foram entrevistados a anfitriã e o participante Obá. As entrevistas foram realizadas pelo autor deste trabalho e um trecho da participante Irê pela orientadora desta dissertação. Já a entrevista com Iyalodê ocorreu na sua residência atual, num bairro da cidade de Bagé, no dia 05 de novembro de 2018.

As entrevistas foram retomadas em 2019 no mês de maio, no dia 03, quando foram realizadas quatro, em três locais diferentes, com os participantes, Onã e Lê, na residência do primeiro; a participante Abiyan em sua residência; Abá também em sua residência. No dia 11 de maio foi realizada a última entrevista, em um bairro da cidade de Bagé com Elessé.

Com exceção da entrevista de dois participantes que foram realizadas num bairro na cidade de Bagé, as demais ocorreram no território quilombola de Palmas¹⁶, contemplando moradores das localidades que formam o quilombo de Palmas, ou seja, do rincão dos Alves, rincão da Pedreira e do rincão do Inferno. Procurei realizá-las em espaços que os participantes se sentissem à vontade e dessa forma pudessem contribuir espontaneamente para a pesquisa.

Tabela 3- Perfil dos participantes e descrição do contexto da entrevista

Participante	Idade	Gênero	Data	Local	Duração
Irê	74	Feminino	04/11/2018	Rincão dos Alves (Residência da participante)	24min20s
Obá	52	Masculino	04/11/2018	Rincão dos Alves (Residência da Irê)	26min56s
Iyalodê	53	Feminino	05/11/2018	Residência da participante em Bagé	22min16s
Onã	68	Masculino	03/05/2018	No armazém do Lê	41m08s
Abiyan	25	Feminino	03/05/2018	Residência da participante no rincão dos Alves	9min24s
Abá	80	Masculino	03/05/2018	Residência do participante.	16min10s
Lê	48	Masculino	03/05/2018	No armazém do Lê	16min20s
Elessé	53	Masculino	11/05/2019	Residência do participante em Bagé	19min32s

Fonte: Autor (2019)

A fase da transcrição das entrevistas exigiu extensas horas de escuta para dimensionar os conteúdos, as semelhanças, assim como as divergências que apareceram nos relatos. Como conheço todos/as participantes tive o cuidado nessa fase, como na realização das entrevistas de procurar manter um determinado distanciamento com intuito de realizar uma análise mais próxima do que realmente os informantes desejavam de fato relatar.

Compartilhei com minha orientadora os áudios das entrevistas e realizei com ela a discussão do perfil dos participantes e a forma como cada um contribuiu nos respectivos relatos e os aspectos relacionados ao tempo, espaço e contexto social, onde se encontravam os participantes, o que de fato caracteriza a entrevista narrativa tridimensional (CLANDININ; CONNELLY, 2015). Durante a audição e observação, fui tecendo os caminhos para compreender que categorias de análises poderiam emergir das narrativas dos/as participantes da pesquisa.

¹⁶O contexto comunitário de Palmas e suas especificidades serão abordados no capítulo 3 no subcapítulo 3.3.

As categorias surgidas na pesquisa permitiram chegar aos resultados que estão dispostos no terceiro, quarto e quinto capítulos da dissertação e estão relacionadas com a constituição de identidades, com as lutas, saberes de resistência e pertencimentos dos sujeitos quilombolas, a organização comunitária e as políticas públicas com que a comunidade de remanescentes de quilombos de Palmas foi contemplada a partir do seu reconhecimento.

A organização das análises consta dos excertos, contendo os relatos dos participantes delimitados com uma borda com um título, para cada um deles, externo a esta borda, precedido de um texto introdutório que contextualiza cada relato. As categorias de análises aparecem embasando alguns trechos e sustentadas teoricamente no percurso por autores específicos para a compreensão epistemológica da pesquisa.

Os procedimentos para análise de dados foram construídos a partir dos estudos realizados, utilizando conceitos que embasaram a elaboração desta dissertação e que buscaram responder às questões de pesquisa e atingir os objetivos propostos para consecução deste trabalho de conclusão do Mestrado Acadêmico em Ensino, alinhados sempre às narrativas dos participantes.

Os recortes contendo os excertos estão dispostos a partir do capítulo III, que versa sobre quilombos e a respectiva contextualização histórica, inseridos mais especificamente no item 3.3, referente às políticas públicas que foram implementadas na comunidade após o reconhecimento como quilombola; no capítulo IV sobre Identidades encontram-se no item 4.2, onde abordo a constituição das identidades dos quilombolas de Palmas, em que também aparece a categoria identidade; já no 4.3 englobo a categoria pertencimento e comunidade que emergiram nas entrevistas com os participantes; no capítulo V, destaque para os excertos das entrevistas que conduziram a formulação do conceito de **Saberes de Resistência**, respaldado pela organização comunitária, a luta pelo território e a resistência da comunidade para avançar num contexto desfavorável e conquistar os espaços para sua sustentabilidade.

No próximo capítulo, apresento o item 3.1, como os quilombos foram se constituindo no Brasil, trazendo sua dinâmica social e os contextos que possibilitaram a organização das comunidades quilombolas pelo país, trazendo alguns conceitos. No item 3.2, contextualizo a luta empreendida para garantir constitucionalidade do decreto 4887/03, que depois de alguns anos tramitando foi

considerado constitucional pelo Supremo Tribunal Federal(STF) em 2018. Já no item 3.3 abordo as políticas implementadas na comunidade quilombola de Palmas após o reconhecimento como terra quilombola, dimensionando as transformações que melhoraram a qualidade de vida de seus moradores.

3 QUILOMBOS: CONTEXTOS DE TERRITÓRIOS DE LUTAS E RESISTÊNCIAS

Este capítulo reúne alguns aspectos essenciais para compreensão da elaboração desta dissertação. Inicialmente apresento como se constituíram as comunidades de remanescentes de quilombo no Brasil e no Rio Grande do Sul, a etimologia da palavra quilombo, a estrutura social e o seu contexto histórico e cultural demarcado por lutas e resistências.

Na sequência, abordo a questão quilombola na legislação brasileira, tendo como marco a Constituição Federal de 1988, com a vigência do Ato das Disposições Transitórias Constitucionais (ADTC)¹⁷ 68, passando pelo decreto federal 4887/03, que regulamentou o dispositivo anterior e a batalha jurídica originada por uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) julgamento, que somente foi concluído em 2018 com a vitória dos quilombolas na corte suprema do país.

Na parte final do capítulo, trato das políticas públicas implementadas a partir do reconhecimento legal e de como dimensionam a transformação social e cultural que a comunidade experimentou com a vinda de muitos benefícios que se manifestam nas vozes dos participantes das entrevistas narrativas e são confirmados por outros elementos, como reportagens jornalísticas e imagens de inaugurações de obras que apresento concomitantemente à descrição do contexto.

3.1 A constituição dos quilombos no Brasil e no Rio Grande do Sul

Para introduzir a discussão em busca de uma compreensão sobre quilombos e comunidades remanescentes de quilombos, é necessário conhecer a etimologia da palavra quilombo, assim como os diversos contextos em que está inserida, seja, sociológico, histórico, antropológico ou linguístico. De acordo com Munanga (2001, p. 23), quilombo é seguramente uma palavra originária dos povos de línguas Bantu (Kilombo, aportuguesado quilombo). Sua presença e seu significado no Brasil tem a ver com alguns ramos dos povos Bantu, cujos membros foram trazidos e

¹⁷“Fundamentalmente, o Ato das Disposições Transitórias contém normas de caráter não permanente, destinadas a conciliar, no período de transição, algumas regras respeitáveis do regime anterior com as do novo regime” (FERREIRA, 1989, p. 1187 *apud* RAAD, 2006, p. 3).

escravizados nesta terra. Trata-se dos grupos lunda, Ovimbundu, Mbundu, kongo, Imbangala, cujos territórios se dividem entre Angola e Zaire.

Algumas evidências linguísticas vêm em apoio para esclarecer a origem dos quilombos. Entre o povo Mundombe de língua Umbundu, perto de Benguela. A palavra quilombo significava campo de iniciação, no século XIX. No moderno Umbundu padrão tem-se a palavra Ocilombo, que se refere ao fluxo de sangue de um pênis circuncisado: e Ulombo que designa um remédio preparado com o sangue e o prepúcio dos iniciados no campo da circuncisão e que é usado em certos ritos não especificados. A raiz "lombo". (MUNANGA, 2001, p. 27).

Pode-se afirmar que o quilombo brasileiro é a busca da recriação de um modelo de organização do quilombo africano reconstruído pelos escravizados para se opor a uma estrutura escravocrata, buscando outra estrutura política. Esta postura possibilitou a organização para fuga das senzalas e plantações e ocuparem partes de territórios brasileiros não povoados, geralmente de acesso difícil, tentando de certa forma reproduzir o modelo africano de organização e estrutura social e política (MUNANGA, 2001). Espaços de resistências, os quilombos também se caracterizaram ao longo da história como lugar de diversidade cultural, de acolhimento a identidades e culturas distintas.

No Rio Grande do Sul, os escravizados foram mão-de-obra nas fazendas pastoris, plantações, charqueadas e olarias que propiciaram a formação da riqueza de uma elite minoritária (MAESTRI, 2001). Esta análise é antagônica ao senso comum que ouvimos até os dias atuais que, em o nosso estado, a escravidão foi mais branda ou praticamente não existiu e que os negros tiveram um tratamento mais humanizado do que o dispensado em outros estados.

No Rio Grande do Sul também se formaram inúmeros quilombos distribuídos em todas as quatro principais regiões econômico-geográficas do Rio Grande do Sul: o Litoral, a Depressão Central, a Serra e a Campanha. "A documentação senhorial sulina considerava igualmente quilombos, acampamentos estáveis, vivenda agricultura, da caça e da pesca como quilombo da Preta Vitória, destruído em 1847, após o fim da Revolução Farroupilha, nos sertões do distrito do Couto, no município de Rio Pardo" (MAESTRI, 2001, p. 290).

Na historiografia tradicional e eurocêntrica, comunidades quilombolas designam grupos remanescentes de negros que, no período colonial e republicano pós-abolição, fugiram das fazendas de café em São Paulo, dos engenhos no

nordeste, da mineração em Minas Gerais, das charqueadas e estâncias no Rio Grande do Sul e ocuparam espaços de difícil acesso e à margem das áreas já povoadas das propriedades privadas, constituindo territórios de resistência e modos de vida comunitária que se assemelhavam às organizações tribais africanas de onde foram arrancados pela escravidão, porém constituíram novos arranjos culturais.

Segundo Moura (2001, p.105), “O quilombo era uma alternativa paralela de trabalho livre encravada no conjunto do escravismo colonial [...] o seu agente social era o negro-escravo inconformado que traduzia este sentimento na hora da fuga”. A necessidade de constituir novas perspectivas de vida, livre do açoitamento da senzala num contexto de coletividade, em liberdade assinalava o primeiro estágio de uma consciência rebelde.

O segundo estágio era a socialização desse sentimento, e em consequência a sua organização com outros negros fugidos em uma comunidade estável ou precária, fator que determinou o surgimento das comunidades remanescentes de quilombos, identificadas de norte a sul do país (MOURA, 2001). Os territórios quilombolas na contemporaneidade formados pelas populações negras rurais ainda carecem de acesso aos seus direitos básicos, como educação formal, saúde e assistência social, as políticas públicas ainda estão distante de número considerável de comunidades.

De acordo com Munanga e Gomes (2006), a história da escravidão mostra que luta e organização, marcadas por atos de coragem, caracterizaram o que se convencionou chamar de “resistência negra”, cujas formas variavam de insubmissão às condições de trabalho, revoltas, organizações religiosas, fugas até aos chamados mocambos ou quilombos.

De inspiração africana, os quilombos brasileiros estabeleceram estratégias de oposição a uma estrutura escravocrata, pela constituição de outro modo de vida, de uma estrutura política na qual se encontraram evidentes convergências pelo bem comum e coletivo em detrimento do individual. Desse modo, os laços de solidariedade e o uso coletivo da terra formaram as bases de uma sociedade fraterna e livre das formas mais cruéis de preconceitos e de desrespeito à sua humanidade. Sendo assim, os quilombos no Brasil resultam de um processo permanente e ainda presente de luta de classes, fundamental para a constituição das comunidades quilombolas como espaços de resistência à ordem colonial escravista e posteriormente capitalista, exploradora de mão de obra.

Os problemas dos quilombos no Brasil poucas vezes foram tratados como um processo permanente que expressava a luta de classes no contexto escravista, mas como simples manifestações de volta às instituições africanas (MOURA, 2001). Concordando com esta proposta de estudos a ideia é não fragmentar o processo social e nem restringir a sua dinâmica a uma série de fatos isolados, seja físico ou social, com o intuito de não perder a dinâmica social, uma visão mais ampla sobre a constituição desses territórios de resistência. A quilombagem, como conhecemos hoje, tornou-se um processo permanente de transformação social e de organização das comunidades de remanescentes de quilombos, que permitiram, sem nenhuma dúvida, a sobrevivência e a perpetuação de suas culturas num ambiente hostil e desencorajador.

Convergindo com Munanga (2001) o quilombo no Brasil transfigurou-se em uma instituição transcultural que recebeu contribuições de diversas culturas. Portanto, as comunidades quilombolas no Brasil representam uma diversidade cultural, desde suas remotas formações, que possibilitaram uma multiplicidade de identidades marcadas por processos de significação (HALL, 2005). Estes processos são resultantes das ações culturais e sociais que permeiam essas relações.

O termo quilombola como conhecemos na atualidade é algo recente na historiografia brasileira. “Passa a ganhar espaço com o advento do art. 68 da ADTC que ressignifica a utilização da expressão comunidades negras rurais, sendo este significado ligado ao reconhecimento e resgate histórico dessas comunidades pelos seus moradores” (FIABIANI, 2008, p. 25). Percebe-se que o termo quilombola, por derivar da raiz da palavra quilombo, de certo modo delimita o sentido que representa, pois comunidades negras rurais poderiam se denominar qualquer agrupamento de negros fixados no interior do país.

Direcionando para uma conceituação mais contemporânea de comunidade quilombola, se encontra amparo teórico na afirmação da pesquisadora Luciana Jaccoud do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), que organizou em 2009 um livro sobre o balanço das políticas públicas governamentais federais nos vinte anos que antecederam a obra. Esta argumentação teórica corresponde ao significado mais abrangente para definir o que é uma comunidade de remanescentes de quilombo, tendo como centralidade o auto-reconhecimento, a auto-determinação.

Essas comunidades permanecem agregadas até hoje e formam grupos sociais cuja identidade étnica os distingue do restante da sociedade, seja em razão da ancestralidade comum, das formas de organização política e social próprias e práticas culturais típicas. Por isso a classificação de uma comunidade não se baseia num passado de rebelião e isolamento, mas depende de um auto-reconhecimento, de como aquele grupo se compreende e se define. (JACCOUD, 2009, p.110).

Do ponto de vista antropológico e social, encontra-se nessa conceituação de Jaccoud (2009) um amparo determinante para se compreender como foram sendo constituídas as comunidades de remanescentes de quilombos na contemporaneidade, acepção oposta ao entendimento conceitual que durante décadas preponderou na academia, de que as formações dos quilombos estavam ligadas às fugas das atrocidades da escravidão e geralmente ocupando terras distantes e de difícil acesso, definição que não contemplava a organização social dos quilombolas.

3.2. A trajetória de lutas na busca do reconhecimento dos quilombos na legislação

A redemocratização ocorrida no país em meados dos anos oitenta sinalizou a possibilidade da organização de entidades diversas do Movimento Negro, que passaram a reivindicar políticas públicas para segmentos populacionais marginalizados ou esquecidos, dentre eles a legalização das terras ocupadas por negros remanescentes de quilombos.

O reconhecimento do direito à terra para grupos como: indígenas, trabalhadores rurais sem terra e quilombolas relegados pela história oficial do país e pela omissão do estado brasileiro legitimador dessa postura, passou a ser uma pauta de todos os segmentos que buscavam justiça social e igualdade de direitos. Na organização desses setores, mudança significativa ocorreu com a promulgação da Constituição Federal (CF) de 1988.

Essa articulação inseriu nas discussões as políticas reparatórias para a população negra brasileira, dentre elas a garantia da terra para os remanescentes de quilombos, que a partir da constituição de 1988 respaldou, este direito no texto do ADCT 68 da CF de 1988. Porém seria necessário outro dispositivo legal para a consolidação e efetivação dessa política.

Na CF de 1988, também se encontram outros dispositivos legais que têm por finalidade proteger o patrimônio cultural de povos e comunidades tradicionais para o reconhecimento dos direitos dos remanescentes de quilombos, dentre eles os descritos na seção II no art. 215, em que o estado deve proteger as manifestações populares dos diferentes grupos formadores da nação brasileira, assim como garantir a valorização da diversidade étnica e regional (BRASIL, 2019).

Já no art. 216, que faz referência ao patrimônio brasileiro material e imaterial, as comunidades remanescentes de quilombos inserem-se na defesa do direito aos seus modos de criar, fazer e viver, às formas de expressão, assim como à proteção dos espaços destinados às manifestações artísticas-culturais. São marcadores de memórias e identidades que estão presentes nos quilombos emergindo resistências (BRASIL, 2019).

Em 2003, o Decreto Federal 4887, que complementaria a lacuna da ADCT 68, seguido de ações importantes como o Programa Brasil Quilombola de 2004, que destinou recursos para diversas áreas, como habitação, eletrificação rural, máquinas e implementos agrícolas dentre outros, articulando projetos com os órgãos governamentais, permitiu a emancipação dessas comunidades em todo país.

O decreto 4887/03, dentre outras determinações, atribuiu ao Incra a competência, na esfera federal, pela titulação dos territórios quilombolas. As terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos são aquelas utilizadas para a garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural (BRASIL, 2003). O sentido de terra para povos e comunidades tradicionais¹⁸diferencia-se da ótica capitalista de propriedade privada.

Os remanescentes de quilombos de todo país, a partir do decreto 4887/03, assinado pelo então presidente Luis Inácio Lula da Silva, passaram a receber inúmeros investimentos em seus territórios decorrentes da implementação das políticas públicas com intuito de melhorar as condições de vida dos moradores das comunidades quilombolas e reduzir a pobreza dessas populações.

O decreto 4887/03 revogou as disposições legais contidas no decreto 3.912 de 2001 e no seu artigo segundo define os critérios para reconhecimento de comunidade quilombola, sendo suficiente para a abertura do processo a auto-

¹⁸De acordo com o Decreto 6040, os povos e comunidades tradicionais são definidos como "grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais[...].

atribuição da comunidade como grupos étnico-raciais que possuem trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida (BRASIL, 2003).

As comunidades que preenchem estes critérios são enquadradas como remanescentes de quilombos. Este conceito contemporâneo abrange a relação que o sujeito quilombola estabelece com a terra numa perspectiva social e cultural com sua ancestralidade, tradições e práticas culturais que preservam uma história em memória imaterial da comunidade.

O decreto 4877/03 instituiu um comitê gestor responsável por formular políticas transversais que formularam um plano de etno-desenvolvimento reunindo em sua composição alguns ministérios. A implementação dessas políticas públicas direcionadas para os remanescentes de quilombos proporcionaram prioridade na execução de programas importantes para este segmento populacional (BRASIL, 2003).

As comunidades de remanescentes de quilombos têm encontrado dificuldades para garantir o processo de reconhecimento das suas terras, pela morosidade nos processos devido ao número reduzido de servidores do Incra e também à resistência por setores conservadores da sociedade, principalmente os latifundiários que em muitos casos contestam os procedimentos adotados para titulação das terras quilombolas, o que tem resultado em atrasos no processo de demarcação das terras por todo país.

Outro fator a ser destacado e considerado é a relação que estes povos tradicionais estabelecem com a utilização da terra, que subverte a ordem capitalista de individualidade fundiária, pois além da sobrevivência econômica a mesma serve para a reprodução social, física e cultural, e os procedimentos para fins de demarcação das terras serão consideradas as informações territoriais indicadas pelos moradores da área quilombola (BRASIL, 2003).

A coletividade das terras quilombolas também é outro aspecto garantido no referido decreto, pois concede um significado diferente a sua utilização, contrariando o princípio da propriedade privada desde o período colonial, ao estabelecer no seu artigo dezessete a indivisibilidade, inalienabilidade, imprescritibilidade e impenhorabilidade das terras quilombolas.

O decreto definiu também as atribuições dos órgãos públicos federais no processo de reconhecimento das terras de remanescentes de quilombos, cabendo ao Incra, na época ligado ao Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), a identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por estas comunidades tradicionais e a Fundação Cultural Palmares(FCP), a emissão das certidões.

Outra legislação importante para esse contexto é a normativa, nº 20 de 2005, que regulamentou as ações do Incra nos processos de demarcações de terras quilombolas, estabelecendo os procedimentos administrativos para identificação, delimitação e elaboração do relatório técnico e as respectivas etapas e atribuições perante outros órgãos (INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, 2005).

A trajetória para a titulação das terras quilombolas obedece alguns critérios e etapas que começam com a auto-declaração da comunidade e encerra com a assinatura da desapropriação pelo presidente da república e a posterior emissão da certidão de titulação pela FCP. O primeiro passo é a comunidade, depois da auto-declaração, ingressar com o pedido junto ao Incra; o próximo, é a realização de estudos da área quilombola por técnicos do instituto para compor o RTID¹⁹.

Após concluído o RTID, é aberto prazo para os contraditórios com julgamento de recursos na esfera administrativa. Exaurida esta fase, o Incra publica uma portaria com os limites do território. A fase seguinte é o decreto presidencial autorizando a desapropriação das áreas privadas e informando os órgãos quando se tratar de área do governo. Após, vem a notificação para desintrusão das terras com a retirada dos ocupantes. A etapa definitiva é a emissão do título de posse das terras para uso coletivo pela comunidade.

Apesar do respaldo da sociedade brasileira quanto à legitimidade do decreto 4887/03, entidades conservadoras, defensoras do agronegócio e do latifúndio desde o início se posicionaram contrários a esta legislação. Em 2004, foi impetrada uma ação pela inconstitucionalidade do decreto pelo então Partido da Frente Liberal, que passou a ser denominado posteriormente de Democratas. Desde então, gerou uma

¹⁹Para que o Incra inicie os trabalhos em determinada comunidade, ela deve apresentar a Certidão de Registro no Cadastro Geral de Remanescentes de Comunidades de Quilombos, emitida pela Fundação Cultural Palmares. A primeira parte dos trabalhos do Incra consiste na elaboração de um estudo da área, destinado à confecção do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID).

incerteza quanto à decisão sobre o futuro das terras de remanescentes de quilombos e sua constitucionalidade.

O julgamento foi iniciado em 2012, com a argumentação do então relator ministro César Peluso, que votou pela procedência da ADI e posteriormente se aposentou. A ministra Rosa Weber começou a sua avaliação da matéria, mas solicitou vistas para analisar o processo com mais tranquilidade, interrompendo assim a tramitação do mesmo. Em 2015, a matéria voltou à cena do Supremo Tribunal Federal(STF) com a argumentação da ministra Rosa Weber, que decidiu seu voto pela constitucionalidade do decreto e a improcedência da ADI 3239. O julgamento foi interrompido novamente por pedido de vistas do ministro Edson Fachin em 2017.

O julgamento foi retomado em 18 de fevereiro de 2018, quando os demais ministros do STF justificaram e declararam os seus votos. Edson Fachin, Luis Roberto Barroso, Luiz Fux, Ricardo Lewandowski, Marco Aurélio, Celso de Mello e Carmen Lúcia votaram pela constitucionalidade do decreto inclusive contra o marco temporal estabelecido no voto dos ministros Gilmar Mendes e Dias Tofoli. O resultado foi amplamente favorável às comunidades remanescentes de quilombos, garantindo o direito a posse das terras ocupadas.

Pela tese do marco temporal²⁰ defendida pela minoria dos ministros, somente teriam direito à posse das terras ocupadas os remanescentes de quilombos que ocupavam as terras até 05 de outubro de 1988, ou seja, somente os que comprovassem este vínculo, um contraponto inclusive à própria Constituição, que no seu texto não estabelece esta interpretação do dispositivo. O ministro Lewandowski argumentou que seria praticamente impossível a comprovação de que os quilombolas foram expulsos de forma violenta da terra. Na visão dele seria necessário produzir uma prova diabólica, o que serviria como um mecanismo legal de impedimento à posse da terra pelos quilombolas (BRASIL, 2018).

A vitória avassaladora na corte suprema brasileira, porém não garantiu a efetivação da demarcação de terras. Os quilombolas de todo país têm encontrado dificuldades no aspecto burocrático e de logística para alcançar a titulação das respectivas terras. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra),

²⁰A tese do marco temporal foi utilizado no campo jurídico brasileiro pela primeira vez em ação contra a posse de terras indígenas em 2009, juridicamente sua utilização representa um perigo a reivindicação por comunidades tradicionais do direito à terra, já que poderia ser questionada esta ocupação. Um exemplo seria de quilombolas expulsos que foram impedidos de voltar as suas terras.

órgão responsável por todas etapas, possui número de servidores reduzidos. A questão quilombola não é uma prioridade do governo federal atual que realiza um desmonte em importantes órgãos responsáveis pelas políticas destinadas às comunidades tradicionais. A Seppir é um exemplo, que desde 2016 com a perda de status de ministério teve reduzida a sua estrutura. A Secretaria Especial de Políticas de Promoção de Igualdade Racial (Seppir) é um exemplo, que desde 2016 com a perda de status de ministério, sua estrutura vem continuamente sendo reduzida, prejudicando a formulação e execução das políticas também para as comunidades quilombolas.

Conforme dados extraídos do *site* do Incra atualizados em 2018, são 1715 processos abertos tramitando em todo país. Na região sul, 151, concentrando maior número no Rio Grande do Sul, com 96 procedimentos. Identificam-se processos abertos desde o início da década de noventa, mas somente a partir da vigência do decreto 4887/03 é que houve uma elevação da demanda de novas solicitações perante o órgão. Analisando as estatísticas quanto à certificação das comunidades pela FCP, se identifica algumas informações relevantes quanto ao andamento dos processos após o começo. No Brasil foram abertos, entre 2004 e 2019, 3.271 processos para reconhecimento de comunidades quilombolas, destes, 2.729 foram certificadas. Pelo estudo, nota-se que nos últimos anos houve uma redução na abertura de novos processos e na certificação dessas comunidades remanescentes de quilombos. A tabela a seguir relaciona as áreas trabalhadas pelo Incra, as áreas com publicação de edital, as com portarias já publicadas e as que já possuem decreto. Também relaciona o número de famílias nas respectivas categorias.

Tabela 4- Demonstrativo comparativo de áreas no país

Área total trabalhada em Ha	Área em edital	Área em Portaria	Área em decreto
2.571.551,1106	2.333.529,2068	624.922,1597	586.336,9389
Família beneficiadas	Famílias em edital	Famílias em Portaria	Famílias em decreto
35.206	33.333	14.032	10.408

Fonte: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (2019)

No Rio Grande do Sul, o quadro abaixo mostra anualmente o nº de comunidades identificadas em relação às certificadas conforme dados da FCP. percebe-se que houve um decréscimo tanto de comunidades identificadas, quanto de certificadas, nos últimos anos.

Tabela 5- Relação número de comunidades identificadas x certificadas

Ano	Comunidades Identificadas	Comunidades Certificadas
2004	10	10
2005	6	6
2006	12	12
2007	9	9
2008	6	6
2009	8	8
2010	32	32
2011	2	2
2012	5	6
2013	5	5
2014	12	12
2015	0	0
2016	13	13
2017	5	5
2018	6	6
2019	1	1
Total	132	133

Fonte: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (2019)

Na seção anterior descrevi a trajetória da tramitação do julgamento da legalidade da legislação que ampara toda política quilombola no país até o desfecho favorável aos quilombolas, assim como a demonstração da situação atual das

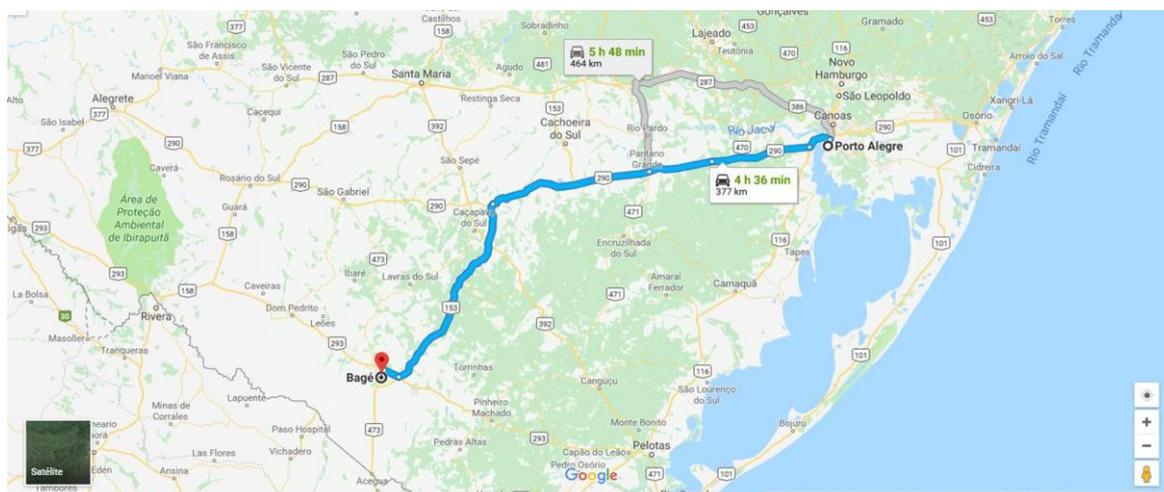
certificações e identificações, já na próxima seção concluo o capítulo falando sobre o contexto da comunidade quilombola de Palmas principalmente a partir da efetivação das políticas públicas implementadas após o reconhecimento.

3.3 Quilombo de Palmas: da invisibilidade histórica a luz das políticas públicas

Segundo laudo sócio, histórico e antropológico, a comunidade quilombola de Palmas está situada ao norte do município de Bagé e ocupa a área rural no limite com os municípios de Lavras do Sul, Caçapava do Sul e Santana da Boa Vista. É formada por cerca de 40 famílias de remanescentes escravizados negros, oriundas das propriedades agropastoris vizinhas. Segundo o laudo: “Essa região possui um solo litólico, muito pedregoso e irregular, uma área íngreme de grande beleza natural pela biodiversidade presente” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 2007, p.15).

Bagé é uma cidade do estado do RS localizada na região geograficamente denominada de Campanha Gaúcha, sendo conhecida como Rainha da Fronteira, por estabelecer limites com o Uruguai. A população estimada para Bagé é de cento e vinte mil e novecentos e quarenta e três habitantes (IBGE, 2018), com uma densidade demográfica de 28,52 habitantes por quilômetro quadrado, uma baixa concentração de população urbana. Possui IDH de 0,740 (IBGE, 2010).

Figura1: Mapa da localização de Bagé/RS

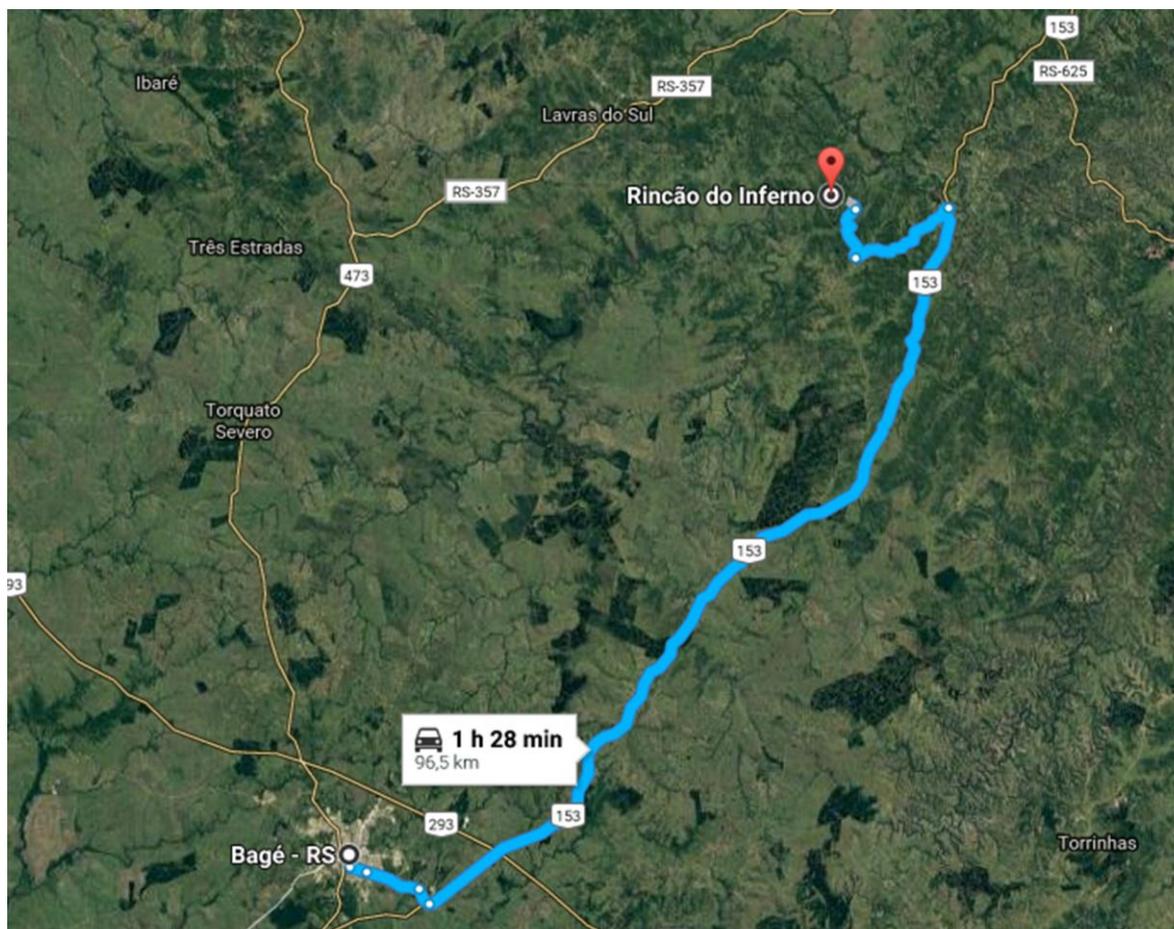


A comunidade quilombola de Palmas, conforme o laudo sócio, histórico e antropológico, se configura como território quilombola pelos fins para qual é utilizada a terra, necessária para reprodução social e cultural dos seus moradores, não somente como um bem privado, mas coletivo. Observa-se que, nesta localidade, já existia um território negro que posteriormente foi identificado como um quilombo, por possuir as características necessárias para esta configuração identitária como segue:

Procuramos pesquisar, analisar e interpretar esta comunidade negra a partir da perspectiva do contexto social e cultural no âmbito territorial e, de acordo com seus usos, costumes e tradições próprias ao grupo, tudo visando a identificação da área suficiente e necessária a reprodução social e cultural, ao bem-estar e as necessidades físicas e ecológicas. Levamos em conta determinados quesitos, tais como: a identidade do grupo, o processo sócio-histórico de como estabeleceram suas fronteiras étnicas; o tempo de ocupação da região; como o grupo chegou à região; como se deu a ocupação de suas terras e de como elas se caracterizaram como um território negro, que veio a se transfigurar em uma comunidade quilombola devido ao seu vínculo imemorial ao universo social escravocrata; atualizado por meio dos agentes sociais; quais são as famílias pertencentes ao grupo (identificação individual); o conceito teórico de quilombo que permite caracterizar a comunidade e as possibilidades de adequação do grupo ao conceito teórico. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 2007, p.6).

Uma comunidade quilombola se forma a partir da constituição de um grupo social, que não utiliza a terra numa perspectiva capitalista de individualidade, e mercantilismo, mas estabelece uma relação ampla, necessária para sua reprodução social e cultural, a terra é uma preciosidade, que necessita ser preservada, assim estes sujeitos se organizam enquanto grupo que reivindica a posse da terra para o bem-estar da coletividade. O quilombo de Palmas através de seus laços de parentesco, de cumpadril e de amizades constituiu uma identidade cultural, que fortaleceram estes laços e que favoreceu a organização comunitária.

Figura 2- Mapa com a localização do Rincão do Inferno



Fonte: Google Maps (2019)

Em 2011, o RTID das terras ocupadas pelos remanescentes de quilombos da comunidade de Palmas foi publicado no DOU. Em 17 de fevereiro de 2017, o território com suas dimensões obtém o reconhecimento do Incriatravés de portaria publicada no DOU, na totalidade são 837,984 Ha, que compõem as terras quilombolas de Palmas – compostos por 751,57 hectares no Rincão da Pedreira e Rincão dos Alves, 41,929 hectares no Campo do Sr. Ourique e 44,485 hectares no Rincão do Inferno (INCRA, 2017).

A constituição da Associação das Comunidades Quilombolas Rurais de Palmas e posterior reconhecimento como comunidade remanescente de quilombo foram fatores determinantes para transformação da realidade desses sujeitos, de localidade invisibilizada e esquecida por todos para a implementação de diversas ações possibilitadas através das políticas públicas, principalmente dos órgãos

governamentais da união que proporcionaram condições mais favoráveis de vida aos seus moradores.

O reconhecimento como comunidade remanescente de quilombo propiciou a implementação de diversas políticas públicas num primeiro momento, que a medida que foram sendo efetivadas se tornaram dispositivos fundamentais para o processo de plena inclusão dos moradores do quilombo de Palmas, que se encontravam apagados e silenciados em seu território. Souza (2002) articula o conceito de política pública como:

[...] o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, "colocar o governo em ação" e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). Em outras palavras, o processo de formulação de política pública é aquele através do qual os governos traduzem seus propósitos em programas e ações, que produzirão resultados ou as mudanças desejadas no mundo real.(SOUZA, 2002, p. 5).

A organização e mobilização da comunidade quilombola de Palmas foram determinantes para a vinda das inúmeras políticas públicas. Neste trecho de uma das entrevistas realizadas para a presente pesquisa, a participante Irê ressalta uma política pública, o que durante anos foi um dos impeditivos para que os moradores em idade escolar da comunidade não concluíssem a educação básica formal na cidade de Bagé. Percebe-se na sua fala a transformação relevante a partir da implementação e efetivação dessa política e a continuidade do transporte escolar.

Excerto 01- Educação como política pública

Irê

Os meus netos tiveram um tempo morando comigo, e vinha um ônibus na porta da minha casa buscar eles, para estudarem em Bagé, aí depois eles foram embora para trabalhar e agora os pequenos tão indo estudar.

Para compreendermos a dimensão do termo políticas públicas e o alcance efetivo e social que representou para a emancipação dos moradores do quilombo, trago o conceito de Teixeira:

Diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do estado. São, nesse caso explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos (leis, programas, linhas de financiamento), orientam ações que normalmente envolvem aplicações de recursos públicos. Nem sempre, porém, há compatibilidade entre as intervenções e declarações de vontade e as ações desenvolvidas.(TEIXEIRA, 2002, p.2).

Abaixo a liderança Obá relembra a visita do presidente da Fundação Palmares, o início da organização da associação comunitária que propicia até a atualidade diversos benefícios para os moradores do quilombo, dentre eles a certificação em 2006. Também evidencia os projetos e as políticas públicas acessadas pela comunidade após a organização jurídica com a fundação da associação comunitária.

Excerto 02- Organização comunitária e políticas públicas

Obá

[...] a importância desse trabalho não só parou por aí, nos conscientizou da importância de se organizar, buscar informação em outras comunidades quilombolas do Estado, que a gente pegou a viajar, interagir outras pessoas e tivemos a visita nesse meio tempo do presidente da Fundação Palmares Ubiratan Figueiredo que veio se certificar e enfim ele veio conhecer a comunidade e a partir daí encaminhou o certificado isso foi em 2004, em 2006 chegou a certidão. Em 2006, também outro fato importantíssimo senão dos principais foi a questão de formar uma associação, que nós saímos do nada pra ações coletivas, que deu o resultado imediato que foi a criação dos projetos, mas faltava nos oficializar a comunidade que seria a associação. Formemos uma associação quilombola com diretoria que nos deu um amparo jurídico pra brigar mais ainda, buscar projeto e também visando titular nosso território, então diante disso foi oficializada a associação, também ganhamos título preliminar da certidão do território de nossa comunidade importante não é o definitivo, mas o provisório, que nos dá direito a acessar qualquer projeto tanto moradia como, como desenvolvimento econômico né, criação, livro de guia. Temos a certidão provisória desde 2007 do nosso território.

O Programa Brasil Quilombola (PBQ)²¹ lançado em 2004 consolidou uma política de governo específica para os remanescentes de quilombo com dotação orçamentária própria, além disso, a Secretaria Especial de Políticas de Promoção Igualdade Racial (SEPPIR) realizou uma série de convênios e parcerias com outros ministérios, estados e municípios, resultando em programas de habitação rural popular, eletrificação rural, máquinas e equipamentos agrícolas e obras de infraestrutura que propiciaram qualidade de vida aos moradores quilombolas de diversos rincões do Brasil. O PBQ proporcionou o direcionamento de políticas públicas específicas com a finalidade de gerar benefícios sociais para as comunidades quilombolas.

Uma das primeiras políticas que a comunidade de Palmas recebeu foi o RS Rural quilombola. Com a finalidade de combater a pobreza, teve origem no Programa RS Rural²², que foi estendido para as comunidades remanescentes de quilombo. Importante ressaltar que a vigência do decreto 4887/03 e a intercessão do movimento negro gaúcho e do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra (Codene)²³ (BENEDETTI, 2014) foram determinantes para a implementação dessa política pública específica destinada para as comunidades quilombolas, através do trabalho técnico realizado pela Emater.

O RS rural quilombola, projeto a fundo perdido, é confirmado na fala do participante Obá, liderança que participou das tratativas para efetivação dessa política, e também pela jovem Abiyan, que além de destacar a importância da ação, argumenta a necessidade do prosseguimento de políticas como esta, que pudessem contemplar a juventude, que na sua voz não tem incentivo para permanecer no campo e superar os obstáculos.

²¹Programa Brasil Quilombola (PBQ) foi lançado em 12 de março de 2004, com o objetivo de consolidar os marcos da política de Estado para as áreas quilombolas. O Plano é base da Agenda Social Quilombola (Decreto 6261/2007), que agrupa as ações voltadas às comunidades em quatro eixos: Acesso à Terra, Infraestrutura e Qualidade de Vida, Inclusão Produtiva e Desenvolvimento Local e Direitos e Cidadania.

²²O Programa RS Rural, inicialmente denominado de Pró-Rural 2000, resultou de um contrato de empréstimo entre o estado do Rio Grande do Sul, através da Secretaria de Agricultura e Abastecimento (SAA) e o Banco Mundial (Bird), assinado em 11 de junho de 1997. Foi desenvolvido entre os anos de 1997-2004 em 465 municípios gaúchos, totalizando 3.414 projetos e abrangendo 131.785 famílias do meio rural, onde foram investidos, ao todo, R\$ 256.199.131,06. (EMATER/RS-ASCAR, 2004).

²³O Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra do Rio Grande do Sul (Codene) foi instituído pelo decreto 32.813 de 04 de maio de 1988, posteriormente referendado pela Lei Estadual nº 11.901, de 25 de abril de 2003.

Excerto 03- RS Rural quilombola incentivando a produção

Obá

O governo do estado também desde o começo já entrou em ação através principalmente da Emater, descobrindo projeto pra nós que foi o RS Rural Quilombola, importante projeto que alavancou a confiança nossa no trabalho social, tava sendo buscado dentro da comunidade onde 30 famílias foram contempladas com o RS Rural Quilombola e a fundo perdido.

Abiyan

O RS rural quilombola através da EMATER, que proporcionou geração de renda pra comunidade, eu acho que a gente deveria ter mais projetos voltados pra isso e até pra permanência dos jovens no campo, acabam indo pra o ensino médio, ficando na cidade, às vezes não concluem. Ficam aqui, mas ficam oscilando porque não têm trabalho fixo, então se tivesse mais geração de renda. Essa política quilombola facilitou o acesso a isso, só que na época a gente ganhou o programa RS rural e nós não tínhamos livro de guia, veio agora há pouco, então facilitou bastante até pra tirar algum outro projeto. A gente tinha esta dificuldade, não tinha terra, não tinha livro, não tinha como tirar antes, isto facilitou bastante, gostaria assim que tivesse projeto voltado pra juventude de geração de renda.

Em 2004, foram construídas as primeiras moradias populares como política pública quilombola, através do programa do governo federal no território do quilombo, o que proporcionou moradias dignas. Além disso, o programa possibilitou que trabalhadores da construção civil da própria comunidade pudessem atuar na construção das casas gerando emprego e renda. O benefício da moradia popular é confirmado numa breve citação do participante Obá, relatando a inauguração das primeiras moradias populares na comunidade quilombola, citando o ano da inauguração.

Excerto 04- Habitação: a dignidade da moradia

Obá

[...] logo ali a habitação rural quilombola, foi importantíssimo as pessoas tinham carência de moradia. Foi inaugurada vinte casas populares dentro da comunidade quilombola[...] isso foi 2004.

Em 2005, o Programa Luz para Todos proporcionou energia elétrica para todas as residências quilombolas, otimizando uma série de benfeitorias. Essa política transformou a vida da comunidade quilombola, pois com ela vieram outros programas e benefícios, sendo destacado pela maioria dos participantes da pesquisa, como segue:

Excerto 5- Energia Elétrica fruto de uma política de governo pró-social

Obá

Já começo de 2005, outro projeto importantíssimo que foi o: Luz pra Todos, também fruto de um governo social que tinha entrado tanto no município de Bagé quanto em Brasília, onde várias famílias foram contempladas com a Luz pra todos, projeto importantíssimo e a importância desse trabalho não só parou por aí, nos conscientizou da importância de se organizar, buscar informação em outras comunidades quilombolas do Estado, que a gente pegou a viajar, interagir com outras pessoas.

O participante Onã, ao ser questionado para especificar o que realmente na concepção dele havia melhorado na comunidade, com detalhes conta as dificuldades para a instalação da luz no rincão do Inferno e a evolução que foi para a localidade, inclusive ele destaca que as estradas melhoraram com a chegada da energia elétrica.

Excerto 06- O PLPT como política pública desencadeadora

Onã

Com certeza eu posso dizer que melhorou já tá ai bem que fizemos que foi uma maravilha plano de luz para todos, que pra nós parecia, pra nós hoje eu ainda tava proseando, parece que era uma novela que não ia chegar, se a gente hoje em dia com esta chegada da luz num lugar daquele que é difícil. Agora na

parada ali eu tava proseando com o pessoal que quando foram botar a luz lá, eles chegaram até a porteirinha aquela que tem perto da casa do Enildinho e dali o pessoal levaram os postes tudo a pouco lá pra dentro das terras, tudo aos poucos. Deve ter uns oito ou dez postes que pertencem ao rincão, então isso aí não tem preço, isso aí é muito mais melhoria, se a gente já tava apegado naquele lugar não achava sacrifício de nada, sempre na luta, bueno não precisa nem falar com a chegada da luz foi só melhoria, só melhoria pra nós, foi muito mais conforto, quem diria, eu sou um privilegiado, acabei de dizer o meu transporte era as nossas pernas[...] Começou a melhoria da estrada com a chegada da luz, e é um privilégio pra gente.

Já Abiyan conta uma história que lhe foi narrada por um filho de um senhor também quilombola, quando a energia elétrica ainda não havia chegado e que vizinhos se reuniam na casa deste senhor para ouvir rádio, já que o custo com a bateria (pilhas) era elevado se fossem escutar diretamente o rádio.

Excerto 07- A luz facilitando o acesso e trazendo outros benefícios

Abiyan

Tinha rádio, mas era à pilha, tinha, mas escutavam em alguns horários, não tinham dinheiro para tá sustentando as pilhas. Até tem um livro desse senhor [...] que os vizinhos se juntavam na casa dele aos domingos para ouvir música, escutar as notícias. E com esta luz veio a televisão, o computador, a internet, isto possibilitou o acesso à informação.

Abá, participante mais idoso, revela neste trecho que a vinda da luz proporcionou também acesso à água de qualidade e abundância, já que anteriormente os moradores da sua residência necessitavam se deslocar uma distância considerável e difícil acesso. Reconhece também a política pública governamental da época.

Excerto 08- A dificuldade para o acesso à água antes da energia elétrica

Abá

Não tinha luz, não tinha também água encanada, não tendo luz não pode ter uma água. A água era de balde da sanga que fica a distância daqui depois vai

descendo, pra vim era mais difícil que aí vinha forcejando com o balde d`agua né ah e a luz, uma beleza a luz! Graças a isso os nossos governos, que olharam pra essa parte dos campos, da zona rural né, pra melhorar não só pra mim, mas pros outros.

Outro relato relevante é de Elesé, que reconta a história que era contada por seu pai, que faziam as contas tendo como referência de moeda em vaca ou boi para possuir a energia elétrica na propriedade e que as pessoas não acreditaram quando a energia chegou sem a necessidade de desembolso financeiro para custear a obra.

Excerto 09- A luz que custava o valor de 15 ou 16 vacas!

Elesé

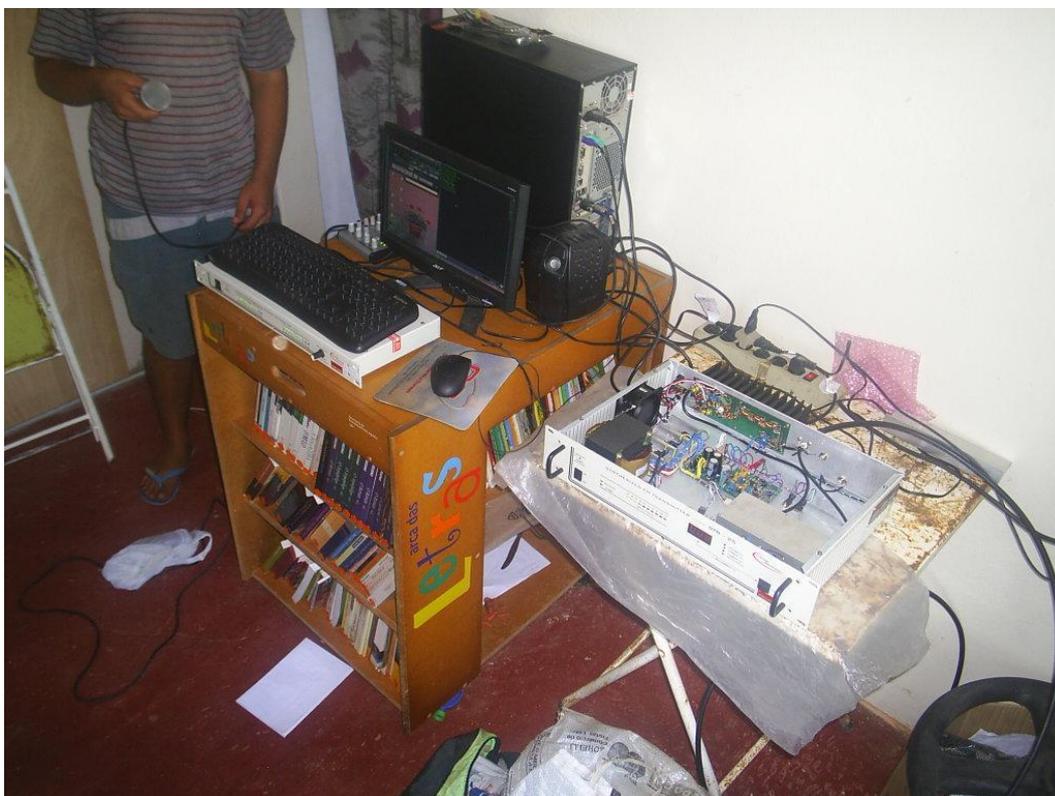
[...] meu pai morreu pobre, pagou pra ter energia elétrica, infelizmente não conseguiu e não chegou a ver a energia elétrica chega lá. Então um sonho das pessoas mais velhas, de todos nós. A energia elétrica passava a 500 metros da nossa comunidade e não chegava, próximo, muito próximo nós somo só na Pedreira em torno de 20 residências, então custou muito a chegar e foi chegar só quando a Dilma era ministra das Minas e Energias. Foi nessa época que a gente conseguiu luz elétrica, graças a Deus o programa Luz para Todos [...] ninguém pagou um pila, parecia mentira, quando eu estudava, eu to hoje com 53 anos, eu ia pra escola, eu passava embaixo da rede de energia elétrica e chegava em casa nós tinha um lampião a querosene e vela, era muito triste de ver naquela época. Os caras que botaram luz elétrica e moravam na estrada principal eram pessoas que tinham posse, a maioria, quem não tinha posses, não tinha condições. Eu me lembro que aquela época o meu pai fazia as contas, meu pai fazia as contas, era em torno de 15 vacas, pessoal fazia na campanha em vaca, boi, em torno de 15 ou 16 vacas pra botar a luz . A luz passando em cima da casa e pra levar pra nossa comunidade era quase impossível, um ou dois que tinha condições de botar, o resto não tinha saía muito caro não tinha como levar e aí as pessoas não acreditavam. Quando veio o projeto Luz pra Todos, as pessoas poxa se eu soubesse tinha esperado pra botar de graça a luz, sinceramente não acreditavam que a luz chegaria de graça, pagaram um monte de dinheiro pra colocar a luz e o transformador era deles ainda se queimasse o transformador eles tinham que pagar. O luz para

todos se cai um raio e estraga quem bota o transformador é a CEEE, realmente pra classe social, mas chegou de graça.

Outra importante conquista para a comunidade foi a criação da Associação de Radiodifusão Comunitária das Comunidades Quilombolas Rurais de Palmas, tendo como nome fantasia rádio Palmas FM, emissora em frequência modulada que opera na faixa de 104,9, inscrita com CNPJ 08.111.709/0001-76, localizada na Coxilha das Flores, mas especificamente no rincão dos Alves.

A rádio foi oficialmente inaugurada no dia 19 de janeiro de 2010, em solenidade ocorrida na residência da Irê com presença expressiva de quilombolas. A emissora surgiu partindo da estratégia de ações do Programa Luz Para Todos (PLPT) do governo federal, que além de levar energia elétrica para comunidades distantes, oportunizou também acesso à internet e radiodifusão. Participaram representantes da Eletrosul, PLPT, prefeitura de Bagé e outras instituições.

Figura 3- Equipamentos da rádio comunitária



Fonte: Autor (2011)

Em 2011, foi organizado um curso de informática básica com carga horária de 60 horas para os moradores, utilizando Telecentro instalado na comunidade, uma política de inclusão do PLPT. O curso foi uma parceria entre a prefeitura municipal de Bagé, através da Secretaria de Trabalho e Assistência Social, que cedeu alguns materiais, como *notebooks*, o governo estadual, pela Fundação Gaúcha do Trabalho, e o Programa Cidadão Bageense (Prociba), que cedeu o instrutor de informática.

Figura 4- Inauguração telecentro em 2011



Fonte: Autor (2011)

No excerto a seguir, Obá continua a citar outras conquistas para a comunidade, dentre elas o telecentro e a rádio comunitária como políticas públicas relevantes, também demonstra mágoa pelo desconhecimento da cidade de Bagé sobre a importância da comunidade, que é reconhecida até mesmo fora do estado. Também afirma que todas as movimentações pelo reconhecimento da comunidade foram realizadas respeitando a legislação.

Excerto 10- A comunicação desbravando os rincões

Obá

Outro projeto importante também que a gente ganhou eu não tinha falado foi a rádio comunitária, o centro de informática foi importante pra nós pra ver as nossas políticas, pessoas interagindo e passar aquela sabedoria, informações pra comunidade local, da região toda. Um outro fato inédito, a rádio comunitária, amadora, até do Rio Grande do Sul é a primeira com certeza do Rio Grande do Sul é a primeira comunitária oficial, eu acho que é outra conquista muito importante pra nós.

Em janeiro de 2014, a Associação das Comunidades Quilombolas Rurais de Palmas foi contemplada com um trator no valor de R\$ 70.000 (setenta mil) reais, o equipamento agrícola foi viabilizado pelo Fundo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento dos Pequenos Estabelecimentos Rurais (FEAPER). A comunidade foi beneficiada em programa específico da então Secretaria de Desenvolvimento Rural do governo do estado do Rio Grande do Sul (RS), representando mais uma política pública que possibilitou o acesso a direitos fundamentais para o desenvolvimento sustentável das comunidades.

Figura 5- Entrega do trator para a comunidade quilombola de Palmas



Fonte: Franceli Couto (2019)

No excerto 11, Lê resume a importância da associação e da organização da comunidade e da consciência que foram explorados principalmente no passado.

Fala de uma passagem que explica o significado de rincões na rádio Palmas FM outra política pública fundamental para a comunidade.

Excerto 11- A importância da legalidade

Lê

Baseado em leis que nos apoiam a gente começou a trabalhar nessas questões quilombolas, fundar a associação, fundar a entidade [...] Quando fundou a associação foi várias reuniões, vários eventos, onde a gente ficou sabendo que tinha esses direitos [...] Depois da liberação da escravização até hoje o pessoal ainda padece, libertaram botaram pra estrada, mas nunca nem um governo até hoje amparo, nunca um governo deu como deu para vários empresários fortunas e fortunas, mas pra esse pessoal que foi do tempo da escravização foram pra estrada e tiveram que se acomodar nos matos, nas estradas, cantos, porque até hoje, eu brinco na rádio, tô apresentando programa na rádio sobre significado de rincões [...] rincões é quando embretavam totalmente ali, o que sobrou é os rincões pro pobreril morar e hoje a maioria dos nossos pobres moram em rincões e ali a anos sem consegui se expandir e viver oprimido como nós sempre vivemos e as vezes o muito que a gente acaba ficando com pouco porque as malandragem sempre estão na nossa volta pra nos tirar o pouco que a gente tem. Sempre vi o meu avô, o meu pai comentar que não tinham como resgatar, como reagir e hoje graças a Deus amparados por as leis que foram feitas a gente aí foi trabalhando tentando resgatar um pouco de nossa história.

Nota-se que as políticas públicas implementadas no quilombo de Palmas são resultado direto da organização da comunidade, que se preparou para o recebimento de ações governamentais e não-governamentais, exercendo sua função política (TEIXEIRA, 2002).

Parcerias com institutos e Organizações não governamentais (Ongs) possibilitaram outras melhorias para a comunidade, como a construção de uma cisterna, executada em 2018, pelo Instituto Cultural Padre Josimo (ICPJ) pelo programa “Água Fonte de Justiça e Direito”. O projeto foi financiado pelo Fundo Nacional de Solidariedade (FNS) em convênio com a Comissão Pastoral da Terra (CPT).

As cisternas são formadas de placas para captação da água pluvial e servem para amenização da escassez de água em períodos de secas na região (ICPJ, 2018). Cabe destacar que construção da cisterna foi realizada em mutirão por moradores da comunidade quilombola de Palmas, o que confere mais significado para ação que trouxe benefícios para coletividade.

Figura 6- Construção de cisterna em mutirão



Fonte: Comissão Pastoral da Terra (2019)

Busquei evidenciar neste capítulo as inúmeras políticas públicas implementadas a partir do reconhecimento do da comunidade quilombola de Palmas possibilitaram a otimização de ações governamentais e também não-governamentais, que concederam mais autonomia aos moradores do quilombo, ao acessarem projetos e programas que foram decisivos para elevação da qualidade de vida da coletividade.

A mudança significativa após o reconhecimento como remanescentes de quilombo é identificada nos relatos dos participantes, que compreendem a diferença entre a comunidade anterior à vigência destas políticas públicas, e a fase posterior, quando principalmente através de programas do governo federal a comunidade

acessou empreendimentos, como o Programa Luz para Todos (PLPT), que contemplava a internet com telecentro e rádio comunitária; as moradias populares; programas de incentivo à agricultura e pecuária; implementos e equipamentos agrícolas, dentre outras.

As narrativas dos participantes, que neste capítulo mostraram a relevância das políticas públicas para fortalecer o coletivo, também demonstram pertencimento e comunitarismo ao tratarem de sua autodefinição enquanto quilombolas. No próximo capítulo, aprofundo a discussão da identidade quilombola numa perspectiva de identidades transitórias, fluídas e não fixas, dos pertencimentos e da organização comunitária emergidos nos relatos dos participantes sobre fatos e acontecimentos, modos de ser e de viver que os fazem comunidade, subsidiados pelos trechos com excertos e as respectivas análises no capítulo.

4 A CONSTITUIÇÃO DAS IDENTIDADES E PERTENCIMENTOS NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE PALMAS

Neste capítulo, abordo alguns conceitos importantes como identidade, comunidade, globalização, para fundamentar a análise e discussão dos dados produzidos pela pesquisa, no que se refere à identidade quilombola, ao pertencimento que se identifica nos relatos dos participantes ao demonstrarem o vínculo com a família e o lugar, à comunidade que se constituiu quilombola, ao hibridismo cultural permeando uma cultura nova e à resistência para manter o vínculo social e comunitário.

4.1 As identidades em tempos de pós-modernidade numa sociedade globalizada

As identidades numa perspectiva contemporânea de organização social subvertem a normatividade eurocêntrica de posicionar o sujeito partindo de uma visão única que determina comportamentos e modos de ser e ver o mundo baseados na unicidade. Os novos arranjos sociais e culturais exigem uma postura multicultural frente aos desafios da sociedade para definitivamente operar a ruptura com o cartesianismo moderno. Diante desse desafio, ressalta-se o pensamento de Hall:

A questão da identidade está sendo extensamente discutida na teoria social. Em essência o argumento é o seguinte: as velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como um sujeito unificado. Assim a chamada “crise de identidade” é vista como parte de um processo mais amplo de mudança, que está deslocando as estruturas e processos centrais das sociedades modernas e abalando os quadros de referências que davam ao indivíduo uma ancoragem estável no mundo sócio (HALL, 2005, p. 07).

Nesta perspectiva de pensamento pós-moderno, quanto à formação das identidades, o sujeito é visto como múltiplo e capaz de assumir diferentes identidades, que causam uma desestabilização no contexto em que vivem. Essas mudanças ocorrem a todo instante, constituindo então, identidades não fixas, transitórias e voláteis, que não permanecem de modo algum estáticas, assumindo novas faces identitárias no contexto social e comunitário, intensamente influenciadas

por uma fábrica de perversidades, que traduz a globalização (SANTOS, M., 2000). Esta globalização, de certo modo, opera decididamente na constituição das identidades, no momento em que a pós-modernidade nos mostra que nada é definitivo, que não existe nem um tempo, nem um lugar fixo para amparar estas identidades, que transitam entre o sujeito e o contexto no qual são construídas.

É urgente a necessidade de afirmar uma postura de subversão, quando o assunto é globalização. As misturas étnicas e raciais, os processos de hibridismo cultural reivindicam por uma globalização que inclua de fato estas especificidades populacionais e não aniquile as ditas minorias políticas e as nomeadas culturas inferiores. [...]“podemos, em primeiro lugar, reconhecer um certo número de fatos novos indicativos da emergência de uma nova história. O primeiro desses fenômenos é a enorme mistura de povos, raças, culturas, gostos, em todos os continentes”. (SANTOS, M., 2000, p.10).

Este contexto contemporâneo nos apresenta uma globalização que silencia e apaga as culturas locais, restringindo a visibilidade nas relações que estabelecem, uma perversidade que aniquila as diferenças, homogeneizando os sujeitos inseridos nesses processos. Para Santos M. (2000, p.10), “a perversidade sistêmica que está na raiz dessa evolução negativa da humanidade tem relação com a adesão desenfreada aos comportamentos competitivos que atualmente caracterizam as ações hegemônicas”.

A formação de comunidades, entrelaçadas pelos seus laços familiares e pelas comunicações de pertencimentos constituem uma ruptura à ordem normativa vigente que na contemporaneidade silencia as vozes das ditas minorias. Contempla outras histórias e outras sociabilidades que se encontravam marginalizadas, considerando os atravessamentos identitários que envolvem gênero, classe, geração, raça, dentre outros.

Neste ínterim, estas identidades silenciadas assumem posturas convergentes com o discurso da diferença, buscando valorizar as especificidades de cada identidade cultural. A diferença se refere ao direito de se reconhecer, numa sociedade capitalista globalizada, como diferente, no sentido de afirmar suas identidades, buscar espaços de reconhecimento e de valorização e também políticas públicas para atender às especificidades de segmentos populacionais, ir ao encontro dessa diferença, quando a igualdade nos esfacela, nos descaracteriza e impede,

ainda que na subjetividade de serem sujeitos de direitos na construção de uma sociedade mais justa e equitativa (SANTOS,B.,1999).

Os negros quilombolas são marcados por esta fenotipia, de onde advém as discriminações relativas a este segmento populacional. “A raça não cria problema, mas sim a diferença fenotípica por ela simbolizada. A solução não está na negação das diferenças ou na erradicação da raça, mas sim na luta e numa educação que busquem a convivência igualitária das diferenças” (MUNANGA, 2005/2006, p. 56).

Na atualidade, a valorização das diferenças provoca o encontro com estas identidades negras quilombolas que buscam enquanto construções sociais e culturais a afirmação de seus modos de ser e viver, que envolve linguagem, cultura e outros aspectos fundamentais para compreensão das constituições dos sujeitos, que ocupam os mais diversos espaços constituídos a partir das suas ações sociais e culturais na tentativa de ressignificação de suas identidades culturais marcadas pela diferença, que Hall compreende assim:

A diferença, sabemos, é essencial ao significado, e o significado é crucial à cultura. Mas num movimento profundamente contra-intuitivo, a linguística moderna pós-saussuriana insiste que o significado não pode ser fixado definitivamente. Sempre há o "deslize" inevitável do significado na semiose aberta de uma cultura, enquanto aquilo que parece fixo continua a ser dialogicamente reapropriado. A fantasia de um significado final continua assombrada pela "falta" ou "excesso", mas nunca é apreensível na plenitude de sua presença a si mesma (HALL, 2003, p. 33).

A identidade cultural é resultado da constituição de alguns fatores que dizem respeito aos aspectos da natureza humana, laços familiares. A diáspora africana propiciou um encontro de culturas em um novo mundo, onde a construção dessas identidades foi também permeada por relações de poder e a afirmação das diferenças resultantes desse processo da diáspora. De que forma se constituem e se relacionam as identidades e os pertencimentos num mundo globalizado? É preciso afirmar a diferença para sobrevivência dessas culturas locais com suas especificidades, na perspectiva da valorização da identidade cultural desses sujeitos, assim problematizado por Hall (2003, p.28), “como podemos conceber ou imaginar a identidade, a diferença e o pertencimento, após a diáspora, [...] O que a experiência da diáspora causa a nossos modelos de identidade cultural?”

Estas identidades culturais, então, se constituem entre o sujeito e o seu grupo, nas experiências e vivências, nas experimentações e mudanças, na produção de

cultura. Para Hall (2003, p. 44), “Paradoxalmente, nossas identidades culturais, em qualquer forma acabada, estão a nossa frente. Estamos sempre em processo de formação cultural. A cultura não é uma questão de ontologia, de ser, mas de se tornar”.

Assumindo distintos papéis de acordo com as culturas locais, as identidades se interpõem individualmente como marcação de personalidades, e coletivamente como uma postura defensiva e preventiva em relação a outros grupos, a partir de uma autodefinição que se contrapõe ao que se atribui aos outros numa postura que demarca ideologias e interesses de qualquer natureza.

A identidade é uma realidade sempre presente em todas as sociedades humanas. Qualquer grupo humano, através do seu sistema axiológico sempre selecionou alguns aspectos pertinentes de sua cultura para definir-se em contraposição ao alheio. A definição de si (autodefinição) e a definição dos outros (identidade atribuída) têm funções conhecidas: a defesa da unidade do grupo, a proteção do território contra inimigos externos, as manipulações ideológicas por interesses econômicos, políticos, psicológicos, etc. (MUNANGA, 1994, p. 177-178).

A partir desse pensamento, a constituição das identidades está associada não somente ao sujeito, mas sim às relações que estabelecem com o seu grupo na intenção de proteger das ameaças externas tudo que foi idealizado e construído para a formação da identidade cultural coletiva. Isto é inerente a qualquer grupo que percebe esta necessidade protetiva do seu espaço de convívio e socialização. A identidade não é natural, ela vai sendo constituída nas relações estabelecidas entre o sujeito com os outros observando aspectos sociais, históricos e culturais, é um marcador de posicionamento individual e coletivo perante grupos sociais distintos. “A identidade não é algo inato. Ela se refere a um modo de ser no mundo e com os outros. É um fator importante na criação das redes de relações e de referências culturais dos grupos sociais” (GOMES, 2005, p. 37).

Em tempos de pós-modernidade, não se considera a identidade essencialmente biológica, pois ela não está situada apenas no campo definido como humano, ela é atravessada por outroselementos, diria atributos como raça, etnia, sexo, linguagem, cultura e outros, como Munanga afirma:

(...) existe, é certo, uma identidade humana, mas essa identidade é sempre diversificada, segundo os modos de existência ou de representação, as maneiras de pensar, de julgar, de sentir, próprias às comunidades culturais,

de língua, de sexo, às quais pertencem os indivíduos e que são irredutíveis às outras comunidades (MUNANGA, 2005/2006, p. 48).

A reconstituição de identidades negras e quilombola silenciadas pela historiografia brasileira de tradição hegemonicamente europeia está centrada na transposição desses mecanismos de manutenção do *status quo* que as torna imperceptíveis, aparentes, sem efeito, não notadas, “Ou seja, não é que o negro não seja visto, mas sim que ele é visto como não existente” (LEITE, 1996, p. 41). A forma como se constitui a sociedade brasileira nos *modus operandi* de valorização das culturas, percebe-se que a contribuição negra se encontra sempre subvalorizada, desconsiderada, por isso na prática apagada.

Estes movimentos à procura dessas identidades se constituem como uma ruptura ao modelo estabelecido, buscando encontrar um oásis identitário que parecia perdido para os grupos que historicamente ficaram alijados de participar desse contexto com sua contribuição cultural, e impedidos por engendramentos nos sistemas discriminatórios dispostos nos diversos segmentos da sociedade brasileira. Esse processo em busca dessas identidades que foram negadas ou invisibilizadas, no processo da diáspora africana está associada à diferença, onde estes grupos politicamente minoritários reivindicam o reconhecimento de suas especificidades e a implantação de políticas públicas de inclusão para si.

Uma identidade é constituída a partir de uma comparação com outras identidades, no isolamento elas não se constituem. A identidade negra e quilombola é entendida, aqui, como uma construção social, histórica, cultural e plural. “Implica a construção do olhar de um grupo étnico/racial ou de sujeitos que pertencem a um mesmo grupo étnico/racial, sobre si mesmos, a partir da relação com o outro” (GOMES, 2005, p. 43).

As comunidades de remanescentes de quilombos no Brasil reúnem histórias de vida que, numa perspectiva pós-colonial, legitimam as formas de resistências à exploração que sofreram e continuam sofrendo. “A pós-colonialidade, por sua vez, é um salutar lembrete das relações “neocoloniais” remanescentes no interior da “nova” ordem mundial e da divisão de trabalho multinacional” (BHABHA, 1998, p. 26).

Este pós-colonialismo produz hibridismos culturais, que resultam em novos arranjos e novas situações, compilando elementos como cultura, ideias, políticas, numa perspectiva de construção social que alimenta as respectivas relações e estruturas de poder que se sustentam no pós-colonialismo e determinam os lugares

que cada segmento populacional deve ocupar. “Estes são sempre inscritos diferentemente pelas relações de poder — sobretudo as relações de dependência e subordinação sustentadas pelo próprio colonialismo” (HALL, 2003, p. 34). Observa-se, na contemporaneidade, o surgimento de sociedades hibridizadas onde a possibilidade de existência de uma cultura pura está cada vez mais distante da realidade experimentada por estas populações, que misturam as culturas, gerando uma nova cultura fruto desta hibridização.

As diversas culturas que contribuíram para a formação do povo gaúcho já não mais existem nesta perspectiva de pureza. Assim, as negras e os negros quilombolas de Palmas, descendentes da diáspora africana, constituem suas identidades numa cultura híbrida, mesclando aspectos culturais e históricos dos homens e mulheres do campo, gaúchos e gaúchas da campanha, negros quilombolas que em sua resiliência resistiram e sobreviveram às atrocidades da escravidão e na atualidade as armadilhas da pós-colonialidade.

4.2 A constituição da identidade quilombola no contexto da vida comunitária

Na contemporaneidade, as questões das identidades e de pertencimentos estão associadas aos contextos comunitários onde ocorrem estas relações em que identidades emergiram e emergem na comunidade quilombola de Palmas, em volta numa história centenária marcada por lutas e resistências, no passado contra a escravidão, que propiciou acúmulo de riquezas para os latifundiários proprietários de terras na região e na atualidade pela titulação da terra e a efetivação de políticas públicas. A resistência destes sujeitos quilombolas a uma cultura hegemônica, que inferioriza as demais culturas civilizatórias e torna estes sujeitos desprovidos de intelectualidade, articula neste processo a subversão dessa normatividade ocidental.

A constituição das identidades negras e quilombolas nessa perspectiva obedecem uma lógica de orientação de uma nova ordem alicerçada pela hibridização das culturas diaspóricas, que cruzaram o atlântico em busca do reconhecimento das diferenças e a afirmação desse pertencimento que caracteriza os sujeitos a partir dos seus modos de ser e viver, gerando novos significados e configurando novos arranjos culturais.

As narrativas dos participantes da pesquisa evidenciaram uma identidade quilombola que permaneceram por longo tempo silenciadas, aproximando-se de

outra constituição identitária, estranha às suas origens, diferentemente de Narciso, personagem mítico da mitologia grega, que ao ver sua imagem refletida em um rio apaixonou-se por ela. Este espelho quilombola e de negritude foi coberto pelo sistema racista brasileiro com suas estruturas de poder, que subterfugiam estas identidades, dificultando este auto-reconhecimento e por consequência o encantamento com sua própria imagem.

Na verdade, os sujeitos quilombolas de Palmas, convergindo com Novaes (1993), caminham numa trajetória de reivindicação de uma identidade que historicamente foi apagada pelas construções sociais hegemônicas. A busca por estas identificações no espelho é um determinante identitário de luta e de resistência, é uma busca de um “eu” quilombola. “Importante perceber que o conceito de identidade deve ser investigado e analisado [...] porque ele é um conceito vital para os grupos sociais contemporâneos que o reivindicam”(NOVAES,1993, p. 24).

Ao reivindicarem identidades para compor seu constructo social, os moradores quilombolas de Palmas estão impregnados de resistência coletiva representativa, já que estão inseridos num contexto desfavorável e que historicamente negou este direito. Ao descobrirem-se quilombolas, percebe-se a necessidade de afirmar esta identidade, fruto do reconhecimento da comunidade sobressaindo uma trajetória coletiva quilombola, baseada nos laços familiares, de compadrio e de solidariedade. A constituição das identidades a partir das vivências e experiências contadas e recontadas pelos/as quilombolas da comunidade de Palmas se tornam fundamentais na perspectiva de ressignificação desse pertencimento quilombola, assim como a afirmação de uma postura de resistência, ressaltando os modos de ser e viver dos sujeitos.

A comunidade negra quilombola de Palmas está imersa ainda nas amarras de uma sociedade que reproduza dominação dos descendentes escravocratas preservados pelas relações que estabelecem na contemporaneidade com os descendentes dos escravizados, destaca-se a exploração da mão de obra barata, que de certo modo é a manutenção do *status quo* colonial escravocrata, de relações de desigualdade entre essas duas realidades sociais. O invólucro social onde ela está inserida remete a uma construção histórica, em que suas identidades sempre foram permeadas por aspectos determinantes de reclusão social e a reprodução de

elementos culturais alheios às suas vontades, mas que influenciaram e influenciam decididamente suas subjetividades no contexto comunitário.

De certo que o desconhecimento do legado de seus ancestrais africanos e da luta organizada em território nacional pelo fim da escravidão e suas mazelas são aspectos a serem considerados no processo da formação identitária dos sujeitos quilombolas de Palmas. A partir do reconhecimento externo da comunidade como remanescente de quilombo, os participantes da pesquisa passam a percorrer uma nova trajetória de construção de identidades, de luta, de resistência e de sobrevivência, tendo como ponto de partida suas referências de grupo em relação aos outros, identidades não fixas, que transitam entre os sujeitos.

Enquanto sujeitos sociais, é no âmbito da cultura e da história que definimos as identidades sociais (todas elas, e não apenas a identidade racial, mas também as identidades de gênero, sexuais, de nacionalidade, de classe, etc.). Essas múltiplas e distintas identidades constituem os sujeitos, na medida em que estes são interpelados a partir de diferentes situações, instituições ou agrupamentos sociais. Reconhecer-se numa identidade supõe, portanto, responder afirmativamente a uma interpelação e estabelecer um sentido de pertencimento a um grupo social de referência. Nesse processo, nada é simples ou estável, pois essas múltiplas identidades podem cobrar, ao mesmo tempo, lealdades distintas, divergentes, ou até contraditórias. Somos, então, sujeitos de muitas identidades e essas múltiplas identidades sociais podem ser, também, provisoriamente atraentes, parecendo-nos, depois, descartáveis; elas podem ser, então, rejeitadas e abandonadas (GOMES, 2005, p. 42 e 43).

O contexto cultural da comunidade quilombola de Palmas se constituiu através de seus sujeitos, modos de ser e viver relacionados às suas interpretações de mundo, que constroem significados e estabelecem relações de pertencimentos, pautadas nas suas múltiplas identidades sociais, que não são fixas, e nem permanentes, mas voláteis e provisórias. Nesse sentido o surgimento de pertencimento quilombola é algo que foi construído pela comunidade. As incertezas que permeiam este contexto social constituem essa identidade cultural na qual ocorrem essas transformações (BAUMAN, 2001; HALL, 2005).

Estas múltiplas e transitórias identidades dos sujeitos quilombolas de Palmas se constituem num contexto social contraditório, cujas narrativas dos participantes são marcadas por movimentos que ressaltam as lutas e resistências da comunidade como processo necessário para a preservação de uma postura comunitária em defesa do território e de tudo que foi construído, convivendo com as divergências e as dissidências relatadas pelos participantes. As categorias exmanentes provocaram

narrativas imanentes, que são as impressões dos sujeitos participantes, o ponto de vista deles emergidos nas entrevistas (JOVCHELOVITCH; BAUER, 2015).

A ressignificação dessas identidades consideradas subalternas que foram ao longo do tempo sendo descaracterizadas pelo poder hegemônico eurocêntrico passa a ser a aceitação dessas múltiplas identidades, recheadas de um contexto intercultural que valoriza todas matizes culturais brasileiras em suas dimensões e respeita estas diferenças que são constantemente reelaboradas nas relações estabelecidas entre os sujeitos (BAUMAN, 2005; BHABHA, 2003; GOMES, 2005; HALL, 2003, 2005).

Em uma das entrevistas realizadas para esta pesquisa, Obá, como uma das principais lideranças e o primeiro presidente da associação do quilombo de Palmas, relata como a comunidade se descobriu quilombola. Na sua fala inicial, emerge a importância do movimento negro no processo para o reconhecimento da comunidade quilombola de Palmas. Percebe-se no relato que os moradores não tinham noção de que eram uma comunidade remanescente de quilombo e nem mesmo que poderiam ser descendentes de escravizados. A identidade quilombola, pela voz desse participante, passou a existir desde o contato da comunidade com instituições externas que militavam na perspectiva de identificar e reconhecer territórios quilombolas, nesse caso específico o movimento negro. Nota-se, então, que a constituição de uma identidade quilombola foi construída numa interação entre lideranças do movimento negro, no aprendizado da resistência e da luta.

Na perspectiva das narrativas tridimensionais, os fatos narrados compõem uma interação entre o tempo em que ocorreram, os registros da memória e o que continua sendo relevante na ótica de cada participante e que emergiram durante a pesquisa.

Excerto 12- O despertar da Identidade quilombola!

Obá

Bem a comunidade foi descoberta pelo movimento negro de Bagé junto com a igreja católica, secretaria, prefeito e a Emater fizeram um grupo lá de ação... a partir daí vieram a campo conhecer, entrevistar, ouvir as pessoas, os moradores e aí deu início a uma longa caminhada que vemos até hoje, de começo foi feito vários encontros regionais, locais e regionais e a gente se descobriu que era uma comunidade quilombola, que até então não sabia nem

o significado da palavra quilombola e também não tinha certeza de ser descendente de escravo.

No excerto 12, e nas entrevistas realizadas, de modo geral, percebe-se vagueza em relação à composição identitária étnico-racial negra, associada a um tempo passado. Isto não causa surpresa, pois, numa sociedade contemporânea herdeira de um amplo passado de escravidão, uma das heranças que permanece é a negação da contribuição da população negra para o país em todas as dimensões. Seja social ou cultural, a história dos negros é invisibilizada ao longo da história do Brasil. A não imediata auto-identificação étnica configura-se como a não incorporação espontânea e imediata desse pertencimento étnico. Construir esta identidade negra e positiva também é um desafio para os moradores da comunidade quilombola de Palmas. Na perspectiva das entrevistas tridimensionais o convívio demarcado por processos sociais e históricos possibilitam modos de ser e viver da comunidade e a construção de uma identidade étnica negra e quilombola (CLANDININ; CONNELLY, 2015).

Na atualidade, os quilombolas são trabalhadores numa sociedade capitalista, explorados pelo capital e continuam a ter que negar a sua condição de negros para serem aceitos na conjuntura social como confirmam os relatos dos participantes. Para Gomes (2005), “Construir uma identidade negra positiva em uma sociedade que, historicamente, ensina aos negros, desde muito cedo, que para ser aceito é preciso negar-se a si mesmo é um desafio enfrentado pelos negros e pelas negras brasileiros (as)” (GOMES, 2005, p. 43).

Abaixo, Obá assinala a marcação de uma identidade de luta e de resistência a partir da conscientização dos seus moradores quanto aos seus direitos.

Excerto 13- Inspiração e resistência!

Obá

Eu me inspiro até num momento deste, como este para lutar mais forte pelo nosso direito, eu acho que jamais desistir. Que é ficou nítida a mani... a forma manipulosa como somos tratados e maioria das pessoas aceita isso, passa toda a vida no cabresto e dizem que não, não têm consciência onde é que tão pisando e por onde tão andando, coisa que nosso governo socialista que

chegou em Bagé e chegou em Brasília, passou pelo estado também, nos deu esta oportunidade.

No excerto 14, o participante Obá fala sobre algo que identifica como uma força sobrenatural que ele sente, e que, na sua concepção, lhe dá forças para continuidade da luta. Faz uma alusão aos ancestrais que lhe concederam esta inspiração. Ao falar dos ancestrais, certamente se refere, ainda que não explicitamente, a uma identidade que reconhece a influência espiritual de origem africana. Isto se deve ao contato com militantes do movimento negro que são ligados ao batuque, umbanda e outros complexos religiosos advindos da diáspora africana.

Excerto 14- A força da ancestralidade!

Obá

Olha esqueci uma coisa, até espiritual. Sinto uma força, algo, uma coisa, extra, sei lá, sobrenatural, uma força sobrenatural que bota a gente no lugar certo na hora certa para fazer a coisa certa, então com certeza nossos ancestrais lá em cima olhando a gente fazer, iluminando, nos dando força, nos dando garra pra continuar a luta coisa que eles não tiveram oportunidade de fazer, hoje nós tamo conseguindo fazer. Graças a Deus, até agora, eu me considero um vencedor junto com a minha comunidade, já é vencedora e muito vencedora.

No excerto 15, a participante Iyalodê cita a briga no campo jurídico, devido às contestações de fazendeiros da região ao processo de reconhecimento da comunidade quilombola. Assinala também os conflitos locais e fala sobre o boicote dos fazendeiros ao não ofertarem serviço aos que estão lutando pela terra no quilombo. Também demonstra sua identificação quilombola, plenamente delineada pelo seu protagonismo na defesa dos interesses da comunidade quilombola, ressalta-se as identidades de mulher, mãe e liderança que defende os seus territórios.

Excerto 15- Afirmação de uma identidade quilombola!

Iyalodê

[...] então a briga ficou mais, mais no jurídico e local, local porque os que se sentiram incomodados são os detentores do poder de barganha com alguns postos de emprego, que na verdade eu chamo, eu digo sempre, barganham por migalhas tem mínimo, pouquíssimos postos de trabalho e isso eles usam contra o povo, usaram na época, não se sei ainda continuam, hoje não moro mais na comunidade. Mas até hoje se sente a pressão, muita gente acha que ser quilombola é feio, outros acham que ser quilombola é orgulho, que é o meu caso.

Apesar de não residir atualmente na comunidade por motivos de enfermidade, Iyalodê assume, no excerto anterior, o orgulho de ser quilombola e apresenta um senso de satisfação ao ajudar na resistência da comunidade perante a reação dos ruralistas. O conflito ocorreu com a não aceitação dos ruralistas apoiados pela suas entidades de classes, que se posicionaram contrárias à demarcação das terras que devem ser destinadas para os quilombolas, o que provocou a invasão e o bloqueio do acesso às principais áreas da comunidade quilombola. Este fato ocorreu em março de 2010 e perdurou, segundo os relatos, vinte oito dias.

No próximo excerto, a identidade quilombola e o apoio para as lutas surgem no relato do participante Abá, que ressalta a importância do surgimento da comunidade e que, segundo ele, está sempre ao lado da associação. Entendo na sua fala que ele está inserido na luta.

Excerto 16- O reconhecimento da luta quilombola

Abá

Então a gente tem só que agradecer o que tá passando, o que passou também agradecer porque tínhamos saúde pra sofrer todas essas necessidades, pedindo que conserve, assim que venha as oportunidades sempre pra gente que é humilde, oportunidade pra trabalho, material coisa pra gente trabalhar [...] E o quilombo taí, eu tô sempre ao lado dele, não posso desistir, aonde a gente deu uma melhorada com ele na vida os projetos que veio, o quintalzinho tudo a bem do quilombo, a bem da associação. Por isso temos que agradecer

a Deus, primeiramente a ele, depois às pessoas que nos ajudam.

No excerto 16 acima, Abá, como um antigo morador e o entrevistado mais idoso, relaciona as melhorias experimentadas pela comunidade desde que foi reconhecida como remanescente de quilombo, um relato humilde que destaca o progresso do quilombo. A identidade quilombola constituída na luta e resistência aparece nesse relato de Obá, que demonstra consciência que a luta ainda não chegou ao fim, mas garante que não há como o processo retroceder. Nesse momento, o participante afirma que o processo da comunidade não tem mais como retroceder e pede respeito, aos governantes que virão, com o legado da comunidade quilombola de Palmas e tudo que ela representa. Inclusive, faz uma alusão à extrema direita, que ganhou espaço no cenário político brasileiro. Percebe-se na sua fala a importância da luta organizada e o respeito à legislação, que possibilitaram o reconhecimento da comunidade e as respectivas políticas públicas.

Excerto 17- A certeza do não retrocesso do processo da comunidade

Obá

Eu acho que daqui pra frente é nós temos que continuar cobrar dos governantes, nos impor se nós parar hoje e botar na mesa pra esses governantes tudo que a gente conquistou. Eu tenho uma esperança que eles vão se sensibilizar que não tem mais como nos ganhar no grito, vão ter que nos engolir, ter que aceitar que a gente fez, que a gente é, o que nós somos, o filho que cresceu, que já amadureceu, não tem que, como eles nos enfrentar, nos intimidar. Não tem governo A e B de extrema direita que vai... que vai nos assustar e nós já conseguimos provar pra sociedade brasileira que a muito tempo nós não semo mais um João ninguém, semo uma comunidade respeitada pelo menos certificada e consciente daquilo que nós queremos. Já temo o nosso nome muito lá em cima pra evitar alguma desculpa pra desistir dessa luta e temo colaborado com muitas coisas, inclusive universidades com essa experiência que a gente adquiriu, então é uma responsabilidade muito grande hoje só espero que os governantes, que tão entrando e são oposição a nós, que nos respeite, querem continua oposição a nós mas respeitem queremos ser conhecidos com aquilo que a gente passou. Acho que é isso aí.

No excerto 17 acima, Obá afirma em seu relato o reconhecimento da importância do que já foi realizado e a projeção de não retrocesso, convergindo com a perspectiva da pesquisa narrativa tridimensional, onde o tempo, espaço se conectam no decorrer dos fatos e acontecimentos narrados (CLANDININ; CONNELLY, 2015).

Nas análises deste item 4.2, os relatos dos participantes evidenciaram uma busca da construção de identidades ao longo do percurso das vivências comunitárias que experimentaram no seu contexto. A identidade negra sobressaindo da invisibilidade, a quilombola do aprendizado da luta e no conhecimento dos respectivos direitos, que constituíram também saberes que resistem à normatividade. Os excertos inseridos neste capítulo confirmam a construção de uma identidade quilombola, manifestado pelos participantes.

À medida que a militância e a aquisição do conhecimento, bem como as relações foram sendo estabelecidas com o externo à comunidade, estes sujeitos passaram a se auto-reconhecerem e se auto-determinarem como quilombolas, isto associado a um passado constituído de relações familiares, laborais e comunitárias, em que construíram também pertencimentos, que na atualidade fortalecem a luta e de certo modo proporcionam a compreensão da sobrevivência desse modo de ser e viver em comunidade.

4.3 Pertencimento e comunidade: ressignificações das vivências quilombolas

Nem as agruras da escravidão, as intempéries da natureza, a inospidez do solo, as distâncias a percorrer relatadas pelos participantes da pesquisa, foram capazes de afetar o sentimento de pertença dos moradores do quilombo de Palmas e a ligação familiar, bem como outros laços que continuam fortalecendo e preservando, na conjuntura atual, os elementos essenciais na constituição da comunidade. “a auto afirmação aparece realmente através da existência de um espaço de pertencimento e de referência, mas também a partir do grupo social que produz e espacialidade” (D’ADESKY, 2001, 123). Os quilombolas de Palmas evidenciam nas suas narrativas que o pertencimento está solidificado a partir das suas vivências, mas também a partir das experiências coletivas, que foram sendo construídas no seu grupo social. Portanto o coletivo determina a constituição do pertencimento desses participantes da pesquisa.

Os relatos dos participantes são elucidativos no que diz respeito à formação de uma comunidade, que inicialmente se reunia para celebrar festas, torneios esportivos e outros atos recreativos, uma forma de fortalecimento de um pertencimento e identidades negra e quilombola, que, a partir da organização política da associação das comunidades quilombolas rurais, se tornou um marco para a reivindicação de direitos e a compreensão dessas marcações identitárias e os pertencimentos. “As famílias negras que assentaram territórios negros, na região de Palmas, estavam unidas por laços de parentescos, de compadril, de solidariedade e principalmente, por meio dos bailes campeiros, das lides campeiras, de música e de canto” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 2007, p. 36).

A comunidade se organiza a partir do olhar sobre si e das relações estabelecidas pelos seus membros inseridos neste contexto comunitário. “O tipo de entendimento em que a comunidade se baseia, precede todos os acordos e desacordos. Tal entendimento não é uma linha de chegada, mas o ponto de partida de toda união. É um “sentimento recíproco e vinculante” (BAUMAN, 2003, p. 15). Ficou evidenciado nos relatos que a comunidade quilombola de Palmas a partir da regularização fundiária de suas terras passa a experimentar uma ruptura entre alguns de seus membros, quando uma parte minoritária adotou uma posição contrária à demarcação das terras pelo Incra e à respectiva titulação por não concordarem principalmente com a coletividade da terra.

Porém o controle da diretoria da associação continuou com a maioria que defendia o direito de ter a posse definitiva das terras, que ocupam o que pode se caracterizar como uma comunidade, apesar das contradições. O que mantém a maioria coesa nessa luta encontra uma justificativa plausível em Bauman (2003, p. 16) — “a vontade real e própria daqueles que se unem”; e é graças a esse entendimento, e somente a esse entendimento, que na comunidade as pessoas “permanecem essencialmente unidas a despeito de todos os fatores que as separam”.

A ideia de comunidade que se encontrou nas entrevistas narrativas pela voz dos informantes, não é fixa, nem significa uma fortaleza ou uma certeza, é algo que pode ser inclusive de origem efêmera, portanto ao contrário, é algo frágil pelas circunstâncias de conflito que a cercam, sujeita a alterações do contexto social e cultural onde está inserida, uma areia movediça que pode a qualquer momento desestabilizar, com a possibilidade ainda de descaracterização dessa comunidade,

cuja defesa é a organização de seus membros com atitudes de fortalecimento. “A comunidade de entendimento comum, mesmo se alcançada, permanecerá, portanto, frágil e vulnerável, precisando para sempre de vigilância, reforço e defesa” (BAUMAN, 2003, p. 19).

Neste pensamento, a comunidade deve se proteger e enfrentar seus inimigos, sejam internos ou externos, ou mesmo os que não podem ser visualizados, assim se caracteriza a resistência do comunitarismo dos quilombolas de Palmas, convergindo com Bauman:

A comunidade *realmente existente* se parece com uma fortaleza sitiada, continuamente bombardeada por inimigos (muitas vezes invisíveis) de fora e freqüentemente assolada pela discórdia interna; trincheiras e baluartes são os lugares onde os que procuram o aconchego, a simplicidade e a tranquilidade comunitárias terão que passar a maior parte de seu tempo (BAUMAN, 2003, p. 19).

Nesta perspectiva, os membros da comunidade devem ser protagonistas na organização coletiva e nas suas condutas individuais, procurando, nesta movimentação, a sobrevivência comunitária para não se transformar apenas em um projeto não realizado. “Na medida em que precisam ser defendidas para sobreviver e apelar para seus próprios membros [...] todas as comunidades são postuladas: mais projetos que realidades” (BAUMAN, 2001, p. 357).

A categoria pertencimento identificada nas memórias dos participantes das entrevistas organiza em subcategorias: família, trabalho e lugar. Essas subcategorias estão associadas à ideia de defesa do território e das construções sociais e culturais que estabeleceram no percurso da luta e da resistência. Constatase o vínculo na maioria dos relatos, sendo ressaltada a valorização das suas origens e a contemplação do lugar (espaço físico) como um paraíso, a valorização dos laços estabelecidos, o que nessa ótica de se pensar a pertença, Sarmiento (2002, p.276) explica que: “o pertencimento constitui-se pelas relações comunitárias, pelas construções de referências, valores de pautas de condutas e distribuição de poderes que são inerentes à pertença comunitária”.

Os laços de amizade e pertencimento entre os sujeitos moradores do quilombo de Palmas formaram uma espécie de invólucro para guardar as identidades negras quilombolas, pois no momento em que essa construção identitária foi estimulada conforme alguns relatos pelas organizações do movimento negro, descobrindo-se

uma comunidade remanescente de quilombo, ocorreu o fortalecimento desses vínculos, que encontra convergência com o laudo sócio, histórico e antropológico da comunidade. “Diante do racismo, da opressão cultural e da repressão policial na campanha os negros fortaleceram seus laços comunitários por meio do trabalho, das festas e de manifestações singulares, construindo histórica e socialmente uma “teia de significados” quilombola” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 2007, p.39).

As tradicionais festas, o trabalho e outras formas de organização da comunidade foram determinantes para constituição dessa identidade quilombola e preservação do pertencimento, que resistiram e resistem a todas formas opressivas; ontem a escravidão, na atualidade o trabalho, através da prestação de serviços, que, conforme relatos dos participantes, não são valorizados.

A relação com o trabalho aparece muitas vezes nos relatos associada à coletividade no grupo familiar, integrando trabalho ao espaço privado no tempo passado. A participante Irê se posiciona nesse sentido, quando fala sobre os ascendentes e seu núcleo familiar, no excerto 18. Sua memória traz as lembranças do contexto privado, através das histórias vivenciadas por esta participante, assim como as que lhe foram contadas. No seu relato, o sentimento de pertença e lembrança da família estão intensamente assinalados, ressaltando seus pais e informando o envolvimento nas atividades laborais de todos, inclusive mulheres e crianças, com o intuito de auxiliar na manutenção da economia familiar. Também fica nítido que seus avós eram moradores da comunidade, sendo que no trecho final ela menciona, convicta, que hoje é membro de uma comunidade quilombola.

Excerto 18- Família e trabalho

Irê

Minha mãe nos criou, e eu tenho onze irmãos, todos aqui trabalhando, lavando pra fora, meu pai no serviço braçal. Minha mãe sempre me contava que a luta dela foi aqui também se criaram todos aqui e ela morreu com 96 anos, antes perdi o meu pai com oitenta anos, todos lutando, trabalhando. Criei meus filhos todos trabalhando [...] O meu pai contava que o pai deles criou eles aqui trabalhando, lutando, a nossa campanha aqui é muito maravilhosa hoje é uma comunidade quilombola bastante gente.

A família e sua relação com o lugar é também construída como indício de pertencimento por Obá, que traz informações relevantes sobre a sua ascendência, a origem da família Alves, e cita outras que formaram o tronco familiar dos quilombolas de Palmas; sobre como foram divididas as terras e o surgimento dos rincões, que formam geograficamente as localidades da comunidade. Relaciona alguns passos que nortearam a identificação da comunidade, como mostra o excerto 19.

Excerto 19- Ascendências no quilombo de Palmas

Obá

Um dia te falei sobre os projetos, sobre as conquistas, o laudo escrito em si. Foi importante ter descoberto a nossa história, as nossas raízes o conto do passado isso foi novidade pra nós foi quando chegaram aqui pra saber disso aí através de busca de documento, entrevista entre nós mesmos, aí ouvindo os mais velhos, nunca tinha puxado para este lado nossa origem de que forma a gente chegou, aí descobrimos que a nossa bisavó chegou aqui sendo libertada da escravidão que é a Margarida Saboia Pires deu origem nas fazendas dos Pires e tinha a Procópia Soares, era também escrava todas que deu origem a nossa comunidade. A Margarida Saboia Pires e descobrimo primeiramente através de fala oral, mas depois com documento também com sete anos de idade ela foi inventariada escrava aí foi a origem da família Alves que o marido dela era Alves, Tônico Maria Alves que deu origem da família Alves. O marido não era tão negro, então ela era bem negra e escrava. Ele registrou os filhos só no sobrenome dele. Tem várias outras histórias mais pra traz que eu acho muito bacana. [...] A vó Eva que era mãe da minha vó, era vó da minha vó, veio do Uruguay e casou com capataz de fazenda aqui, família Silva. Enfim tantas histórias. Estas duas famílias tinham cinco braças de campo daí aumentou nosso território. As terras divididas por família, na pedreira a família Soares, no lado aqui o rincão dos Alves, família Alves foi assim que se formou a comunidade, nós temos a Toca do Sapateiro que tá no território de família que fica isolada, temo a família Franco também faz parte da nossa comunidade que é lá do Rincão do Inferno [...] Quilombo se diferencia dos outros, são três territórios, mas a associação é uma só.

Outros participantes, como Onã e Abá, também descrevem esta pertença que mesmo com o trabalho itinerante e as distâncias, a exploração da mão-de-obra barata e outras dificuldades, na verdade foram determinantes para o fortalecimento desses vínculos descritos e registradas no laudo:

As famílias negras ligadas, ligadas por descendência, aos troncos fundadores do quilombo de Palmas, tais como Margarida Sabóia e Antônio Alves; Procópio e Balbino Soares e Adriana Sabóia e outros, acabaram criando roças cultivadas pelos negros, onde plantavam e colhiam verduras, frutas e hortaliças em função de uma economia de aprovisionamento. Os quilombolas atuavam por meio do extrativismo vegetal com produção de lenha e de carvão, primordialmente uma atividade precária e itinerante, quase sempre forjada num campesinato negro itinerante. Trabalhando também, em campos alheios, em condições sempre precárias e de sujeição social e sob um padrão injusto (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 2007, p. 24).

O participante Onã também ressalta o convívio familiar e a necessidade de trabalhar desde cedo para auxiliar no sustento da família. Além disso, percebe-se o pertencimento dos sujeitos do seu núcleo com o lugar e as dificuldades estabelecidas pelas distâncias e as condições de trafegabilidade da localidade, que aumentavam as dificuldades.

Excerto 20- O *Sui-generis* rincão do Inferno

Onã

Bom dia eu tenho pra dizer que a vida no rincão do Inferno desde a época dos nossos pais, nossos avós [...] Então eles sempre diziam que quando chegaram lá, que botaram eles lá no rincão do inferno que era lugar deserto tinha várias famílias, várias famílias e que era lugar deserto. A gente cada um morava tudo perto num ranchinho de barro e capim de pau-a-pique tapado de Santa Fé e a vida era muito dificultosa, então a gente se criou nesta época com os pais da gente trabalhando. A vida era de muito difícil acesso, a família de baixa renda, não tinha grandes trabalho, meu pai vivia trabalhando de chacreiro e a gente vivia num lugar e outro com ele, trabalhando queimando carvão, trabalhando, fazendo lenha, essa aí foi a nossa convivência lá no rincão, trabalhando com os proprietários, mais de teto, na época a gente dizia peão diarista, quando não trabalhava num lugar, trabalhava noutra. Então a vida era meio difícil, mas

a gente não reclamava de nada e graças a Deus era uma família unida, graças a Deus a gente tinha muito amor pelos pais da gente nunca quisemos sair do arredor deles, eles diziam que a gente poderia trabalhar, que a gente não tinha estudo. Eles sempre diziam vocês deviam de sair, quando vocês são novo poderiam pegar um emprego melhor, que amanhã a gente sem estudo é um linguajar que as pessoas dizia de primeiro. A pessoa Amanhã depois vai ficar velho e vai ficar sempre dando murro na pedreira por não ter estudo e então por não pegar um serviço melhor, mas a gente nunca quis saí e sempre ficou trabalhando na volta deles, do que fosse o serviço a gente vivia trabalhando também, nessas granjas de arroz na época quando tudo era feito a braço. A gente caminhava quilômetros a pé mochilado.

Figura 7- Rincão do Inferno (área quilombola)



Fonte: Autor (2019)

As lembranças da infância e da juventude referentes à família, a importância do trabalho e o pertencimento ao lugar (Rincão do Inferno), são marcantes nas palavras deste quilombola, como se percebe a seguir na sequência do relato de Onã, descrevendo as culturas que plantavam e os rigores que enfrentavam para desenvolver as atividades laborais e garantir o sustento da família.

Excerto 21- Simplicidade, humildade e trabalho

Onã

Assim a gente foi a nossa vida nesse período, mas a gente se sentia feliz, vivia naquela época que o pessoal plantava, vivia de capina, cortação de abelhas, corta de trigo, empreitando lavouras, quebras de milho, plantação de feijão, isso tudo passou pelo nosso meio, tudo foi passado pelo nosso meio, a gente vivia nesse trabalho pra nós a vida era maravilhosa, a gente não se queixava de nada, naquela época a gente trabalhava de sol a sol.[...] A gente vivia trabalhando de pé no chão quebrando geada, geadas os invernos de primeiro eram rigorosos, a gente quebrava toda geada de pé no chão a família da gente não ter condições de dar um calçado pra gente. Então isso aí era, era bem sofrido, mas a gente não se queixava. O trabalho a gente naquela época a gente era grande, era quase adulto, a pessoa botava uma calcinha de saco branco, tingido, a mãe da gente tingiam com tintol, botavam uma camisinha, a gente ficava se olhando, se sentindo, a gente se sentia o tal, bem pilchado, a vida foi muito trabalhosa, mas maravilhosa [...] lembro com muito orgulho, muita dignidade, muita humildade, muito respeito.

No excerto 22, Onã fala da origem do local e cita a intervenção humana para que no lugar o acesso fosse facilitado. Também fala que o Rincão do Inferno já foi mais habitado e na atualidade apenas três pessoas residem lá. Nesta perspectiva, de pensar o território, me filio ao que Santos (2000) coloca, não dissociando lugar de população e conseqüentemente valorando os aspectos de pertencimento e identidade, que surgiram nas narrativas tridimensionais dos participantes da pesquisa.

O território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi. Quando se fala em território deve-se, pois, de logo, entender que se está falando em território usado, utilizado por uma dada população (SANTOS, M., 2000, p. 96).

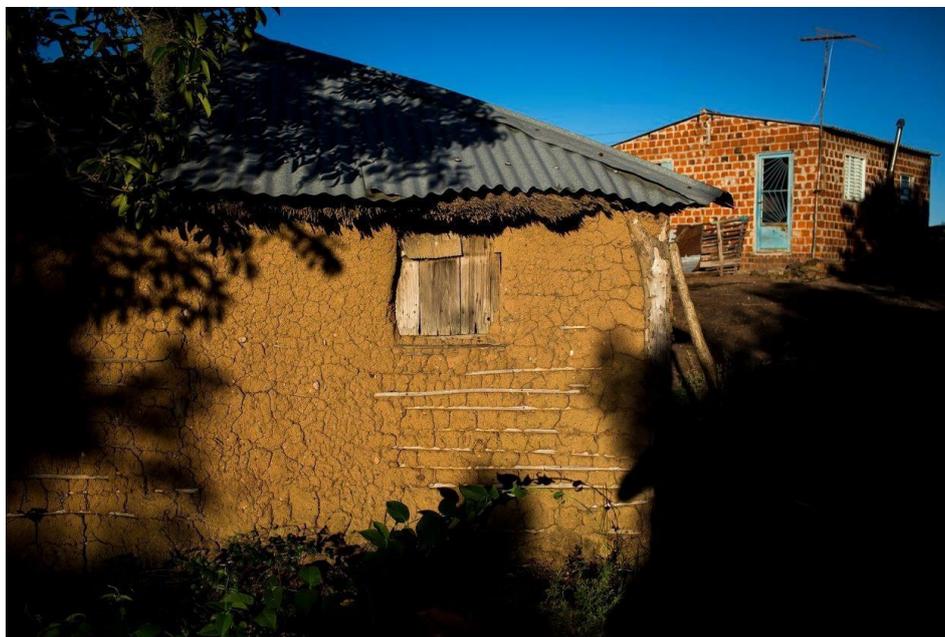
Excerto 22- Reafirmando o pertencimento

Onã

Para permanecer no rincão onde a gente mora tem que ter garra, tem que ser guerreiro, tem que ter honestidade, tem que ter humildade, tem que ter caráter. Então é o que temo hoje praticamente duas famílias permanecem ali,

preservando as raízes dos antigo que o meu irmão ali oEnildomais moço que mora ali onde morava minha mãe, meus pais onde a gente foi criado e aOnélia, que eu moro com ela e hoje é minha companheira preservando as raízes dos pais dela. Então são duas famílias que estão preservando as raízes daquele rincão. [...] É rincão do Inferno, as pessoas perguntam, porque esse nome? É nome de lenda, porque meus pais sempre diziam que lá era lugar deserto, quem fez as belezas hoje de lá foram os moradores desmatando, queimando carvão, plantavam qualquer pedacinho de terra, naquela época plantavam qualquer pedacinho de terra, plantava aipim, plantava batata-doce, plantava mandioca, plantava amendoim, cada morador que morava ali deveria ser mais ou menos umas dez família, [...] a pessoa ali, cada um no seu cantinho, cada morador que morava no seu ranchinho cada um tinha o seu cantinho de terra pra plantar. A vida conforme eu digo quem fez aquelas belezas foi o pessoal a trabalho, desmatando a machado, queimando carvão.

Figura 8- Moradia tradicional de pau-a-pique e torrão



Fonte: Lopes (2019)

No excerto 23, Abá relata as dificuldades que configuram e confirmam uma lição de resistência para suportar as dificuldades naturais, as enfermidades, resultantes da ausência de políticas públicas para localidade e a exploração explícita

dos latifundiários da região, que exploravam a mão-de-obra barata dos trabalhadores negros rurais. Este legado demonstra o pertencimento que ocorre nas diversas gerações da comunidade.

Excerto 23- Os obstáculos para chegar as cidades mais próximas no passado

Abá

Desde criança sou morador aqui, aqui em Palmas, aqui também. Há a gente passou um pouco de necessidade, de trabalho assim, por falta de condições das estrada para ônibus, assim transporte, precisar ir num médico às vezes tinha que ir de à cavalo e muitas vezes tinha que ir de a pé em Lavras e depois trabalhando [...] anos atrás com os anos se correndo foi melhorando a situação de nós aqui, trabalhando, changueando, autônomo, mas sempre firme e o velho meu pai trabalhando pra esse pessoal aí, ganhando pouquinho, a renda que ele tinha, não era renda. Esse trabalho mais dele era no tempo que queimava carvão, queimando carvão e aí e tocando pra cidade em carreta de boi, passando trabalho nessas estradas, muitas vezes levava mais de semana pra chegar na cidade, oitenta e poucos quilômetros. Por motivo que chovia, tinha arroz e não tinha ponte nem nada, ali tinha que ficar acampado na beira da água esses dias todo, cuidando boi, o boi a noite tinha que atar, os campo eram muito grande e as invernadas o animal saía e depois podia custar a achar, o carvoeiro, o carreteiro iam a sempre pé toca o boi dele e um piticinho junto [...] E depois plantando aqui mesmo, fazendo as roças, pra planta carregando os mantimentos muitas vezes nos ombros e depois pra casa tirando mato [...] trabalhoso, mas a gente trabalhava e não achava dificuldade para essas coisas eu mesmo fui muitas vezes em lavras a pé. Tinha que ir na cidade pra Bagé, tinha que sair daqui pra ir em Lavras de lá pegava o ônibus pra ir lá pra cidade [...] quando tinha cavalo deixava numa pastagem em Lavras [...] Tudo era meio, difícil um pouco.

No excerto 23, Abá também demonstra a ligação com a terra e o lugar, uma pertença que se identifica nas entrelinhas, bem como o acolhimento como algo comum entre os quilombolas, que nos ensinam a arte da recepção a quem quer que seja.

Excerto 24- A gratidão para quem auxiliou a comunidade

Abá

O campinho, queriam nos tirar daqui, ou dar um pedacinho em volta só do rancho, por isso agradeço os quilombolas, os presidentes assim dos quilombos que estão ativo, os chefes como você mesmo, que dizem, como você mesmo que trabalham. Agradeço tudo, tudo, muito o senhor lá de cima e os senhores daqui da terra também. Eu estou aqui ainda pra receber muita coisa se for possível e receber as pessoas que vem na casinha da gente com agrado, com alegria. Esse é o meu jeito e será sempre.

Os pertencimentos, as identidades e a vida em comunidade que emergiram nas narrativas dos participantes demonstraram o quanto os quilombolas de Palmas com seus modos de ser e viver compuseram artefatos de resistência através da luta organizada. Os laços estabelecidos entre os sujeitos quilombolas de Palmas possibilitaram a organização comunitária como forma de proteção ao seu território e o que constituído coletivamente, uma espécie de fortaleza que protege seus indivíduos e as construções coletivas das ameaças externas (BAUMAN, 2003). Este movimento é resultado do sentido de pertencimento que no decorrer da formação da comunidade foi sendo incorporado ao contexto comunitário. Percebi que o pertencimento foi fundamental para a organização da comunidade, numa lógica de resistência, que são saberes de resistência construídos e emergidos nos relatos.

Neste capítulo, discuti pertencimento, identidade e vida em comunidade a partir das narrativas dos participantes, que demonstraram o quanto os quilombolas constituíram esses elementos em suas trajetórias. A seguir, o próximo capítulo trago a discussão referente aos saberes dos quilombolas, onde procurei contextualizar a luta da população negra e quilombola pelo acesso à educação formal, mas por outro lado, inscrevo a importância dos saberes constituídos pelos quilombolas, através dos seus modos de ser e viver no contexto comunitário, que contribuem com possibilidades de uma perspectiva de educação não formal e formal também, onde desenvolvo o conceito de Saberes de Resistência.

5 OS SABERES QUILOMBOLAS DE PALMAS, ENTRELAÇAMENTOS ENTRE A EDUCAÇÃO FORMAL E NÃO FORMAL

Este capítulo reúne em seu escopo um breve relato da história do negro na educação brasileira e a forma como o estado foi omisso em oportunizar acesso desse segmento populacional à educação formal. Também traz a discussão do protagonismo do negro desde pós-abolição e posteriormente através de organismos como a Frente Negra Brasileira (FNB) e o Teatro Experimental do Negro (TEN), surgidos respectivamente nos anos de 1931 e 1944, e posteriormente pelas inúmeras organizações do movimento social negro. Todas estas iniciativas tiveram em comum possibilitar o acesso e a inclusão da população negra nos bancos escolares. Estas movimentações pela formalidade na educação foram impregnadas de experiências e vivências não formais, assim como os modos de ser e viver dos sujeitos quilombolas de Palmas, produziram e produzem saberes diversos no contexto comunitário e dialogam com a formalidade e podem contribuir para uma proposta diferente de educação como argumentarei na próxima seção.

5.1 O protagonismo negro pelo direito à educação

Um país que num primeiro momento durante muito tempo utilizou-se de legislações para negar o acesso da população negra à educação formal. Depois dos movimentos de proibição, vieram mecanismos que sempre dificultaram a ocupação dos espaços de ensino por este segmento populacional. A discriminação por pais de alunos brancos, a necessidade de ter que contribuir com a renda familiar desde criança, a inabilidade e insensibilidade de profissionais que deveriam acolher foram fatores que causaram e ainda causam a evasão escolar dos/as negros/as dos estabelecimentos de ensino do Brasil em todos os níveis de ensino.

Desde o período colonial, negros apoiados por abolicionistas se posicionaram para que a lei além de abolir definitivamente a escravidão no Brasil promovesse a inclusão desse segmento étnico-racial em todos segmentos da sociedade, principalmente nos bancos escolares, pois sabiam que um dos fatores para a autonomia de negras e negros nos espaços de hierarquia e de poder seria a

educação formal. Porém desde o período que antecedeu a abolição já foi marcado por algumas legislações que proibiam a presença dessa população de origem africana nos estabelecimentos de ensino formal, medidas que navegaram na direção oposta dessa necessidade da população negra.

Tal proibição foi regulamentada pela lei nº 01, de 4 de janeiro de 1837, que assim determinava no artigo 3º: “São proibidos de frequentar as escolas públicas: § 1º Todas as pessoas que padecem de moléstias contagiosas; § 2º Os escravos e os pretos Africanos ainda que sejam livres ou libertos” (BRASIL, 2005). Outro exemplo, é o decreto colonial nº 13331, de 17 de fevereiro de 1854, estabelecendo a não admissão de escravos nas escolas públicas do país e vagas para negros alforriados somente noturna e se houvesse professores disponíveis (RIBEIRO, 2004).

A autora, que foi a primeira a ocupar a titularidade de ministra Secretária Especial de Políticas de Promoção de Igualdade Racial em 2003, relembra em suas pesquisas outra legislação também do tempo imperial, que dificultava o ingresso da população negra na educação, o Decreto nº 7.031-A, de 6 de setembro de 1878. Este Decreto estabelecia que os/as negros/as só podiam estudar no período noturno, o que resultou num contingente considerável de analfabetos desse segmento populacional ao longo do século XX e que na atualidade ainda possuem menores índices de permanência na escola.

Todas as legislações relacionadas possuem em comum, a finalidade de impedir ou dificultar o acesso à educação formal do povo negro, que aliadas a outras estratégias, se tornaram medidas eficazes no impedimento à ascensão social e cultural desse segmento populacional. Posteriormente, o fim da escravidão oficial e a proclamação da república não representaram avanços significativos para reparar os malefícios causados no decorrer da história para negras e negros, que semantiveram em situação de abandono, e alijados dos espaços de hierarquia.

O fim da escravidão oficial com a promulgação da lei Áurea, em 13 de maio de 1888, não representou na realidade apenas a troca de papéis de negros escravizados para livres, porém reféns dos processos de exclusão determinantes das posições desse segmento populacional com os piores indicadores econômicos, sociais, ocupando os espaços menos privilegiados da sociedade brasileira (HASENBALG, 1979; SANTOS, S., 1997).

“Essa discriminação racial, mais do que isso, passou a ser um dos determinantes do destino social, econômico, político e cultural dos afro-brasileiros”

(SANTOS, S., 2005, p.22). Os locais foram os mocambos, as palafitas, as favelas e as propriedades rurais. Portanto, não é fortuito que a população negra e quilombola sejam excluídas e ojerizadas pela opressão da elite branca, desde o Brasil colonial e ocupam os espaços menos privilegiados e com menor visibilidade, além disso, mecanismos engendrados nas estruturas de poder dificultam a reversão desse quadro.

O racismo no Brasil se estrutura no sentido de estabelecer uma estratificação racialista a partir das formações e configurações advindas de uma visão eurocêntrica, capitalista de composição de classes que mantém privilégios para alguns em detrimento de uma maioria populacional formada por negros e pobres com reduzida representatividade nos espaços de poder. São mecanismos construídos e estratificados no campo social e histórico, um processo cultural que no decorrer dos séculos praticamente não se alterou. Com isso, a população negra permanece com os piores índices de desenvolvimento, portanto o racismo é um mecanismo excludente e determinante de ocupação de posições neste país.

As dificuldades de acessar os bancos escolares pela população negra já no século XX está associada a alguns fatores dentre eles, a fixação de uma população majoritária no campo, a pequena oferta de vagas em estabelecimentos formais de ensino, mas nenhum foi tão decisivo para esta exclusão da população negra da escola quanto o racismo, que proporcionou a formação de uma população de analfabetos que, dentre algumas consequências, não puderam ocupar espaços em trabalhos que exigissem mais escolaridade.

Se por um lado, esta lacuna educacional na formação da população negra caracterizou uma postura estatal de manutenção de privilégios para o segmento branco, contribuindo para a qualificação de uma elite de descendência caucasiana e determinando a ocupação de espaços mais nobres no mercado de trabalho para este segmento privilegiado. Por outro lado, os descendentes de escravizados foram por mecanismos diversos sendo impedidos de acessarem de forma adequada e no tempo certo a escolaridade formal. Esta movimentação direcionou a população negra precocemente para o mercado de trabalho, obedecendo uma lógica de perpetuação de evasão escolar para auxiliar na renda familiar, o que é confirmado pelas entrevistas dos participantes nesta pesquisa.

Diante dessas constatações, as organizações negras foram em diversos momentos da história proponentes e executoras de iniciativas que visavam

justamente modificar esta situação que persistia na sociedade brasileira. Foram experiências que ocorreram no país e que demonstram o protagonismo negro na busca de propiciar educação de qualidade, um caminho necessário para competir em igualdade de condições com a privilegiada população branca. Assim surgiram a Frente Negra Brasileira (FNB) e o Teatro Experimental do Negro (TEN), instituições referências na perspectiva de oferecer possibilidades para ensinagem da população negra.

A necessidade de uma educação formal que reconhecesse a herança cultural africana e afro-brasileira foi em diversos momentos considerada fundamental para o desenvolvimento da comunidade negra e estava presente nos estatutos da FNB²⁴, que passou, na prática, a ofertar a educação para a comunidade negra e também cursos profissionalizantes para qualificar essa mão-de-obra.

“Essas organizações passam a oferecer um serviço ou bem que, a rigor, é obrigação do poder público e direito de qualquer cidadão” (DOMINGUES, 2008, p. 532). Na realidade, a FNB se torna protagonista, destinando inclusive espaços para alfabetização, em contraponto a omissão e ausência de compromisso do estado brasileiro com a população negra em idade escolar principalmente.

Domingues (2008) assinala que, apesar do número expressivo de escolas privadas, públicas e religiosas existirem nas primeiras décadas do século XX, principalmente na cidade de São Paulo, a matrícula de negros não era permitida independente de classe social à qual pertenciam. Então surgiram escolas criadas por negros para atenderem este anseio, mas devido às dificuldades estruturais e financeiras não permaneciam por muito tempo. A FNB, portanto, surgiu tendo a educação como um de seus pilares no desenvolvimento de suas ações.

O TEN²⁵, nas décadas de 1940 e 1950, não foi apenas uma companhia cultural, com o propósito de oferecer um mercado de trabalho para atores e atrizes negras, assim, como produtores e outros profissionais. Preocupou-se também com a oferta de ensino para os negros que não eram atendidos pela educação formal do

²⁴Segundo Domingues (2008) Frente Negra Brasileira foi uma entidade criada por um grupo de intelectuais negros em 1931 na cidade de São Paulo com a finalidade de reunir a negritude em atividades ligadas a: cultura, educação, qualificação para o trabalho, dentre outras atribuições.

²⁵Conforme Nascimento, Propunha-se o Teatro Experimental do Negro (TEN) a trabalhar pela valorização social do negro no Brasil, através da educação, da cultura e da arte. O TEN teve como principal liderança, o intelectual negro Abdias do Nascimento, atores famosos como Ruth de Souza e Milton Gonçalves também integraram a iniciativa. Manteve atividades de 1944 até 1968.

estado, identificava também a necessidade dos currículos escolares contemplarem o ensino da história e cultura africana e afro-brasileira.

Liderado por Abdias do Nascimento, o TEN se transformou num espaço reivindicatório não somente para a valorização da cultura afro-brasileira, como o teatro com peças produzidas e estreladas por artistas negros, mas também com um viés educacional, pois sabiam que a educação seria fundamental para alcançar autonomia e participar em condições equânimes com a população branca nos espaços de ascensão e visibilidade.

A proposta quilombista de Nascimento, nome inspirado na resistência do quilombo de Palmares e que inspira a luta quilombola contemporânea, traz em sua essência esta subversão da ordem normativa, que tem sido a tônica da sociedade brasileira na manutenção do *status quo* eurocêntrico e destruidor das demais culturas formadoras da nossa civilização, amplamente defendida em diversos espaços, principalmente no educacional, como única forma de emancipação e transformação de uma realidade cruel e desumana, que também descaracteriza.

Os negros têm como projeto coletivo a ereção de uma sociedade fundada na justiça, na igualdade e no respeito a todos os seres humanos, na liberdade; uma sociedade cuja natureza intrínseca torne impossível a exploração econômica e o racismo. Uma democracia autêntica, fundada pelos destituídos e os deserdados deste país, aos quais não interessa a simples restauração de tipos e formas calcadas de instituições políticas, sociais e econômicas as quais serviam unicamente para procrastinar (adiar) o advento de nossa emancipação total e definitiva que somente pode vir com a transformação radical das estruturas vigentes. Cabe mais uma vez insistir: não nos interessa uma proposta de adaptação aos moldes de sociedades capitalistas e de classes. Esta não é a solução que devemos aceitar como se fora mandamento inelutável. Reinvenção de um caminho afro-brasileiro de vida fundado em sua experiência histórica na utilização do conhecimento crítico e inventivo de suas instituições golpeados pelo colonialismo e o racismo. Enfim reconstruir no presente uma sociedade dirigida ao futuro, mas levando em conta o que ainda for útil e positivo no acervo do passado (NASCIMENTO, 2002, p. 262).

O movimento social negro contemporâneo surge na década de 1970 em plena ditadura militar brasileira, momentos de repressão a movimentos populares, sociais e qualquer outro tipo de organização que reivindicavam direitos subtraídos. É nesta década que surge o grupo Palmares²⁶ em Porto Alegre e o MNU em São Paulo e outras entidades pelo Brasil. Dentre suas principais reivindicações, estava a

²⁶O grupo Palmares surgiu no início dos anos de 1970 em Porto Alegre (RS) composto por estudantes e intelectuais negros, que possuíam uma pauta reivindicatória, dentre elas a instituição do dia alusiva a Consciência Negra, que em 2003 tornou oficialmente esta efeméride.

inserção da história e cultura afro-brasileira e africana nos currículos escolares, que sempre constaram historicamente desta pauta reparatória.

Com a redemocratização do país em 1985, houve o aumento da organização dessas entidades em torno da transformação da pauta reivindicatória para efetiva implementação de ações pelo estado brasileiro. Um amplo debate antecedeu a instalação da assembleia nacional constituinte com intuito de inserir, no texto da carta magna, dispositivos legais que garantissem pelo menos parte desta histórica pauta reivindicatória da população negra

Apesar dos avanços que os povos e comunidades tradicionais e outros segmentos da população como negros obtiveram com a vigência da CF de 1988, ainda faltava uma legislação que de fato responsabilizasse o estado brasileiro quanto à invisibilidade da cultura afro-brasileira e africana na escola e em nossa sociedade. A mobilização contínua e o aumento de organizações do movimento negro ligadas à educação e a chegada ao poder de governos, cujos seus membros já dialogavam com estas organizações, resultou na Lei 10.639/03, fruto da luta anti-racista e da organização dos movimentos negros pelo país.

O advento da Lei 10.639/03, resultado da luta histórica do Movimento Negro, foi constituída principalmente por segmentos representativos em diferentes tempos e espaços, intervenções e discussões, que durante décadas foram silenciadas pelo estado brasileiro. Iniciativas como da década de 1930, com o surgimento da FNB, já destacava a educação como uma das prioridades para a ascensão social da população negra.

O Movimento Negro no escopo de suas atribuições tem atuado na desconstrução e desmistificação do mito da democracia racial²⁷ no Brasil. O trabalho da militância negra aliado ao engajamento de pesquisadores(as) negros(as) e brancos(as) que lutam contra o racismo no espaço acadêmico têm otimizado as ações no sentido de pelo menos reduzir as desigualdades existentes (GOMES, 2005). Decididamente, a produção científica crescente da intelectualidade negra proporciona a consolidação de uma historiografia afro-brasileira legitimada por um discurso afirmativo e oposto à ordem normativa ocidental de origem europeia.

²⁷O sentido de mito adotado aqui converge com o conceito utilizado por (HASENBALG, 1996, p. 237 *apud* SANTOS, 2005) "A noção de mito para qualificar a 'democracia racial' é aqui usada no sentido de ilusão ou engano e destina-se a apontar para a distância entre representação e realidade, a existência de preconceito, discriminação e desigualdades raciais e a sua negação no plano discursivo.

A lei 10.639/03²⁸ representou um marco histórico, político e de transformação social não somente para educação brasileira, mas para civilização, ao acrescentar à LDB 9394/96, de forma explícita e tácita, a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira, reparando lacuna secular no cenário educacional nacional ao prever uma abordagem positiva da contribuição do negro no processo de construção da sociedade brasileira.

Ela se tornou referência para o surgimento de outras legislações semelhantes, assim foi a 11.645/08²⁹, que introduziu a história e cultura dos povos indígenas brasileiros, além de possibilitar parcerias entre organizações da sociedade civil, principalmente segmentos do movimento social negro e os sistemas de ensino. Desse modo, efetivaram-se ações de formação continuada de professores e a implementação de medidas com o intuito de incorporar nos currículos os aspectos sociais e culturais dessas populações.

A preocupação histórica dos negros com a educação formal vislumbrou a possibilidade de se construir uma perspectiva de também valorizar a educação não formal, sendo que esta afirmação está garantida na própria legislação que incluiu a história e cultura afro-brasileira na LDB. Os modos de ser e viver dos sujeitos quilombolas reúne práticas culturais que denotam processos de organização comunitária, de resistências, de pertencimentos, que são saberes constituídos no contexto social e cultural de características não formais, mas que podem contribuir com o espectro da formalidade da educação.

5.2 Os Saberes de Resistência quilombolas emergidos na pesquisa

Os saberes identificados nas narrativas dos participantes envolvem aspectos da educação não formal, que compõem a vida comunitária do quilombo de Palmas. Denomino de saberes de resistência, pois foram necessários para a manutenção do contexto sócio-cultural da comunidade, todo o conjunto de práticas de resistências e estratégias para preservar e proteger a comunidade de ameaças

²⁸ Esta Legislação foi acrescentada a LDB 9394/96 como resultado do protagonismo negro pela inclusão da história e cultura afro-brasileira nos currículos da educação básica e abriu espaço para a lei 11.645/08.

²⁹ Esta legislação foi acrescentada a LDB 9394/96 como fruto da luta dos povos indígenas para inclusão da sua história e cultura nos currículos escolares, a I CONAPIR em 2005 a qual participei como delegado foi preponderante para implementação dessa legislação, uma das principais reivindicações dos indígenas.

externas e os movimentos que organizaram a luta pelo reconhecimento do direito à terra.

A proposta desta dissertação está centrada nas narrativas tridimensionais rejeitando, como único percurso, a concepção de ensino formal e tradicional alicerçada numa educação de valores ocidentais, que despreza outros saberes advindos de povos e comunidades tradicionais. Assim, nesta pesquisa, adoto uma postura de enfrentamento a esse pensamento hegemônico, que desconsidera saberes elaborados nas construções sociais, históricas e culturais dos quilombolas. “A educação, nesta perspectiva, é elemento crucial no processo de emancipação da classe trabalhadora e de estabelecer práticas sociais comprometidas com a dignidade e a vida de todos os seres humanos” (FRIGOTTO, 2002, p. 65). Os saberes dos quilombolas convergem com esta lógica de pensamento.

As narrativas evidenciaram saberes de resistência que emergiram em cada entrevista realizada com moradores da comunidade quilombola de Palmas, em que percebi que a luta pelo direito à posse da terra configura-se em resistências que traduzem saberes dessa comunidade, constituídos nesse processo fundamental para não sucumbir perante a avassaladora pressão exercida pelos grandes proprietários de terras como ficou evidenciado nos relatos dos participantes.

A finalidade nesta seção é identificar e compreender como os saberes produzidos pelos sujeitos quilombolas são elementos que caracterizam a perspectiva de educação não formal, pois as vivências experiências também são processos formativos desenvolvidos nas relações de família, de trabalho e nos encontros de cunho de social, cultural, esportivo, recreativo dentre outros. Esta perspectiva de valorizar os saberes e os respectivos ensinamentos dos sujeitos quilombolas encontra amparo na Lei de Diretrizes e Bases da educação (LDB), lei 9394/96, que no seu título I artigo 1º diz que: “A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais” (BRASIL, 1996).

Em consonância com a LDB, compreende-se a educação não-formal como processos advindos da organização comunitária dos indivíduos num contexto que envolve aspectos pedagógicos, culturais, sociais e políticos com intencionalidade para produção de saberes diversos que educam para cidadania proporcionados por

organizações da sociedade civil. Gohn (2014) conceituou educação não formal, afirmando:

É um processo sociopolítico, cultural e pedagógico de formação para a cidadania, entendendo o político como a formação do indivíduo para interagir com o outro em sociedade. Ela designa um conjunto de práticas socioculturais de aprendizagem e produção de saberes, que envolve organizações/instituições, atividades, meios e formas variadas, assim como uma multiplicidade de programas e projetos sociais. A educação não-formal, não é nativa, ela é construída por escolhas ou sob certas condicionalidades, há intencionalidades no seu desenvolvimento, o aprendizado não é espontâneo, não é dado por características da natureza, não é algo naturalizado. O aprendizado gerado e compartilhado na educação não-formal não é espontâneo porque os processos que o produz têm intencionalidades e propostas (GOHN, 2014, p.40).

Na contemporaneidade, as posturas frente aos novos desafios no campo das ciências humanas, há necessidade de legitimar os saberes que se originam da diversidade cultural e contém elementos das artes, das culturas populares, das religiões, das resistências e outras manifestações que estão impregnadas de processos educativos e práticas pedagógicas não-formais, até então invisíveis e silenciadas no contexto científico.

As visões de mundo dos sujeitos moradores da comunidade quilombola de Palmas com suas peculiaridades, diferenças, afirmam os saberes de resistência, que traduzem uma leitura dos seus modos de ser e suas vivências advindas da sua organização comunitária e da constituição da luta pelo território, registrados na memória coletiva. Nesta movimentação exercida pela proteção da coletividade e tudo que a terra representa para estes sujeitos emergidos nas narrativas, é que compreendo saberes de resistência como: movimentos de ensino-aprendizagem em processos de luta e defesa de direitos fundamentais para sobrevivência física, cultural e patrimonial de perspectiva não formal, construídos através das experiências sociais e culturais resultantes do processo de organização comunitária, não obedecendo a normatividade curricular e organizacional, mas valorizando a memória coletiva sobre a constituição das identidades e pertencimentos dos sujeitos no seu contexto sócio-histórico e cultural.

Estes saberes de resistência evidenciados a partir das narrativas dos participantes envolve aspectos da educação não-formal que encontra amparo nas Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Escolar Quilombola na Educação Básica, que foi construída por sujeitos quilombolas de todo país e conforme o art. 1º

parágrafo 1º inciso I, “o ensino deve considerar e fundamentar-se na: “memória coletiva, línguas reminiscentes, marcos civilizatórios, práticas culturais, tecnologias e formas de produção de trabalho, acervos e repertórios orais, festejos, usos, tradições e territorialidade” (BRASIL, 2012).

Os saberes de resistência surgidos nos relatos dos participantes nos ensinam histórias de estratégias e lutas ao enfrentamento de uma sociedade ainda enraizada numa cultura ocidental que desconsidera as demais contribuições civilizatórias principalmente a do campo, protagonizada por sujeitos quilombolas, que necessitam serem valorizados nos seus movimentos de preservação das suas memórias, assim surge a categoria de análise saberes de resistência. A luta empreendida pelos moradores no território quilombola de Palmas caracteriza múltiplas resistências, que se traduzem em ensinamentos narrados pelos participantes da pesquisa na perspectiva de compreender esses aspectos dos saberes. Resistência para suportar as jornadas longas de trabalho, as intempéries, as distâncias, as enfermidades e a desvalorização da mão de obra.

A participante Irê, ao ser perguntada, pela orientadora desta dissertação, sobre uma liderança feminina denominada Iyalodê³⁰, traz à tona a fala sobre os conflitos advindos do processo de reconhecimento territorial, em que se percebe a preocupação de Irê com o destino da comunidade, com a família, e confirma seu engajamento definitivo na luta pela terra quilombola de Palmas. O engajamento na luta é um saber de resistência, que ela nos ensina, pois demonstra consciência da organização comunitária em defesa dos direitos da comunidade.

A construção da identidade quilombola se forma na luta, como um saber de resistência, advindo do compartilhamento de informações e participações em eventos que resultaram em aprendizados do mundo, através da socialização de vivências experimentadas no percurso. “A educação não formal é aquela que se aprende “no mundo da vida”, via os processos de compartilhamento de experiências, principalmente em espaços e ações coletivas cotidianas” (GOHN, 2014, p. 40).

Outro fato ressaltado pela participante Irê, no excerto 25, é a retaliação dos produtores rurais em não concederem qualquer espécie de trabalho para os quilombolas que participaram e participam das articulações pela regularização

³⁰A participação da orientadora como entrevistadora surgiu a partir de conversa informal com Irê, que ela percebeu a ênfase que Irê concedeu para a liderança Iyalodê, pois o relato assinala o ingresso na luta de Iyalodê, o que foi confirmado nos relatos.

fundiária.

Excerto 25- Resistência ao cerco do quilombo pelos ruralistas

Irê

“A Iyalodê, minha nora mais velha, lutou muito pela comunidade, ajudou muito a luta é uma guerreira também bah a gente sofreu muito a gente teve ataque dos produtores ali na chegada, a gente lutou, lutou, lutou e graças a Deus parece que vencemos a gente não abai... abaixou a cabeça pra eles.”“É eles atacaram porque eles não queriam, por causa das terras começaram a conversar que os meus filhos iam trazer gente de fora pra cá, eles acamparam na chegada ali da nossa saída, não podia nem sair, não saía e nem chegava ninguém ficavam em cima da campada. Daí veio o padre aqui, o padre conseguiu a passar e quando veio o Incra aqui pra conversar com os guris e eles tavam de reunião lá mais adiante da esquina, e eles vieram todo mundo chegaram do armazém do Vanderlei, que é meu filho, eles vieram pra atacar, não deixar o Incra entrar.

No passado escravocrata, lutaram pela liberdade e a garantia dos direitos básicos; na atualidade, a luta pelo direito à titulação da terra, sendo assim a organização e o cooperativismo se constituíram como saberes compartilhados na execução de um *modus operandis* concreto, que propiciou formas de resistência e aprendizados que foram sendo construídos, reafirmando suas visões de mundo e as formas de relacionamento e inter-relacionamento que formaram a comunidade. Na contemporaneidade, a luta é travada em função de se libertarem do cativeiro num mundo que não lhes pertence.

O que se sabe é que no interior da escravidão eram livres e ao tempo de agora se fazem “cativos” de um mundo que não dominam e que tenta submetê-los. A isto respondem com os fatos registrados na memória coletiva e na tradição das práticas do grupo a que pertencem, na tentativa de afirmar sua liberdade e direitos (GUSMÃO, 1993, p. 89).

A proteção à família e as formas de resistência na busca da titulação da terra são saberes que nos deixam como legados os sujeitos quilombolas, assim se pronunciou Irê.

Excerto 26- A represália do latifúndio

Irê

Aí o Incra conversou com eles vocês entendem com quem estão falando? E se apresentaram pra eles. Foi uma luta muito pesada, muito sacrificante. A gente ficou mais ou menos o Obá custou muito a arranjar trabalho por causa disso não tinha trabalho pra ele, mas aí ele enfrentou levantou a cabeça e começou a procurar trabalho venho gente de fora compraram a fazenda e deram trabalho pra ele, agora tá melhor. Não tinha esquila, agora tá melhor, Graça agora tá melhor.

No excerto 27, ao ser questionada pela minha orientadora sobre a terra quilombola, Irê explica como seus antepassados perderam porções de terras para os latifundiários brancos que cediam alimentação e, com o acumulado e dívidas, acabavam tomando conta das terras. Ao reconhecer esta estratégia da elite branca latifundiária de se apropriar das terras dos negros quilombolas, ela nos ensina que a consciência da luta forjada na organização fortalece os laços comunitários. É um saber de resistência que deixa como legado.

Clara: E aí vocês estão na terra que é vista como quilombola?

Excerto 27- A convicção do direito à terra

Irê

E tem mais as terras que eram da família, passadas, que estão nas terras do quilombo, a gente vai reivindicar essas terras que é dos meus avós, dos meus tios, que eles venderam. O meu tio chegava e compravam aquele pedacinho de terra, não tinha aposentadoria. Daí depois as pessoas ficavam velhas e davam mantimentos com direito a pegar a terra das pessoas. Aí veio a lei que o governo negocia as terras, os produtores não aceitam isso, que é difícil eles não reconhecem compraram sem papel e eles não tão querendo, é isso que tenho medo.

Por outro lado, demonstra mágoa com alguns dissidentes da luta, inclusive familiares, que, segundo ela, não compreenderam a importância do reconhecimento da comunidade como terra quilombola e não participam das ações em benefício do

coletivo, passando a boicotar todos os passos para a titulação do quilombo.

Assim, outro saber que nos ensinam os quilombolas de Palmas é o enfrentamento à dissidência de alguns moradores da comunidade, que foram ludibriados pelos mecanismos do capitalismo que defende a individualidade das terras e se colocaram contrários à titulação da terra quilombola. Apesar das iniciativas de desagregar politicamente a associação, recebendo apoio de entidades representativas dos ruralistas, os dissidentes têm sido vencidos pela organização da maioria, garantindo a continuidade do processo que aguarda apenas a assinatura do presidente para pagar as indenizações.

Este ponto de vista aparece descrito nas narrativas como na resposta a uma pergunta realizada pela profa. Clara.

Clara: Que bom! A senhora tem mais alguma coisa que queira falar, que eu não perguntei e não tenha falado pro Jacinto? Então a senhora me parece que a senhora está mais envolvida, mais engajada?

No próximo excerto, Irê argumenta sobre a crise de identidade dos dissidentes quilombolas. No trecho, fala sobre serem todos registrados, significa que assinaram os documentos para o início do processo de reconhecimento da comunidade.

Excerto 28- A mágoa com alguns dissidentes!

Irê

O meu sentimento é que tem muita gente, que nos abandonaram da família mesmo, os meus irmãos. Fizeram conversa, reunião uns se afastaram dos outros, não querem nem saber, não acreditam esse é o meu sofrimento. São registrados como quilombola e agora não querem mais ser quilombola, tem medo, eles pouco entendem e tem medo deles participarem da luta.

A liderança Iyalodê também argumenta sobre esta situação, que segundo ela é uma das mágoas, se referindo a alguns moradores que não concordaram com o fato da localidade ser uma comunidade quilombola e se absterem da luta e apoiar os fazendeiros, estes ideologicamente contrários à distribuição de terras para povos e comunidades tradicionais.

Excerto 29- A estratégia dos ruralistas para dividir a comunidade

Iyalodê

A outra questão que me deixou muito, muito, muito chateada mesmo foi a questão do povo negro, apesar do povo negro devo entender o lado deles, eu entendo, convivi ali eu conheço, mas o povo negro naquela comunidade eles se dividiram, claro foi uma estratégia do lado contrário, uma estratégia dos fazendeiros mais claramente que dividiram para enfraquecer foi uma tática utilizada nas guerras europeias, mas que esse povo não entende, esse povo não tem cultura escolaridade, eles não entendem eles não estudaram história. Quando tu fala parece um conto da carochinha, poucos acreditam e eles conseguiram êxito levando um monte, quase um terço da comunidade pro lado deles lá, que hoje são antagonistas dentro da própria comunidade, um povo que tem o seu direito garantido por lei, e ao mesmo tempo repudia este direito e se antagonizam com os próprios, os próprios outros negros que estão querendo esse direito e defendendo esse direito, isso cria um antagonismo, cria um desrespeito absoluto [...].

Os saberes de resistência que emergiram nas histórias relatadas pelos participantes da pesquisa foram a união e o cooperativismo, essenciais segundo o relato dos participantes para salvar vidas em casos de enfermidade dos moradores. Os membros da comunidade utilizavam mecanismos de adaptação para remoção e condução geralmente a cidade de Bagé. Assim relatam Elessé, que desempenhou a função de agente comunitário de saúde durante algum tempo, presenciando e atendendo inúmeras ocorrências, e Onã, residente no rincão que vivenciou diversas situações pessoais análogas, estas ações relatadas nos excertos 30 e 31.

Excerto 30- Resistência e cooperativismo para superar o difícil acesso e salvar vidas

Elessé

Dificuldade sempre teve, hoje tá mais fácil, mas um tempo atrás as pessoas adoeciam cansei de tirar inclusive quando era agente de saúde, isto foi em 2003, comecei agente de saúde, 2004 uma senhora adoeceu lá na pedreira, rincão que eles chamam e nós tivemos que tirar uns 500 metros de carrinho de

mão e muitos lugar tirar o carrinho em peso não tinha como chegar veículo, não chegava, tanto quanto o rincão do inferno hoje chega veículo lá era só carroça, ou a pé, em vista disso tá muito mudado, tem que mudar muito, mas tá bastante mudado.

Excerto 31- A distância e os obstáculos do rincão do Inferno para acessar a saúde, Saber de resistência

Onã

Quando eu tinha meus filhos, minhas criança pequena, se adoecia um filho, botava nos braço e me ia a Lavras com os filho nos braço de manhezita, num médico muito, muito famoso, que era o Dr. Honor Teixeira, ia lá e se não fosse nada medicava a criança, se fosse nada, não precisasse ficar no hospital a gente vinha na boca da noite tava chegando de volta, trinta e trinta e tantos quilômetros, não era uma vez, nem duas.

Neste outro trecho do relato, excerto 32, o participante Onã conta sobre as diversas vezes que retiraram sua companheira enferma da localidade e também a picada que uma de suas filhas sofreu de animal peçonhento no rio. Em ambos os casos, ficam evidenciados a dificuldade principalmente das estradas para remoção de um enfermo da localidade até o atendimento médico-hospitalar. Chama atenção que utilizavam uma espécie de padiola³¹, improvisada em uma porta para condução dessas pessoas.

Excerto 32- A confirmação do pertencimento

Onã

Pelo o que era antes temo num mar de rosas, dá pra dizer temo num mar de rosas, tudo mudou, vem mudando pra melhor, não tinha estrada, a gente só saía e entrava lá no rincão quem morava lá e sabia, só passava lá a pé ou a cavalo, não tinha como chegar nem um trator, se tivesse que chegar. Se adoecia uma pessoa, a pessoa falava com quem tivesse carro um conhecido, dava pra chegar o máximo, talvez uns três quilômetros, a pessoa que tivesse meia ruím, cansei de tirar a Onélia em cima de uma porta, padiola, dois na

³¹ Cama de lona portátil em que se transportam doentes ou feridos.

frente colocava umas travessa atrás, quatro pessoas, dois agarrando atrás, dois agarrando na frente até chegar o local onde estivesse o carro. A minha filha mais velha foi picada de cobra, de cruzeira quando era pequena no rio e aí eu tinha uns colega meu que tavam com o carro cá do cerro da porteira preta e o outro tava lá perto do potreiro [...] de lá até as casa tiramo em cima de uma porta até chegar na camionete e leva pra Bagé.

Os quilombolas resistem às incertezas de uma realidade inóspita e aos mecanismos que procuram manter a invisibilidade da comunidade e atribuir posições determinadas para os sujeitos quilombolas. Através das histórias relatadas, identifica-se a produção desaberes, numa perspectiva de educação não formal, que não é legitimada na sociedade brasileira. “A educação não formal é uma área que o senso comum e a mídia usualmente não vêem e não tratam como educação porque não são processos escolarizáveis” (GOHN, 2009, p.31).

No próximo excerto, o participante Lê fala que a luta é um grande aprendizado e legado deixado pelos antepassados, através das suas histórias de vida, e que na contemporaneidade a comunidade transformou em organização política e social em busca dos direitos legitimados pela legislação, assim nos ensinam os quilombolas de Palmas. Conforme Gohn (2009, p. 31), “A educação não formal designa um processo com várias dimensões tais como: a aprendizagem política dos direitos dos indivíduos enquanto cidadãos; a capacitação dos indivíduos para o trabalho”.

Eu: queres acrescentar alguma coisa como essa luta se organiza, como se organiza a associação?

Excerto 33- A inspiração para luta e resistência

Lê

Nosso histórico de luta [...] é baseado que eu vejo assim na nossa história, na nossa história de vida, baseado na história de nossos antepassados que viveram aqui perderam muita coisa [...] baseado no resgate de áreas que perdemos, eu vejo baseado nisso aí, nosso pivô principal é as terras perdidas, o direito a terra, o direito as políticas sociais e direito a todos.

No próximo relato, excerto 34, Obá demonstra que a organização da comunidade, as políticas públicas e a conscientização do coletivo sobre seus direitos

são determinantes para a reação dos proprietários rurais ligados à Farsul, quando percebem que os quilombolas começam a acessar políticas e garantir, através da legalidade, a demarcação das suas terras.

Para Gohn (2014, p. 40), “na educação não-formal, essa educação volta-se para a formação de cidadãos (as) livres, emancipados, portadores de um leque diversificado de direitos, assim como de deveres para com o(s) outro(s)”. Portanto, a organização da comunidade para proteger o direito à terra é um saber de resistência que enaltece a cidadania através da emancipação desses sujeitos.

Fica também ressaltado que a dita “amizade” por parte dos produtores rurais em relação aos negros quilombolas era condicionada a uma situação de dependência e de exploração de uma mão de obra barata e de não reivindicação de direitos.

Excerto 34- A organização e a busca dos direitos

Obá

Outro fato muito relevante pra nós, mas se não bastasse isso enquanto nós era pouco visto reclamava de nada, aceitava nós era muito amigo, explorado e achava que era amigo, através de todo esse trabalho e mais o laudo sócio-antropológico que chegou o entendimento dos proprietários rurais, que foi a notificação sobre esse laudo aí nós fomos atacados, atacados como se fosse até marginais, infelizmente a falta da cultura, principalmente do nosso povo bajeense, não respeita uma comunidade, tão importante, são filhos de Bagé, grande filho do Brasil acima de tudo isso buscando seus direitos de modo respeitoso de forma de lei, forma judicial até e ser maltratado da forma que a gente foi isso marcou na minha vida, da vida com certeza da minha família e certo da minha comunidade toda.

Ao ser perguntado sobre o motivo da hostilidade dos produtores em interferir no direito de ir e vir da comunidade, Obá elucida que a partir do reconhecimento como comunidade quilombola e efetivação de políticas públicas, percebeu que houve a redução da dependência dos serviços ofertados pelos fazendeiros, que nas suas palavras passaram a perder a mão de obra barata. Certamente, estas atitudes carregam aspectos de exclusão e racismo, pois o acesso da comunidade a políticas públicas nunca anteriormente experimentadas ocasionariam a redução dessas

históricas desigualdades entre os fazendeiros brancos e os quilombolas negros.

A exclusão social, econômica e o preconceito racial permeiam as relações de trabalho, no cotidiano de Palmas, aumentando o grau de depreciação dos quilombolas, lhes atribuindo estigmas de natureza moral, assim naturalizando diferenças sociais que mais resultam de processos de injustiças e desigualdades históricas, políticas, econômicas e ideológicas (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 2007, p. 43).

A organização comunitária e do movimento quilombola representou em Palmas, além da subversão da normatividade no campo político, a constituição de um processo de educação nãoformal externo às dependências da escola, em conformidade com Gohn(2009, p. 31), quando diz que: “as práticas da educação não formal se desenvolvem usualmente extramuros escolares, nas organizações sociais, nos movimentos, nos programas de formação sobre direitos humanos, cidadania, práticas identitárias, lutas contra desigualdades e exclusões sociais”.

Eu: Obá, por que desta hostilidade, podes falar mais um pouco?

Excerto 35- A conscientização do direito a terra dos quilombolas subvertendo a ordem do latifúndio

Obá

O porquê disso? Acredito que os proprietários rurais do entorno, os exploradores da mão de obra barata sentiram que tavam perdendo o poder sobre a comunidade, né perdendo poder sobre a comunidade, tinham perdido já o poder nos governos anteriores seria a gestão da cidade de Bagé, a gestão do Brasil eles já tinham perdido, mas mantinham nós na mão deles e nesse momento eles sentiram que estavam perdendo isso também nós tava saindo da mão deles para nos impondo e aí bateu o pavor neles inclusive um discurso que a gente sabia dentro da comunidade, no entorno da comunidade maior pavor deles era perder a mão de obra barata.

Os quilombolas de Palmas, assim como de outras comunidades, buscaram em cursos a qualificação necessária para compreender aspectos fundamentais no fortalecimento da luta organizada e de uma postura coerente e consciente para o enfrentamento de conflitos em diversos campos do conhecimento. Com este intuito,

participaram no ano de 2011, em Porto Alegre, de curso que abordou questões legais, contábeis e históricas, uma parceria entre a União de Negros pela Igualdade (UNEGRO), Instituto de Assessoria e as Comunidades de Remanescentes de Quilombos (IACOREQ). Uma ação de educação não-formal que qualificou a luta dos quilombolas de Palmas e de outras comunidades, indo além do muro da escola. Segundo Gohn (2014, p. 44), “a educação não formal é um processo de aprendizagem, não uma estrutura simbólica edificada e corporificada em um prédio ou numa instituição; ela ocorre via o diálogo tematizado”.

Figura 9- Curso para lideranças quilombolas (2011)



Fonte: Autor (2011)

No excerto 36, a seguir, Obá narra invasão que fazendeiros ligados à Farsul promoveram durante 28 dias, impedindo o direito de ir e vir dos moradores quilombolas de Palmas, prejudicando o acesso ao rincão dos Alves e à Pedreira.

Excerto 36- A invasão do latifúndio em terras quilombolas

Obá

Então aconteceu este ataque esse dia porque nós tava nos empoderando de informações de direitos o que aconteceu em 2010, foi o caso o ataque covarde sobre a comunidade, que se fala tanto em terrorismo fora do Brasil. Esse terrorismo aconteceu dentro da nossa comunidade pessoas, lideranças sendo ameaçadas fisicamente, mas principalmente a honra das pessoas sendo

ameaçada não é admissível que um grupo de pessoas se dizem opositores da comunidade agem de forma tão violenta a ponto de invadir a comunidade para expulsar uma equipe do governo federal vinha fazendo o trabalho dele e de forma agressiva pessoas falando pra mim jurando desistir desse trabalho, passar fome porque não ia ter mais emprego, isso foi muito jamais pensaria que pessoas em Bagé principalmente a ponto de agir desta forma tão violenta e tão ignorante que é uma ignorância uma pessoa que se diz um professor ou outra formação apelar pra violência pra resolver um problema que é totalmente legal e é de se resolver na lei, dentro da lei. Eu sou semianalfabeto, mas sempre tive esta postura, as pessoas com formação que passam por escola e universidades e ter uma atitude dessas acho que chega ser imoral pra eles mesmos, que moral darão pros filhos deles que atitude. Então foi muito cruel pra nós, pras crianças serem abordada no caminho da escola, na viatura as crianças eram abordadas, carro da prefeitura sendo abordado o ponto de a gente ter que denunciar ao Ministério Público Federal (MPF) a gente denunciava esses ataques e não era verdade, o MPF veio aqui e eles abordaram a viatura do MPF com a procuradora e o delegado da Polícia Federal então provou que nós não tava mentindo, então isso foi um fato marcante negativo não só pra nós bageenses, mas na região toda.

Acima, Obá justificou a invasão por parte dos latifundiários devido à comunidade, através de diversas ações, estar se conscientizando dos seus direitos e passando a exigir aquilo que de direito lhe pertence numa concepção de formação cidadã, que converge com o pensamento de Gohn (2014, p.40), segundo a qual, “na educação não-formal, essa educação volta-se para a formação de cidadãos (as) livres, emancipados, portadores de um leque diversificado de direitos, assim como de deveres para com o(s) outro(s)”.

No excerto 37, abaixo, Iyalodê continua o raciocínio dos ensinamentos que produzem na luta e na resistência. Neste processo, ela cita algumas decepções.

Excerto 37- A decepção de uma liderança

Iyalodê

Mas o que mais me decepcionou nessa história toda, mais me decepcionou foram duas coisas, primeiro: A demora na conclusão do processo, que quando

o governo te dá o direito, tem um decreto que diz que tu tem esse direito, a justiça vem e ampara esse direito e o governo não se mexe levando quase vinte anos para demarcar uma terra que realmente está mais do que comprovada que é uma terra quilombola, que foi espoliada ele deixa essa comunidade numa total insegurança jurídica, se ela não tiver o acesso ao MPF no nosso caso foi diferente juridicamente a gente foi assessorado, mas te deixa numa insegurança local porque aí vem todo todo tipo de retaliação todo, tudo que puderes imaginar vem, desde ataques a comunidade, desde tentativas de espoliar terras que já estão em posse da comunidade até mesmo a indiferença e o desrespeito dos vizinhos.

Mais adiante, Iyalodê ressalta a sua participação na defesa do território quilombola e fala sobre seu conhecimento sobre legislação, essencial para o enfrentamento. No excerto 38, sobressai a mágoa com algumas lideranças que iniciaram o processo e, no momento mais delicado, não apareceram para orientar a comunidade. Por outro lado, faz uma referência positiva aos servidores do Incra e também do Iacoreq. Por postura ética, o nome de quem incentivou a organização do quilombo, embora citado pela participante, foi suprimido no excerto.

Excerto 38- O relato da invasão na ótica de uma liderança feminina

Iyalodê

Foi o propósito de Deus se eu não tivesse ali no momento do ataque dos fazendeiros no quilombo eles não iam ter condições juridicamente de se defender, porque não conheciam os caminhos da lei e esses caminhos da Lei toscamente eu conhecia, aí me aprofundei porque tive que buscar o pouco que entendia, mas foi isso que salvou o quilombo naquele momento, foi isso que fez que essa gente toda recuasse e parassem de tratar o negro quilombola como bicho, como bicho, porque eles tratavam o quilombola como bicho. Tu cercar uma comunidade por vinte e oito dias fiscalizando inclusive carros que chegavam lá para saber o que iam fazer com a desculpa que iam atacar o Incra, foi um absurdo isto! Cercaram não deixaram saída nem pro lado de Lavras, nem de Caçapava do Sul, e nem pra Bagé, ou seja, a comunidade pra sair tinha que pedir licença para os bonitinhos, o que que eu fiz na verdade que fui condenada por isso na visão dos fazendeiros e hoje eu tenho represália por

causa disso na verdade o que eu fiz foi procurar o MPF e denunciar aquela questão ali, como a gente denunciou publicamente porque fomos nos órgãos de imprensa, o MPF acabou agindo e tirando eles de lá praticamente na força. Se eu não estivesse lá, se Deus não tivesse botado toda esta trajetória no meu caminho e estar lá este povo com pouco conhecimento jurídico não ia ter como se defender [...] [...] não estava lá para orientar, não estava lá para orientar e ser atacada pelos fazendeiros, tanto ela quanto outros que foram lá várias vezes botar pilha, mostrar o direito dos negros na hora H não deram a assistência necessária, ressalva vou dar para alguém, pro Incra e mesmo com toda essa represália fez as coisas que tinha que ser feita; Os funcionários do Incra foram atacados, foram escoltados até Bagé, foram ameaçados como juridicamente, mesmo assim, eles não desistiram do trabalho deles, trabalho bem feito, se não teve a conclusão definitiva de tudo foi por falta de interesse do governo e não dos funcionários do Incra, a única ressalva que faço aqui pro movimento do Iacoreque que foi também que passou por cima das barreiras e foi lá para fazer uma gravação inclusive com uma imprensa diferenciada não era imprensa oficial.

Nos excertos anteriores, o relato de Iyalodê confirma a formação de um invólucro por parte de instituições que se colocaram na defesa dos direitos da comunidade. Aprendizagens geradas na organização da luta são saberes de resistência, que, a partir de Gohn (2014), entendemos, como aspectos de educação não formal, como argumento ao longo desta análise.

O excerto 39 demonstra o descontentamento de Iyalodê com o aparelho policial do estado, que, na sua opinião, não foi eficiente na proteção à comunidade, não realizando procedimento correto para evitar o bloqueio na entrada da comunidade pelos ruralistas. Fica ressaltado, neste trecho, a influência econômica.

Excerto 39- A indignação com a omissão do aparelho policial do estado

Iyalodê

[...] cadê, cadê a Brigada na comunidade pra ajudar a gente, porque na verdade a Brigada deveria estar lá com a gente, eles iam lá colocavam os fazendeiros tudo enfileiradinhos no acostamento e diziam que estavam no acostamento, eles nem chegavam em Bagé e eles já estavam na estrada de

novo, então cadê a justiça local pra isso? não tem gente! não tem! É uma força descomunal, é o dinheiro, é o abuso do poder econômico, ééé um desrespeito com as minorias, infelizmente eu acredito que isso só vai se potencializar daqui pra frente durante um bom tempo.

A seguir, Iyalodê reforça que quem iniciou a condução do processo acabou se afastando nos momentos de conflitos, a comunidade se sentiu nas questões legais desamparada, mas encontrou no MPF e na PF o apoio para garantir a tramitação do processo.

Excerto 40- O reconhecimento à atuação do MPF e a PF

Iyalodê

Então isto é uma coisa, uma questão muito complicada porque um povo num momento numa questão territorial que se sabe que o mundo inteiro tem conflitos territoriais, neste momento as autoridades e as pessoas que tem os grandes conhecimentos desaparecem e deixam o povo no conflito vicinal e jurídico aí muita custa a gente conseguiu ir atrás do apoio do MPF e do e até mesmo da Polícia Federal determinado momento foi o que fez que a gente adquirisse um pouco, andasse nesse caminho, andasse um pouco nesse caminho, um pouco não bem bastante que o nosso quilombo está faltando só a demarcação, o resto tá tudo pronto. Foram feito o laudo sócio e antropológico, muito bem feito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Na fala de Iyalodê se evidencia o desgaste sofrido por esta liderança na defesa dos direitos dos quilombolas. Fica nas entrelinhas que a mesma sofreu ameaças quanto a sua integridade física, uma das suas mágoas, e a outra refere-se à morosidade quanto à concessão do título para a comunidade, pelo tempo que o RTID foi concluído.

Excerto 41- O legado de uma liderança

Iyalodê

Mas outra coisa que eu acho assim, que eu fiquei assim, também posso dizer, que carrego mazelas disso aí como eu entrei enfrentando essa parte jurídica

muito visada, a cabeça pensante geralmente é a mais visada. Pé de laranja que mais dá fruto é que leva pedra, então na verdade eu fiquei muito visada em relação a isso, quando na verdade nada demais eu fiz a não ser acionar a justiça, foi a única coisa acionar a justiça em defesa de trinta e poucas famílias negras.

Estes saberes originados das camadas mais pobres da população sempre foram desconsiderados ou até mesmo invisibilizados pela classe dominante em nossa sociedade excludente. Esta parcela da população formada por trabalhadores do campo, dentre eles os quilombolas, convivem com esta desconstituição dos seus processos sociais e culturais, além de ser uma estratégia de preservação de um *status quo* da classe dominante representada por herdeiros oligárquicos do latifúndio brasileiro.

A simplicidade dos pequenos atos, procurando valorizar estas práticas culturais ancestrais aparecem como saberes quilombolas, como assinala Elessé, sobre como se curavam quando tinham lesões leves. Exprime também a importância da zona rural como essencial para sobrevivência da cidade.

Excerto 42- Um saber transmitido pelas gerações

Elessé

Se machucava e curava no barro, machuca um pé se curava no barro O remédio que se tinha era toicinho de porco e álcool pra curativo, andava de pé no chão, calçado quase não se tinha [...] As estâncias que trabalhavam com seis, sete peões hoje trabalha o dono e um peão, a falta de trabalho na campanha é muito grande falta muito investimento na zona rural e sem a zona rural a cidade não sobrevive.

A desconsideração dos saberes produzidos por povos e comunidades tradicionais como dos quilombolas é resultado da afirmação de uma intelectualidade construída a partir da visão europeia de civilização e de constituição de conhecimento científico baseado no pensamento moderno com suas formalidades excludentes. Na contextualização de Nunes Neto (2016), compreendemos efetivamente como esta movimentação se legitima:

Obviamente, no contexto da invenção de uma tradição escrita intelectual que passou a privilegiar uma perspectiva eurocêntrica de produção de conhecimentos, todas as demais epistemologias e formas de produção de conhecimentos que não estivessem localizadas na matriz entendida como intelectual no Continente Europeu ou que não fosse identificada como originária daquela passou a ser deslegitimada, vulgarizada, empobrecida, perversamente inferiorizada e ridicularizada posto que não consideradas como legítimas, portanto, dignas de poderem ser validadas como possuidoras de complexidades tal como aconteceu entre as diversas nações indígenas e africanas existentes no mundo que passaram a ser alvo das investidas de colonização e sabotagem europeias, ciosas por afirmarem-se como possuidoras da centralidade do pensamento no mundo (NUNES NETO, 2016, p. 38).

Neste capítulo, argumentei inicialmente sobre a negação do acesso à educação, depois incessante busca no acesso à educação formal protagonizada por negras e negros através de organizações como a FNB e o TEN, na perspectiva da inclusão de sua história e cultura na educação, posteriormente pelo movimento social negro contemporâneo na luta pelas políticas no campo educacional até o surgimento da lei 10.639/03. Busquei também articular a importância dos saberes produzidos pelos quilombolas, que emergiram a partir das narrativas tridimensionais dos/as participantes, moradores negros, em uma comunidade de remanescente de quilombo na região da campanha do Rio Grande do Sul.

Nele articulei a possibilidade de uma educação não formal alicerçada na construção coletiva de práticas de resistências, pertencimentos e constituição de identidades considerando as construções culturais desses sujeitos podendo ser entrelaçada com a educação formal. Portanto, me contraponho à perspectiva de preponderância ou percurso único de uma educação e ensino formais que não considerem o contexto dos moradores, espero que os saberes de resistência da comunidade quilombola de Palmas possam integrar planos de ensino de diferentes instituições e serem incorporados as práticas docentes na perspectiva de valorizar a história e cultura afro-brasileira e a saga quilombola.

6 CONCLUSÃO

Nesta dissertação, assumi concomitantemente, uma postura de pesquisador e militante, a partir das narrativas dos participantes procurando analisar as questões das identidades, os saberes de resistência e os pertencimentos dos sujeitos quilombolas de Palmas, imersos num passado histórico de lutas para sobreviver às atrocidades da escravidão, e na contemporaneidade, a organização da luta para garantir o direito à terra. A produção de saberes de resistência que ensinam e inspiram foram relatados pelos participantes nas entrevistas realizadas.

Também assumi uma posição indisciplinar e decolonial, desde os elementos pré-textuais, como nos agradecimentos, posteriormente na introdução ao realizar uma escrita de mim, na metodologia, ao utilizar codinomes em língua Yorubá para designar os participantes das entrevistas narrativas. Os teóricos utilizados, em sua maioria, têm nos seus arcabouços epistemológicos os argumentos de uma postura transgressora à normatividade ocidental que costuma prevalecer nos espaços acadêmicos.

Os resultados da pesquisa mostram que as narrativas sobre o processo de constituição da identidade quilombola constituem um saber de resistência, que provém da necessidade de auto-reconhecimento e auto-definição, pois o ato de se reconhecer e se determinar quilombola, e a organização comunitária são saberes relevantes para a postura de resistência assumida. O pertencimento, por sua vez, se relaciona à escolha por não abdicar das relações que caracterizam a identificação com este contexto social e cultural. Ao tomarem conhecimento e renarrarem a luta, os participantes da pesquisa constituem saberes que proporcionam o conhecimento de si, denominados nesta pesquisa de **Saberes de Resistência**. Ao narrarem suas trajetórias de luta pela terra, os participantes se reconhecem como quilombolas, o que fortalece o vínculo comunitário.

A historiografia brasileira com seus estudos reprodutores de uma cultura eurocêntrica, através de mecanismos engendrados, procurou silenciar estas vozes protagonistas pertencentes aos segmentos populacionais considerados inferiores, dentre eles, negros e quilombolas. Nas últimas décadas, a historiografia sobre a contribuição dessas populações até então invisibilizadas ganhou novos contornos na

academia. Estes segmentos passaram a frequentar este espaço até então de privilégio para uma minoria branca.

A escrita desta dissertação a partir das narrativas dos sujeitos quilombolas converge com o pensamento de alguns historiadores e pesquisadores de distintas áreas do conhecimento que, a partir da década de 1980, passaram a ressignificar as análises sobre a participação do trabalhador negro escravizado, que assume, nesta ótica, o papel de protagonista (SILVA, 2018). Foi com esta orientação e amparado na Linguística Aplicada (LA) indisciplinar que optei pela utilização da pesquisa narrativa tridimensionais. Ao se identificarem como remanescentes de quilombo, os sujeitos quilombolas de Palmas assumem uma postura de protagonismo e de afirmação de suas identidades de resistência, de luta e pertencimento num território de conflito e contradições. Esta movimentação produz saberes de resistência, que ficaram evidenciados nas narrativas dos participantes.

Os quilombolas em todo país foram historicamente desconsiderados no que se refere às suas contribuições culturais, já que foram sempre tratados como os diferentes, os inferiores, pelos herdeiros do capital escravocrata, que estabeleceram ao longo das gerações as posições de ocupação de espaço social para este segmento populacional. Neste trabalho de conclusão de mestrado, são os quilombolas que ocupam um lugar de fala de protagonismo e de afirmação, de que através da organização comunitária, da coletividade e da resistência pode servir de exemplo para luta quilombola. Assim se confirma a importância não apenas para o espaço acadêmico, mas como exemplo para tantas lutas espalhadas pelo país que podem se inspirar nas narrativas dos sujeitos quilombolas e os saberes que produzem, e que traduzem os múltiplos movimentos em busca de um dos direitos básicos da cidadania, o acesso à terra.

Desde a elaboração do projeto de pesquisa, havia convicção de que para compor a dissertação sobre a comunidade quilombola de Palmas seria necessário compreender como se construiu uma identidade quilombola num espaço rural, por um lado de manutenção de *“status quo”* de privilégio para os donos da terra, brancos e herdeiros de um passado escravocrata e do outro a necessidade da afirmação de uma identidade de luta e resistência às formas de opressão, em que a comunidade está inserida. Percebe-se nos relatos que esta identidade quilombola está ainda em construção em meio a conflitos e disputas territoriais.

As identidades surgidas não são estáveis, ou seja, os quilombolas a partir dos seus relatos evidenciam que a identidade quilombola é algo recente, portanto em constante construção no contexto comunitário, fruto de um lado das ações externas de parceiros principalmente do movimento negro que lutam pela a questão reparatória dos quilombos, por outro o reconhecimento e a vinda das políticas públicas possibilitou esta postura de identificar-se como quilombola. Nas narrativas percebe-se esta auto-definição e a incorporação dessa identidade quilombola, que permeia os modos de ser e viver desses sujeitos. Os laços familiares, os laços de compadril e de amizades, possibilitaram um entrelaçamento entre estes sujeitos, construindo um pertencimento ligado não somente ao espaço geográfico, mas também, às vivências e experiências de cada indivíduo compartilhadas no social. Pertencimento diz respeito a estas experimentações que envolvem o coletivo, dá sentido a pertença e justifica esta relação com tudo que representa.

Os saberes que são ressaltados nas vozes dos participantes têm uma composição de não formalidade, pois não advém de processos escolarizáveis, mas das relações estabelecidas no contexto comunitário. Denomino os saberes identificados como de saberes de resistências, pois são provenientes da organização comunitária, que organiza a luta e a respectiva resistência como uma fortaleza para a comunidade se proteger das diversas ameaças que a cercam e como estratégia de fortalecimento dos vínculos já estabelecidos. Os encontros para debater a questão quilombola foram aprendizados que os quilombolas transformaram em saberes na defesa contextualizada dos seus direitos.

A presente pesquisa de dissertação desenvolvida na comunidade quilombola de Palmas procurou em todas as etapas ouvir atentamente as narrativas emergidas pelos/as participantes, trazendo contextos que traduzem as vivências e experiências dos moradores quilombolas, que têm orgulho desse pertencimento e da luta empreendida, e a resistência, que através da organização comunitária resultou em inúmeras conquistas sociais para a coletividade.

Esta dissertação, constituída metodologicamente a partir das narrativas tridimensionais dos sujeitos quilombolas que em suas histórias relatadas estão inseridos nelas, independente do tempo em que aconteceu o fato relatado, passam a fazer parte também da história da comunidade, pois dizem respeito as suas construções coletivas, que de certo modo influenciam o grupo. Como membro do

conselho consultivo³² da Associação das Comunidades Quilombolas Rurais de Palmas, procurei ouvir alguns moradores de forma muito livre, sem influenciar as respostas, adotei a postura partindo das questões exmanentes, aquelas que dizem respeito às minhas impressões e expectativas, que posteriormente migraram, a partir das entrevistas dos participantes para as questões imanentes, ou seja, ponto de vista dos informantes, seguindo o modelo proposto por Jovchevelich e Bauer (2015).

A LA contribuiu com Moita Lopes (1998, 2006) e Cavalcanti (1986, 2006) na compreensão de que a pesquisa ocorreu em um contexto comunitário numa perspectiva de encontrar subsídios para a consecução de uma educação de caráter não formal buscando uma postura indisciplinar, multidisciplinar e transgressora, pois o processo de organização comunitária subverteu a normatividade neste território, em que a conscientização pelo direito à terra tornou os quilombolas sujeitos do seu tempo e protagonistas das suas conquistas traduzidas em políticas públicas que elevaram a qualidade de vida dos moradores.

Percebe-se no contexto do desenvolvimento da pesquisa que, à medida que os quilombolas de Palmas passam a constituir os seus saberes de resistência, também diria uma identidade de resistência, convergindo com Hall (2003), em que a identidade cultural se constitui e se fortalece na luta, em meio às contrariedades que se colocam na contramão dessa formação, possibilitada certamente pela organização comunitária e o aprendizado desses saberes que resistem em defesa da comunidade.

Pode-se afirmar que os sujeitos quilombolas de Palmas construíram uma trajetória coletiva, de resistência e resiliência que emergiram de suas narrativas, contando e recontando histórias, lembrando fatos e acontecimentos antigos com novas informações, trazidos por suas vivências e experiências, um aprendizado *sui generis*, saberes, que se tornam um legado para posteridade.

Os resultados indicaram experiências compartilhadas entre eles. Observou-se que suas construções identitárias estão assentadas em valores como cooperativismo, fraternidade, amizade, companheirismo e solidariedade, atravessando gerações. O pertencimento ao lugar é evidenciado em todas as narrativas, inclusive daqueles que residem na atualidade na cidade de Bagé por

³²O estatuto da Associação das Comunidades Quilombolas Rurais de Palmas prevê a eleição de membros para o conselho consultivo, que geralmente é ocupado por pessoas que são apoiadores da comunidade e a auxiliam em diversas questões, desde 2010 ocupo com muita honra esta função.

enfermidade na família, apontam para o quilombo de Palmas como seu lugar ideal para moradia.

A transpiração foi fundamental para realização desta dissertação, mas não está dissociada na minha ótica da inspiração, que parafraseando os compositores Paulo César Pinheiro e João Nogueira [...] “Não, ela é uma luz que chega de repente com a rapidez de uma estrela cadente e acende a mente e o coração e faz pensar que existe uma força maior que nos guia” [...] O trabalho foi fundamentado epistemologicamente, com rigor científico, mas amparado na ancestralidade de minha matriz africana, que guiou os passos da escrita, alicerçada nos valores civilizatórios africanos, que estão presentes nos resultados desta dissertação, como: cooperativismo, memória, ancestralidade, coletividade e pertencimento.

Das entrevistas com os sujeitos participantes emergiram resistências através da luta empreendida para garantir definitivamente a posse da terra para os quilombolas de Palmas. A resistência individual e coletiva para suportar a dissidência de alguns membros, a organização comunitária que fundou a associação e propiciou diversas iniciativas de qualificação para comunidade. Fica evidenciado nas entrevistas que os avanços ocorreram devido a este exercício de coletividade.

As identidades surgidas nas análises sinalizaram a formação de uma identidade quilombola que foi se constituindo no percurso. Da descoberta externa que havia esta remanescência ligada à ancestralidade, a um presente em que a maioria dos moradores se assumem como descendentes de que habitaram esta localidade em tempos de escravização, nessa perspectiva buscam o seu auto-reconhecimento e a auto-determinação.

Este trabalho tanto seu percurso teórico-conceitual quanto teórico-metodológico foi construído com a centralidade nos sujeitos quilombolas, o que foi pesquisado, a escolha dos autores se deu pensando na otimização da produção de dados e as categorias com as respectivas análises, que emergiram nesta escrita provenientes das narrativas tridimensionais dos participantes, fundamentais para conclusão desta dissertação. As vivências, as experiências e o pertencimento alicerçado nos laços familiares e de amigos conjugados à ligação ancestral à terra constituíram modos de ser e viver dos quilombolas de Palmas, ressaltando sua identidade quilombola que produzem e continuarão a produzir saberes de resistência no seu contexto social e cultural.

REFERÊNCIAS

- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- _____. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.
- BRASIL. Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 20 de novembro de 2003.
- _____. Decreto nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 07 de fevereiro de 2007.
- _____. Lei de Diretrizes e Base da educação Nacional. Lei n. 9394, de 20 de dez. 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>. Acesso em 18 de maio de 2019.
- _____. **Supremo Tribunal Federal**. Notícias STF, 2018. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=369187>. Acesso em: 05 de maio de 2019.
- _____. Lei nº 1, de 4 de janeiro de 1837, e o Decreto no 15, de 1839, sobre Instrução Primária no Rio de Janeiro. História da Educação, Pelotas, n. 18, p. 199-205, set. 2005. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/asphe/article/viewFile/29135/pdf>. Acesso em: 19 de mar. de 2019.
- _____. Programa Brasil Quilombola. Brasília, DF: Seppir, 2005b.
- CARDOSO, Marcos Antônio. **O Movimento negro em Belo Horizonte: 1978-1998**. Belo Horizonte: Mazza, 2002.
- CAVALCANTI, M. C. A propósito da linguística aplicada. **Revista trabalhos em linguística aplicada, nº 7** –P. 5-12.1986.
- CAVALCANTI, M. C. Um olhar metateórico e metametodológico em pesquisa em linguística aplicada: implicações éticas e políticas /n: MOITA LOPES, L. P. (org.). **Por uma linguística aplicada indisciplinar**. São Paulo: Parábola Editora, 2006.
- CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. Petrópolis: Vozes, 2006.
- CLANDININ, Jean e CONNELLY, Michael. **Pesquisa Narrativa: Experiências e história na pesquisa qualitativa**. Uberlândia: Edufu, 2015.
- COLAÇO, Thais Luzia. **Novas perspectivas para a antropologia jurídica na América Latina: o direito e o pensamento decolonial**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2012.

D'ADESKY, Jacques. **Pluralismo étnico e Multiculturalismo: Racismos e Anti-Racismos no Brasil**. Rio de Janeiro: Pallas, 2001.

DOMINGUES, Petrônio. **Um “templo de luz”**: Frente Negra Brasileira (1931-1937) e a questão da educação. **Revista Brasileira de Educação** v. 13 n. 39 set./dez. 2008.

FERREIRA, Wolgran Junqueira. *in*: Comentários à constituição de 1988, Julex livros, 1ª edição, 1989, 3º volume, pps. 1187.

FIABIANI, Adelmir. **Os novos quilombos**: luta pela terra e afirmação étnica no Brasil. 2008. 275p. Tese de doutorado. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo, 2008.

FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **Educação e crise do trabalho**: perspectiva de final de século. 6ª edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. Coleção estudos culturais em educação.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão/*n*: **Educação anti-racista: caminhos abertos pela lei federal nº 10.639/03**. SECAD. Brasília, 2005.

GOHN, M. G. **Educação não-formal, educador (a) social e projetos sociais**. Meta: Avaliação. Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 28-43, jan./abr. 2009.

_____. Educação Não Formal, Aprendizagens e Saberes em Processos Participativos. **Investigar em Educação** - II a Série, Número 1, 2014

GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de. **Terra de mulheres**: Identidade e gênero em um bairro negro. R. História São Paulo, n. 129-131, p.81-100, ago.-dez./93 a ago.-dez./94.

HALL, S. **Da Diáspora**: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

_____. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução Tomaz Tadeu Silva, Guacira Lopes Louro. 10º Ed., Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HASENBALG, Carlos A. **Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Comunidades certificadas**. Disponível em: http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/estrutura-fundiaria/quilombolas/comunidadescertificadas/comunidades_certificadas_10-02-2019.pdf. Acesso em 10 de jun. de 2019.

JOVCHELOVITCH, Sandra; BAUER, Martin W. Entrevista narrativa. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (orgs.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 11ed. Petrópolis: Vozes, 2013, p. 90-113.

LEITE, I. B. Descendentes de africanos em Santa Catarina: invisibilidade histórica e segregação. *In: Leite, I. B. (Org.). Negros no Sul do Brasil: invisibilidade e territorialidade.* Santa Catarina: Letras Contemporâneas, 1996. p.33-53.

MAESTRI, Mário. **Quilombos Gaúchos:** uma síntese exploratória. *In: Moura, Clóvis(Org.). Os quilombos na dinâmica social do Brasil.* Maceió: Edufal, 2001.

MOITA LOPES, L. P. A transdisciplinaridade é possível em linguística aplicada?*in:Signorini, I. e Cavalcanti, M. C. (orgs.). Língua aplicada: perspectivas.* Campinas: Mercado de Letras, 1998.

_____. Uma linguística aplicada mestiça e ideológica interrogando o campo como linguista aplicado. *In: MOITA LOPES, L. P. (org.).Por uma linguística aplicada indisciplinar.* São Paulo: Parábola Editora, 2006.

MOURA, Clóvis. **Os quilombos na dinâmica social do Brasil.** Maceió: Edufal, 2001.

MUNANGA, Kabengele. Identidade, cidadania e democracia:algumas reflexões sobre os discursos anti-racistas no Brasil. *In:SPINK, Mary Jane Paris(Org.) A cidadania em construção: uma reflexão transdisciplinar.* São Paulo: Cortez, 1994, p.177-187.

_____. Algumas considerações sobre “raça”, ação afirmativa e identidade negra no Brasil: fundamentos antropológicos.*Revista USP*, São Paulo, n.68, p. 46-57, dez./fev. de 2005-2006.

_____. Origem e história dos quilombos em África. *In: Moura, Clóvis (Org.). Os quilombos na dinâmica social do Brasil.* Maceió: Edufal, 2001.

MUYLAERT, Camila Junqueira *et al.* Entrevistas narrativas: um importante recurso em pesquisa qualitativa.*Revista da Escola de Enfermagem da USP*, São Paulo: vol. 48, n. 2, 2014, pp. 193-199.

NASCIMENTO, A. **O quilombismo:** documentos de uma militância pan-africanista. Brasília: Fundação Cultural Palmares; Rio de Janeiro: OR Editor Produtor Editor, 2002.

NUNES NETO, Francisco A. Interfaces Científicas. **Educação.** Aracaju: v.4, n.3, p. 31-42. Jun 2016.

NOVAES, Sílvia Caiuby. **Jogo de espelhos.** São Paulo:EDUSP,1993.

RIBEIRO, Matilde. Apresentação do SEPIR. *In:Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.* Brasília, DF, Outubro, 2004.

SANTOS, Boaventura de Sousa, (1999). **A construção multicultural da igualdade e da diferença.** Coimbra: Centro de Estudos Sociais (Série Oficina do CES nº 135).

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000. 85p

SANTOS, Sales Augusto dos. **A Formação do Mercado de Trabalho Livre em São Paulo**: Tensões raciais e marginalização social. Brasília: UNB/Departamento de Sociologia, Dissertação de Mestrado, 1997.

_____. A Lei nº 10.639/03 como fruto da luta anti-racista do Movimento Negro. *In: Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03*. SECAD. Brasília, 2005.

SARMENTO, M. J. Infância, exclusão social e educação como utopia realizável. **Educação & Sociedade**, v. 23, n. 78, p.265-283, abr. 2002.

SILVA, Tiago Rosa da. **Vivências e experiências associativas negras em Bagé-RS no Pós-abolição**: imprensa, carnaval e Clubes Sociais Negros na fronteira sul do Brasil- 1913-1980. Pelotas: UFPEL/PPGH. Dissertação de Mestrado.

SIMAS, Vanessa França; SOLIGO, Rosaura e TOLEDO PRADO, G. V. **Pesquisa narrativa em três dimensões**. VI Congresso de Pesquisa Auto-biográfica-Modos de viver, narrar e guardar. Rio de Janeiro, 2014, nº 6.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas**: conceitos, Tipologias e Sub-Áreas: Trabalho elaborado para a fundação Luís Eduardo Magalhães, em dezembro de 2002.

TEIXEIRA, E. C. O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade. **Revista AATR**, Salvador, 2002.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Laboratório de Observação Social – LABORS. **Relatório Sócio, Histórico e Antropológico da Comunidade Quilombola de Palmas** – Bagé/RS. Porto Alegre, 2007. 198p.

APÊNDICE A- Termo de Consentimento



TERMO DE CONSENTIMENTO

Através deste documento, solicitamos seu consentimento para utilizar anotações, registros fotográficos e gravações em áudio realizados a partir de entrevistas concedidas para a dissertação de mestrado intitulada: "Narrativas emergindo saberes populares, identidades e resistências no Quilombo de Palmas". A pesquisa é de autoria de Luis César Rodrigues Jacinto, orientada pela Prof^a. Dr^a. Clara Zeni Camargo Dornelles, e integra o Mestrado Acadêmico em Ensino da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA).

Este documento garante que: (1) as identidades dos/as entrevistados/as serão mantidas em caráter confidencial pelo uso de pseudônimos; (2) os dados (fotografias e gravações em áudio) serão estudados somente pelo pesquisador e sua orientadora; (3) os dados (fotografias e gravações em áudio) serão divulgados na referida dissertação, em publicações científicas e/ou de divulgação científica (jornais e revistas), apresentações públicas acadêmicas, e outras produções acadêmico-científicas.

Solicitamos, portanto, o seu **consentimento para uso dos dados gerados em entrevistas em que você foi participante nos anos de 2018 e 2019**, para que possamos dar desenvolvimento à pesquisa.

Este termo será assinado em duas vias de igual teor, valor e forma, ficando uma com o/a entrevistado/a e outra com o mestrando pesquisador.

Bagé, 17 de abril de 2019.

Nome completo e assinatura do/a entrevistado/a:

ANEXO A- Certidão de Auto-reconhecimento-FCP




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
 MINISTÉRIO DA CULTURA
 FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES
 Criada pela Lei n. 7.668 de 22 de agosto de 1988

Diretoria de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro

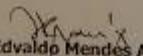
CERTIDÃO DE AUTO-RECONHECIMENTO

O Presidente da **Fundação Cultural Palmares**, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 1º da Lei n. 7.668 de 22 de Agosto de 1988, art. 2º, §§ 1º e 2º, art. 3º, § 4º do Decreto n. 4.887 de 20 de novembro de 2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e artigo 216, I a V, §§ 1º e 5º da Constituição Federal de 1988, **CERTIFICA** que a **Comunidade de Palmas**, localizada no município de Bagé, Estado do Rio Grande do Sul, registrada no Livro de Cadastro Geral n. 10, Registro n. 941, fl. 05, aos termos do Decreto supramencionado e da Portaria Interna da FCP n. 06, de 01 de março de 2004, publicada no Diário Oficial da União n. 43, de 04 de março de 2004, Seção 1, f. 07, **É REMANESCENTE DAS COMUNIDADES DOS QUILOMBOS.**

Declarante(s):
 PROCESSO nº 01420.000467/2007-56

Eu, Maria Bernadete Lopes da Silva (Ass.).........., Diretora da Diretoria de Proteção do Patrimônio Afro-Brasileiro, a lavrei e a extraí. Brasília/DF, 13 de março de 2007.

— O referido é verdade e dou fé


Edvaldo Mendes Araújo
 Presidente

SBN Quadra 02 – Ed. Central Brasília – CEP: 70040-904 – Brasília – DF – Brasil
 Fone: (0 XX 61) 3424-0100(0 XX 61) 3424-0137 – Fax: (0 XX 61) 3326-0242
 E-mail: chefe@adegabinete@palmars.gov.br http://www.palmars.gov.br

"A Felicidade do negro é uma felicidade guerreira" (Wally Salento)

ANEXO B- Certidão Incra



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO RIO GRANDE DO SUL – SR/11
GABINETE DO SUPERINTENDENTE**

CERTIDÃO

Certificamos, para os devidos fins, com fulcro no Artigo 25, Alínea “a”, Inciso III, da Portaria Interministerial Nº. 127, de 29/09/2008, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, da Fazenda e do Controle e da Transparência que esta Autarquia instaurou o processo Nº 54220.000397/2005-97, com vistas ao reconhecimento, delimitação, demarcação, desinversão, titulação e registro das terras ocupadas por remanescentes de Comunidade de Quilombo – Quilombo de Palmas, localizada no município de Bagé, Estado do Rio Grande do Sul, de acordo com o disposto no Art. 68 do ADCT da CF/88, Decreto Nº 4.887/03 e IN/INCRA/Nº57/2009.

A referida comunidade foi certificada pela Fundação Cultural Palmares, conforme CERTIDÃO DE AUTO-RECONHECIMENTO, emitida na data de 13 de março de 2007.

De acordo com o Artigo 17 do Decreto 4.887/2003, a titulação será realizada pelo INCRA mediante a outorga de título coletivo e pró-indiviso em prol da Associação da Comunidade Quilombola de Palmas, com a obrigatória inserção de cláusulas de inalienabilidade, imprescritibilidade e de impenhorabilidade.

Diante dos fatos acima descritos, manifestamos a concordância desta Superintendência Regional do INCRA quanto à construção, pelos entes federados, de benfeitorias e de serviços públicos como água potável, saneamento básico, energia elétrica, habitação e outros, no território quilombola, em área ocupada e a ser designada pela comunidade.

Porto Alegre, 25 de março de 2010.

**JOSÉ RUI TAGLIAPIETRA
Superintendente Regional Substituto**

*Recebi
em 13/10/2010*

ANEXO C- Reação dos ruralistas ao processo

Bagé, TERÇA-FEIRA, 21 de dezembro de 2010

Jornal Minuano 9

Minuano Cidade

Convocação para eleição da Associação de Quilombolas reabre tensão em Palmas

Atual diretoria da entidade acusa produtores de usar quilombolas como "laranjas"

Na edição do Jornal MINUANO do dia 17 de dezembro foi publicado edital em nome da Associação das Comunidades Quilombolas Rurais de Palmas com o nome de 54 pessoas convocando assembleia geral extraordinária para o dia 5 de janeiro de 2011. O objetivo é realizar eleição e posse da executiva e do conselho fiscal da entidade.

Um grupo liderado pelo atual coordenador geral da Associação, Leomar Alves de Alves, a líder comunitária da região, Eliège Oliveira de Alves e o conselheiro consultivo da entidade, César Jacinto refutam de forma veemente a legitimidade dessa convocação.

Acompanhados do segundo secretário da Associação, Vanderlei Alves de Alves e de José Luiz Alves de Alves, morador de Palmas, eles estiveram ontem, no Jornal MINUANO, para afirmar que os signatários do edital não têm



CONFLITO: situação na região se estende desde abril deste ano

publicou o edital e informal, porque, segundo ele, não foi registrada na ata oficial da Associação das Comunidades Quilombolas Rurais de Palmas. Esse encontro aconteceu no dia

da Associação. O objetivo foi prorrogar o mandato da atual diretoria.

Ao ler a nota, Eliège disse que nessa assembleia estavam presentes a Comissão de Direitos Humanos da Assem-

Segundo Alves, esses registros foram entregues para o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e o Ministério Público Federal do Rio Grande do Sul. "Destacamos, ainda, que essa prorrogação é por tempo indeterminado até que cesse todos e quaisquer tipos de pressão exercida pelos produtores rurais sobre as comunidades. Essa prorrogação de mandato é reconhecida pelos órgãos competentes".

Sob pressão

Na nota, o coordenador geral da associação diz que não se justifica que os produtores rurais convoquem uma assembleia. Alves diz que os produtores tentam demandar o processo eleitoral usando quilombolas que estão sob pressão trabalhando dentro das propriedades deles. "Ou coagindo-os com mentiras, como foi o caso da notícia espalhada por eles (produtores), da

toria da Associação, que estavam presentes nessa reunião, eram apenas três, sendo que o único da coordenação executiva era Lacre Franco de Franco, que, segundo o coordenador, é empregado de um produtor rural e representante dos ruralistas na região.

Além disso, Alves observa que a tentativa de abertura do processo eleitoral em nome da Associação das Comunidades Rurais de Palmas não respeita o estatuto que rege essa entidade, no que se refere à seção "IV - do processo eleitoral", artigo 31.

O grupo informou que vai tentar, por meio de uma ação judicial, impedir essa assembleia geral extraordinária marcada para janeiro.

Contraponto

"É mentira, não existem pressões e nem ameaças por parte dos ruralistas", afirma Daniel Franco. Ele acusa alguns membros da atual dire-

legitimidade para convocar um processo eleitoral.

Com uma nota de página inteira assinada por Leomar Alves de Alves, o grupo expõe os motivos pelos quais não pode ser realizada essa assembleia proposta para janeiro. Segundo eles, os responsáveis por essa situação são os produtores rurais. Eliège, inclusive, disse que os produtores estão usando quilombolas como "laranjas", que estariam infiltrados na comunidade para provocar tensão, entre os quais foi citado o nome de Daniel Ribeiro Franco integrante do conselho fiscal da entidade e que seria um dos mentores da convocação para a eleição.

Por meio da nota, Alves classifica reunião do grupo que

8 de dezembro de 2010, na residência de Joel Barreto. "Os quilombolas que estavam presentes foram induzidos a concordarem com a tentativa de abertura do processo eleitoral e que teve como resultado a publicação de edital na imprensa local (MINUANO) no dia 17 de dezembro, que não é reconhecida como sendo legítima por essa diretoria, a qual representa legalmente essas comunidades", diz a nota.

Motivos

O grupo informa que, no dia 18 de abril deste ano, sob forte pressão dos produtores rurais, aconteceu uma assembleia geral extraordinária em caráter de emergência, conforme o artigo 41 do Estatuto

da Associação. O objetivo foi prorrogar o mandato da atual diretoria. Ao ler a nota, Eliège disse que nessa assembleia estavam presentes a Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa, o Movimento Negro Unificado do Rio Grande do Sul, o Instituto de Assessoria às Comunidades Remanescentes de Quilombolas do Rio Grande do Sul (Iaqorsq), o Sindicato dos Servidores Federais (Sindiserf), Catarse Coletivo de Comunicação, a equipe responsável pelo laudo socioantropológico das comunidades quilombolas da região e representantes dos Quilombos dos Silva e dos Alpes, ambos de Porto Alegre, além de 27 quilombolas de Palmas.

O grupo destaca que a reunião foi registrada no livro-ata oficial da associação e filmada por uma equipe de jornalismo, que estava presente.

vinda das 150 famílias, já ostensivamente provada como sendo uma inverdade", afirma o coordenador.

Reunião contestada

Sobre a reunião realizada dia 8 de dezembro, o grupo afirma que a grande maioria dos quilombolas presentes passou procuração para advogado de São Gabriel, o qual impetrou ação contra o Incra contrário a regularização fundiária dos quilombolas. "Fizeram isso durante o período mais crítico da pressão exercida pelos latifundiários, o período das barreiras.

De acordo com Leomar Franco, os membros da dire-

toria da Associação de Quilombolas de Palmas tentam impedir que aconteça eleição e que os integrantes da comunidade votem. "Ele acusa os produtores de estarem causando pressão como pretexto para prorrogar a eleição", diz.

Franco enfatiza que o grupo liderado por Leomar Alves e Eliège quer a expansão da área quilombola e da coletividade. "Eles estão brigando por mais terra. O que defendo é manter o que é meu em meu nome", frisa.

Sobre a acusação de que os produtores estão usando quilombolas como "laranjas", Franco diz que ouviu isso de forma indignada.

Juntos, o Natal é mais feliz.

<p>Manga ou laranja kg</p> <p>1,19 cada</p>	<p>Banana cativera e abóbora cabutá kg</p> <p>0,99 cada</p>	<p>Brócolis ou couve-flor un</p> <p>1,29 cada</p>
<p>Vagem, maçã fugi ou pimentão verde kg</p> <p>1,99 cada</p>	<p>Uva Niagra rosa kg</p> <p>3,99</p>	<p>Tomate longa vida kg</p> <p>1,38</p>

Ofertas válidas para esta terça-feira, 21 de dezembro de 2010. Ou enquanto durarem os estoques. Fotos meramente ilustrativas.

PERUZZO
SUPERMERCADOS

ANEXO D- A eleição fraudulenta suspensa pela justiça

Ofertas válidas para esta terça-feira | 04 de janeiro de 2011, ou enquanto durarem os estoques. Imagens meramente ilustrativas.

SUPERMERCADOS

Bagé, TERÇA-FEIRA, 4 de janeiro de 2011

Jornal Minuano

Campo & Negócios

DEPÓSITO

Comércio de Insumos Ltda.

Prezado amigo confira as promoções desta semana

PRODUTO	VALOR
Top Line 5L	R\$ 244,00
Cypersol Pour-On Lt	R\$ 9,50
Treo Ace 500ml	R\$ 320,00
Solution 3,5 500ml	R\$ 179,00
Dectomax 500ml	R\$ 150,00

Nas compras de sal mineral, concorra a um cocho coberto

CONFIRA OUTRAS PROMOÇÕES!

Prazos de até 180 dias para MASTER LP LT, TOPLINE 5L e demais endotocidas, e preços imbatíveis para pagamento a vista.

Recebemos nos cartões Visa, Mastercard e American Express com 5% de desconto.

Rua Coronel Pedroso 140 - FONE (53) 3241 6205

Quilombolas marcam eleição

Será nesta quarta-feira, dia 5 de janeiro, às 17h, na propriedade do senhor Abaito, a Assembleia Geral para eleição da nova Diretoria Executiva e novo Conselho Fiscal da Associação das Comunidades Quilombolas de Palmas. A informação partiu de Daniel Franco, candidato de oposição à presidência da entidade. Segundo Franco, a assembleia tem tudo para transcorrer em clima de normalidade, apesar das discordâncias entre o grupo de Leomar Alves, o líder da situação, e o grupo opositorista. De acordo com o candidato, o mandato de Leomar Alves já expirou e os estatutos não permitiriam a prorrogação proposta por Alves.

Além de não concordar com os títulos coletivos, o grupo de oposição contesta muitos pontos contidos no estudo antropológico existente. Tal documento seria a base justificadora da existência de uma comunidade quilombola. "Tem gente que foi entrevistada, mas não disse nada do que aparece no estudo. Além de várias mentiras sobre o local", revelou Franco.

Contestação

Além de não concordar com os títulos coletivos, o grupo de oposição contesta muitos pontos contidos no estudo antropológico existente. Tal documento seria a base justificadora da existência de uma comunidade quilombola. "Tem gente que foi entrevistada, mas não disse nada do que aparece no estudo. Além de várias mentiras sobre o local", revelou Franco.

2ª Nacional do Corriedale

3ª Agrovino
De 12 a 16 jan./11
Rural de Bagé
Insc. ARCO
www.arcovinos.com.br

Estamos no mesmo barco

Ao afirmar que a eleição é legal, Franco disse que todos estão no mesmo barco. "Só não concordamos com o fato dos títulos coletivos de posse de terra. Tenho tentado conversar com o Leomar, mas ele evi-

Insc. ARCO
www.arcovinos.com.br

ABACO RURAL TMBAGÉ

Informações: 3242 8422

SGARAMUGA

Compra - Venda

Negócios Rurais

Jallo
FONE 9977.8676
Av. José do Patrocínio, 491 - Bagé RS

DEPÓSITO

Comércio de Insumos Ltda.

Prezado amigo confira as promoções desta semana

PRODUTO	VALOR
Cypersol pour-on lt	R\$ 9,50
Ripercol oral lt	R\$ 33,00
Ganaseg fr 30ml	R\$ 21,00
Arame de atilho	R\$ 6,50
Arame de rabicho	R\$ 6,50
Treo Ace 500ml	R\$ 320,00
Solution 3,5 500ml	R\$ 179,00

CONFIRA OUTRAS PROMOÇÕES!

Na compra de sal concorra a um cocho coberto. Consulte nossos prazos e descontos para pagamento a vista.

Rua Coronel Pedroso 140 - FONE (53) 3241 6205

silos da Cesa ao Super Porto de Rio Grande.

Mainardi salientou que a Cesa é uma empresa pública e assim será tratada: "a companhia irá cumprir sua finalidade, pois desempenha papel estratégico para o desenvolvimento do estado. Entendo

sempa para exame.

O titular da Agricultura disse que buscará uma solução, juntamente com o secretário de Infraestrutura e Logística, Beto Albuquerque e o novo diretor superintendente do Porto de Rio Grande, Dirceu Lopes.

Assembléia da Associação de Quilombolas é suspensa

A assembleia geral extraordinária da Associação das Comunidades Quilombolas de Palmas, que estava prevista para acontecer ontem foi suspensa por ação judicial. A informação foi repassada ao Jornal MINU-

ANO pelo conselheiro consultivo da entidade, César Jacinto. Na pauta do encontro a polêmica estava centrada na realização de eleições para renovação dos quadros da diretoria. Segundo Jacinto, um oficial de jus-

tiça entregou o despacho judicial, que suspendeu a convocatória ao líder do grupo opositorista, Daniel Franco. A reportagem do JM tentou falar por telefone com Franco, mas não obteve contato.

VitrineMed.com.br

Tecnologia em Gerenciamento de Clínicas

Fones: (53) 81243828
(53) 32411017

Endereço: Rua Carlos Mangabeira, 247
Centro - Bagé - RS

E-mail: vitrinebage@hotmail.com

www.vitrinemed.com.br

Cadastro de Pacientes

Relatório de Consultas

Impressão de Receitas

Agenda Completa

Wi Fi

PELO SEU CELULAR

Consulte sua Agenda
Acesse a lista dos pacientes
Acesse seus dados em
qualquer lugar.

é ainda de um
SHOW de
tecnologia no
próximo congresso
que participo.

ANEXO F- Matéria jornal Minuano sobre a tramitação do processo de Palmas

Bagé, SÁBADO, 12 e DOMINGO, 13 de novembro de 2011

Minuano Cidade

Questão fundiária dos quilombolas tramita no Incra

ARQUIVOJIM



JACINTO: situação melhorou muito

Nesse meio tempo, esses locais receberam luz elétrica, acesso à internet e até uma rádio comunitária. "As políticas públicas voltadas às comunidades quilombolas também estão sendo eficientes", contou ele.

Impasse

Há, porém, um impasse. Em junho deste ano, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra, tornou público, por meio de edital, a intenção de realizar uma regularização fundiária nas áreas dos quilombolas. No quilombo de Palmas, a polêmica se dá a partir da possível desapropriação de terras dos produtores rurais.

Jacinto explica que o remanejamento das terras para os quilombolas remanescentes é legítimo e está amparado por lei, no Decreto 4887/2003. "Já foram realizados estudos nos locais para averiguar a veracidade das informações, agora só falta agir. Esperamos que o governo federal agilize essa demarcação das terras", disse.

Eliege Alves, líder comunitária da Comunidade Quilombola Rural de Palmas e diretora operacional da Rádio Palmas FM, não quis se pronunciar sobre a discussão de delimitação fundiária. Ela afirma que o processo está tramitando no Incra e não deseja falar sobre o assunto para evitar informações desencontradas. Apenas lamenta a demora da resolução do processo.

Secretário aguarda ao orçamento da

A previsão de um orçamento de pouco mais de R\$ 2,5 milhões para investimentos na área da Cultura em 2012 gera polêmica em Bagé. Ao passo que eventos como o Festival Internacional Música no Pampa (Fimp) tem verba de mais de R\$ 430 mil garantidas, a previsão de investimento para os demais eventos da secretaria, durante o ano todo, foi fixada em R\$ 56 mil. Ontem à tarde, a reportagem do Jornal MINUANO procurou o secretário municipal de Cultura, Sapiran Brito, para tratar do assunto.

Conforme Brito, a expectativa é que haja emendas ao orçamento por parte dos vereadores e entidades. No entanto, o secretário preferiu não se manifestar a respeito da previsão orçamentária antes da inclusão das emendas. "As alterações vão acontecer, e a gente torce para que sejam favoráveis à cultura. Lógico que queremos mais recursos, assim, conseguiremos promover mais eventos", disse.

BRITO: "nós sempre queremos mais recursos"

Previsão de despesas

Carnaval dos 200 Anos: R\$ 56 mil
Fimp: R\$ 430 mil
Promoção de eventos culturais
Atos, eventos e divulgação
Contribuição ao fundo municipal

Ônibus traz cultura do outro lado da fronteira

Uma promoção da secretaria municipal de Cultura com o departamento de Cerro Largo traz a Bagé o "Bus de la Frontera", neste sábado, às 20h, na Praça Esporte. O evento é fruto do termo de irmanamento assinado pelo prefeito Dudu Colombo e proporcionará uma série de atividades artísticas e culturais. Em maio do próximo ano, a prefeitura deve levar uma trupe de artistas locais até a cidade uruguaia.

O secretário municipal de Cultura, Sapiran Brito, explica que a caravana cultural uruguaia trará apresentações de tango e orquestra, bailarinos e candombe - ritmo popular africano específico do folclore do Uruguai. "Temos que nos postar de frente para o Uruguai, para

Bambas em Bagé

O domingo será de samba e animação na Praça Esporte. A partir das 20h, os integrantes da escola de samba Bambas da Orgia, de Porto Alegre, apresentam, na concha acústica, o sambanredo que será apresentado

Inaugurou terça-feira, 8/11, a loja
Atelier
art & manh

ANEXO G- Meu Artigo no jornal Minuano que foi editorial da edição

Bagé, TERÇA-FEIRA, 15 de março de 2011

Minuano Cidade

César Jacinto
Membro da Coordenação Política Estadual do Congresso de Negras e Negros do Brasil (Conneb) e pesquisador da História e Cultura Afro-brasileira

Quilombo de Palmas, a vitória da Legitimidade

Waly Salomão afirma no Poema Zumbi que "A felicidade do negro é uma felicidade guerreira". Pois busca incessantemente sem deixar de ser feliz seu espaço estirpado e sua imagem maculada por um Brasil ainda racista, somente isto, já são motivos para justificar o quanto ser negro demanda extrema luta para garantir condições mínimas para uma vida com dignidade.

Em abril do ano passado, presenciamos um ataque ao direito constitucional de Ir e Vir na Comunidade Quilombola de Palmas, no interior da cidade de Bagé, região da Campanha do Rio Grande do Sul quando o Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Inora) realizava os procedimentos técnicos para demarcação das terras quilombolas centenas de latifundiários interromperam a medição bloqueando o acesso da comunidade por cerca de um mês, constringendo os moradores e visitantes que eram obrigados a se identificarem como se fossem criminosos. Crianças que deveriam ir para escola ficaram amedrontadas, quem necessitava de atendimento médico levava mais tempo justificando a saída do que o próprio procedimento de saúde que seria submetido.

A União de entidades como Ceafro Kilombo de Bagé, MNU, Iacoreq e órgãos públicos como a Defensoria Pública da União e Ministério Público Federal buscaram o restabelecimento da ordem e da verdade. Os segmentos da Sociedade Civil entenderam que a titulação das terras de quilombo é justa e acima de tudo é uma dívida do Estado brasileiro com os remanescentes quilombolas deste país.

Este episódio desencadeou a cisão e uma desconfiança efêmera no seio de uma comunidade que até então vivia num verdadeiro paraíso, ainda que em terras lúgubres. Esses descendentes do privilégio monárquico (latifundiários) de um país que no passado escolheu quem seria pobre e quem teria direito a riqueza tiveram suas mentiras derrubadas como a muralha de Jericó, ao soar das trombetas da justiça, a imprensa livre e independente prevaleceu e os quilombolas de Palmas têm o que comemorar.

Na sexta-feira, 11 de março de 2011 foi eleita e empossada a nova diretoria legítima, amparada no estatuto e na plenitude de suas prerrogativas; venceu quem representa a defesa dos quilombolas, os que trouxeram o Programa Luz para Todos e através dele a Energia Elétrica, a Inclusão Digital e a Rádio Comunitária, dentre outros benefícios, calaram-se os capitães do mato da modernidade, pois não tiveram legitimidade e nem coragem para participar do pleito, compreendemos os explorados intelectualmente e os financeiramente coagidos, mas as guerreiras e os guerreiros de Zumbi resistiram e venceram o medo, a covardia, o poder e o dinheiro, que não conseguiram calar a voz daqueles que carregam em seu coração a felicidade guerreira, e perseguem a justiça, afirmando seus ideais de resgate e valorização da história deste povo que também contribuiu e muito para o desenvolvimento do Brasil, portanto, terra para os quilombolas, que cumpra-se a Lei, feliz daqueles que labutam pela justiça.

JOÃO HONOR COIROLLO DE SOUZA
autorizado pelo Exmo. Sr. Dr. Juiz de Direito, para publicar, na forma da lei, em dia e hora

UMA FRAÇÃO DE TERRAS, com madeira, localizado no município de Cruz, com área de 12ha3952,52m², Hulhã Negra/Selval; ao sul, com Uberlândia, ao oeste, com José Ricardo Viegas, sob nº 20962, livro 2, fls. 01. Avaliação

UM TERRENO, sem benfeitorias, sito São Pedro, constituído do lote nº 28, com seguintes medidas: 10,45m de frente onde limita-se com o lote nº 27, 21,50m com a qual forma esquina, finalmente o lote 22, localizado no lado par das ruas 134, e 04. Registrado no Reg. 20.000,00.

UMA FRAÇÃO DE TERRAS, com Cantidão Rita, localizada na Serra, está localizada no encontro do arame com arame do Sr. Flávio Porto, que magnético de 16° 57' NE, na distância rumo magnético de 53° 24' NE, com o qual se encontra o V5, a seguir, com o rumo magnético de 30° 00' se no V5, e deste, com o rumo magnético de 157,30m, encontra-se o V6, a seguir, de 35,00m, chega-se no V7, a seguir, comprimento de 10 metros, chega-se a 340,00m, por uma sanga sem denominação, com rumo magnético de 20° 03' SW, encontra-se o V10, e deste, com o rumo magnético encontra-se o V11, e deste, com rumo de 165,00m chega-se no V12, a seguir, comprimento de 164,50m chega-se no deste polígono, possui os seguintes: Feijó e Januário Bonilha; ao sul, com Negra/Palmas, ao leste, com Maria S. Deiro e irmão. Registrado no Cartório de Avaliação 67.234,00.

UM PRÉDIO, construído de alvenaria, Av. General Osório sob nº 53, com dependências e dependências em galpão, medindo 14 metros de frente e 14 metros de fundo. Limita-se ao sul, com o prédio de nº 43, que é imóvel que é ou foi de Ernesto Moreira Preto Caxias; Rua Coronel Pedroza Matriculado sob nº 25.655. Avaliação

UM TERRENO, limpo de benfeitorias, Sete de Setembro, onde mede 5,20m de frente, sendo que, na altura dos 5,20m, uma largura de 5,05 metros até o limite da linha reta de 19,80 metros até encontrar a linha reta de 15 metros até encontrar Oliveira Camargo, daí segue em direção encontrar o ponto de partida, com a qual de um esquadro. Limita-se ao norte, com propriedade que é ou foi de Ernesto Moreira de Setembro, e, ao oeste, com propriedade localizada no quarteirão formado pela esquina dista 54,00m; Av. General Osório Matriculado sob nº 25.656. Avaliação

LINHAS DE VERÃO PLANALTO CASSINO 2011

SAÍDAS TODAS AS SEXTAS-FEIRAS 20H E SÁBADOS AS 7H ÔNIBUS CONFORTÁVEIS E CLIMATIZADOS

EM 2011 A PLANALTO PARCELA EM ATÉ 5X NOS CARTÕES DE CRÉDITO

ANEXO H- A eleição da legitimidade em 11 de março de 2011

A temática deste ano foi: "Mulheres pela paz nos 200 anos de Bagé".

Promovida pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo a visita passou pelo Palacete Pedro Osório, pelos principais clubes, pela Igreja São Sebastião, Museu Dom Diogo de Souza, centro administrativo da cidade, Praça Silveira Martins, entre outros. A guia de turismo Mariane Fernandes descreveu os prédios históricos de Bagé.

ensionista rural da Emater Ana Rosa Sonáglio.

Segundo a gestora do programa Bolsa Família, Cláudia Corral, o passeio significa desenvolver a cultura dessas mulheres através da história de Bagé. "Estamos fazendo o resgate da Associação dos Quilombolas de Palmas que expuseram os seus produtos na Praça Esporte durante a programação da Semana da Mulher", adicionou.

Participaram do evento senhoras da Vila Vicentina, grupos

mais sobre o que a mulher já conquistou até agora e o que ainda falta", concluiu.



SILVANA: avalia conquistas

Quilombo de Palmas elegeu e empossou nova diretoria

Num clima amistoso a comunidade quilombola de Palmas realizou eleição no último dia 11. Na ocasião foi eleita e empossada a nova diretoria e o conselho fiscal. Depois de enfrentar, desde abril de 2010, pressão de ruralistas para interrupção do processo de regularização fundiária das terras quilombolas, os moradores se uniram e exerceram seu direito estatutário.

Com apenas uma chapa inscrita, 28 votos favoráveis, um branco e um contrário o coordenador geral, Leomar Alves de Alves, foi reeleito para comandar a Associação das Comunidades Quilombolas Rurais de Palmas, de março de 2011 a março de 2013. Integram a chapa: vice-coordenador, Baltazar Pires Franco; tesoureiro, Gentil Edgar



DIVULGAÇÃO

ELEIÇÃO: também escolheu Conselho Fiscal

Silva Alves; 1ª secretária, Ana Luíza Soares Nunes; 2ª secretária, Adriana Feijó Franco; Conselho Fiscal: titulares; Alcibio Pires Franco, Orique Pires Ribeiro, João Luís Soares Evangelista; Suplentes; Marizete Franco Alves, Flávio Dorival Alves de Alves e Onélia Franco Marques.

Alves diz que sob sua coordenação a localidade acessou políticas públicas que trouxeram a energia elétrica, inclusão digital e rádio comunitária. No final do processo, Alves afirmou que foi a vitória daqueles que desejam o desenvolvimento do quilombo.



CONTEMPLADO: Pereira, Martens e Plentz

A Prefeitura de Açu realizou, no último sábado, o quarto e último sorteio da campanha de incentivo fiscal "Nota Solidária". O evento que aconteceu no canteiro internacional, sorteu 10 vale-compras de R\$ 500, um notebook, um microcomputador e um veículo Gol zero quilômetro - maior prêmio da promoção.

Poucos minutos depois de divulgado o número da cautela que contemplava o veículo, o universitário Cássio Pereira Pereira, 20 anos, era só alegria. "Nunca imaginei ganhar", disse enquanto posava para fotos com o carro e autoridades do município.

Cada 10 documentos fiscais ou R\$ 20 pagos em impostos municipais (ISS, IPTU e taxa de alvará) correspondiam a um cupom para participar da campanha. O secretário de Administração e Fazenda, Vitor Plentz, falou do bom resultado da campanha, que rendeu aumento de mais de R\$ 100 mil na arrecadação do ICMS, além de servir como instrumento de educação fiscal aos contribuintes.

O prefeito Gerhard Martens disse que a equipe de governo já está pensando no lançamento da próxima campanha. O evento culminou com show das bandas Renovação e Vintivê.

Aniversários

14 de março

Gabriel (Leko) Machado
Tanise Oliveira
Antônio Augusto Gomes Saraiva
Tânia Mariza Garcia de Castilhos
Gentil Luiz Barras
Aurora Noble
Cleuza Azambuja Freitas
Cléber H. Pinto
Matilde Lemos
Gilda Weinmann
Clarisse Conceição Medeiros de Lima

Berenice da Luz
Nagela Bitencourt Gonçalves
Juliana Vaz Paiva
Cláudio da Silva Ricalde
Darcy do Couto
Arlei Getúlio Gonçalves
Glória Leal Gonçalves
Euclides Félix Paiva Vargas
Karen Duarte
Anderson Torres Franco

ANEXO I- Organização comunitária

Jornal Minuano

Bagé, SÁBADO, 25 e DOMINGO, 26 de junho de 2011

Minuano Cidade

Edital de delimitação de área em favor dos quilombolas reabre discussão fundiária

O assunto da desapropriação de terras na região do Distrito de Palmas em favor dos quilombolas começou a ganhar repercussão em abril do ano passado, quando os pequenos produtores foram notificados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá) sobre vistorias nas propriedades, com o objetivo de demarcação. Na oportunidade, chegou a ser anunciado que o Incrá já trabalhava há alguns meses no assunto. Desde então, um verdadeiro embate se formou entre ruralistas e quilombolas. Movimentos chegaram a tentar impedir o levantamento do instituto.

No final de maio deste ano, porém, o Diário Oficial da União publicou edital de delimitação, tornando pública a regularização fundiária da área reivindicada pela comunidade remanescente do Quilombo de Palmas. Isso significa dizer que, passadas todas as etapas do processo, todos os proprietários da localidade deverão ceder suas propriedades aos quilombolas, representados por uma associação. O edital lista os indicativos de cada área a ser desapropriada. O que aban-

coletiva. A publicação do edital é muito positiva, pois é um importante passo para a titulação de fato", avalia o líder do movimento negro em Bagé e membro da Coordenação Política Estadual do Movimento Negro, César Jacinto. Ele lembra, ainda, que as terras serão cedidas em favor da associação dos quilombolas, responsável, pela sua avaliação, por muitos avanços na comunidade, como a instalação de uma rádio comunitária, antena de internet e o projeto Luz para Todos. Jacinto explica que os quilombolas que tiverem que

fala de Jacinto. Ele diz que o fato de que os quilombolas também precisariam perder seus títulos em favor do coletivo ficou muito claro desde as primeiras reuniões com o Incrá. "Se alguém diz que não sabia não é verdade, pois tudo foi muito bem explicado", comenta, dizendo que a associação não interfere no andamento do processo, que faz parte de uma política federal. Alves acrescenta, ainda, que se o morador quiser permanecer na área, mesmo depois da desapropriação, será aceito, desde que não seja parte de

REUNIÃO: grupo afro-descendente reivindica território

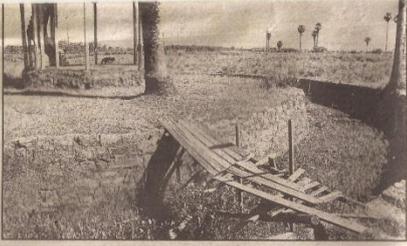
FESTIVIDADE: inauguração de rádio reúne comunidade

ENCONTRO: comunidade discute





ANEXO J— Reprodução de trecho do discurso de uma liderança quilombola na Assembleia Legislativa do RS em 2011



Eliege Alves
Líder comunitária do Quilombo de Palmas (Bagé/RS)

Consciência negra

Infelizmente estamos testemunhando uma estagnação do Direito nesse país. É de conhecimento geral toda problemática que os povos indígenas e quilombolas passam. A Constituição Federal aponta os direitos territoriais desses povos, mas a máquina pública tem sido lenta, morosa e, me arrisco a dizer, desleixada no cumprimento de seu papel no que diz respeito à garantia desses direitos, fazendo parecer que são propostas os espaços políticos e temporais e a omissão de segmentos governamentais, onde os latifundiários e seus representantes conseguem se infiltrar com a finalidade de desconstruir ou obstruir a caminhada rumo à conclusão dos processos.

Se seguirmos por esse caminho, eu me pergunto:

- Até onde é verdadeira a democracia brasileira?
- Onde está a linha divisória entre o direito dos povos historicamente oprimidos e a concretização e efetivação das ditas políticas afirmativas a eles direcionadas?
- Até quando veremos o abuso do poder econômico, a prepotência e o racismo serem os verdadeiros detentores do poder que decide se os menos favorecidos terão acesso ou não a seus direitos?
- Até quando a impunidade será o motivo principal do desrespeito, e a tolerância promoverá os abusos com os oprimidos desse país?

Meus amigos, infelizmente eu vejo se aproximando o momento em que teremos uma segregação racial disfarçada de democracia em nosso país, pois sinto que as pessoas que estão no poder e querem a verdadeira democracia são cada vez em número menor e encontram mais dificuldades para fazerem valer os seus propósitos.

As dificuldades, impostas pelo sistema, dificultando o acesso dos pobres às universidades federais (vestibulares pesados, concorrência desigual com candidatos oriundos de centros educacionais privados, a falta de um ensino público de qualidade, etc.) geram uma reserva de vagas para os filhos da elite fazendo com que os jovens oriundos da pobreza não tivessem um futuro de igualdade. O resultado disso se vê nas filas de desempregados, nas filas do SUS e na ambulatórioterapia, que, entre outros, são os sinais evidentes da segregação socioeconômica promovida pela elite desse país sem que nada fosse feito para proteger os desfavorecidos.

Quando um partido político abre processo no Supremo Tribunal Federal contra o sistema de cotas para afrodescendentes e contra o decreto 4887/2003, estamos diante da mais clara demonstração de racismo e exclusão socioeconômica, e daí até vemos pobres e negros proibidos de frequentarem os mesmos locais (ruas, lojas, restaurantes, etc.) é uma questão de tempo.

É inadmissível que um país que alardeia sua democracia social, que recentemente saiu de uma ditadura militar, feche os olhos e deixe que uma elite minoritária, financeiramente abastada, remanescente do coronelismo e do militaris-

glauber@jornalminuano.com.br
Fale com a redação: redacaominuano@gmail.com
www.jornalminuano.com.br

Expediente

FAT - Jornal Minuano
CGC Nº 87415725/0012-81

AD Associação dos Indígenas do Rio Grande do Sul | **ABRARJ** Associação Brasileira de Racião e Justiça

Editor Geral
Glauber Pereira - 7854

Gerência Administrativa e Financeira
Virgínia de F. Duarte Rosa

Editor Assistente Geral - Antônio L. Girasol • **Chargista** - Cláudio Falcão
• **Reportagem Social** - Gilmar do Quadros • **Reportagem** - Fernando Marinho Tólio - Stela Vasconcelos - Márcia Sousa - Viviane Becker - Mariza Costa - Cláudio Falcão - Dora Beledo - Marcel Nunes - Melissa Louçã • **Diagramação** - Sandro Leal - Luís Mário Pereira - Vinícius Silva • **Revisão** - Mariálda Silveira Monteiro • **Gerência Comercial** - Leisa Sória • **Assistente Comercial** - Suellen Vieira Farias Conceição • **Assistente Administrativo** - Mirian Cokque • **Gerência de Circulação** - Daniel Guasque • **Fotos** - Francisco Gomes Bosco e Francisco Rodrigues • **Colaboradores** - George Teixeira Giorgis - José Carlos Teixeira Giorgis - Luiz Godinho - Marcelo Teixeira - Luiz Coronel - Dom Gillo Felício - Sapiro Brito - Roberto Assumpção Gaffrée - Renato Marsiglia - Ana Maria Loureiro de Souza Delabary - Lilian Vivian - Vinícius Silva - Josias Borges - Nando Farinha - Enderogo - Brigadeiro Márcio, 72 • **Impressão** - Gráfica do Jornal A Platéia - Santana do Livramento

REDAÇÃO: Fone/Fax (0**53) 3242-7693
ASSINATURAS (0**53) 3241-6377

OBS.: Os artigos assinados não refletem, necessariamente, a posição do jornal. Por isso, a editoria não se responsabiliza pelas opiniões emitidas.

mo oprimira e desrespeite, pisando nos direitos dos povos que originalmente geraram suas riquezas, sendo os verdadeiros protagonistas do progresso desse país. Ninguém seria hoje fazendeiro, usineiro, empresário, etc., se no passado os escravos não fossem a mão de obra utilizada e os índios não tivessem sido dizimados para que os espaços e as riquezas ficassem com os europeus que, aqui chegando, se intitularam "donos" e sob o argumento da colonização do Brasil praticaram o tráfico de escravos e o genocídio indígena; portanto, nada mais justo que se lute incessantemente por igualdade social e econômica.

Até quando será permitido que alguns políticos, pagos a peso de ouro com o dinheiro do povo, promovam o desrespeito aos direitos dos cidadãos brasileiros e à constituição desse país, gastando dinheiro dos cofres públicos para promoverem espetáculos de humilhação e desrespeito aos negros e índios, usando espaços públicos e artimanhas políticas para mascararem a intolerância nessa nação?

Onde vamos parar?
Parabéns aos que promovem a verdadeira democracia em um ambiente tão hostil!
Parabéns aos movimentos sociais que, apesar de toda perseguição e desrespeito, continuam heroicamente atuando!
Força, coragem e luz divina para os povos indígenas e quilombolas, que, atualmente, são perseguidos de todas as formas e por todos os meios; que não se intimidem e sigam em frente na justa luta pelo respeito a seus direitos e a sua dignidade humana; que essa valerosa gente não tema nem se deixe abater pelos capatazes do medo da modernidade, nem pelos atos de mesquinhez e covardia da elite desse país, pois essas mentes pobres de espírito e de moral serão os descartes do amanhã e ocuparão seu legítimo espaço em um presídio qualquer ou na prisão de algum poderoso.

Desejo, do fundo do coração, que os políticos dignos e honrados desse país não deixem aprovar nenhum documento (Pec's, projetos, decretos ou nome que quiserem) que venha a obstruir ou violar os direitos desses povos; e que o Supremo Tribunal Federal faça, de fato, justiça e acabe com as pretensões de destruírem nosso decreto, para que, finalmente, termine a saga de perseguições e negações aos direitos adquiridos desses povos e que possamos, finalmente, usufruir da verdadeira igualdade e liberdade tão desejada ao longo dos séculos!

Seguindo o exemplo do herói Zumbi dos Palmares, não aceitaremos acordos e iremos sempre lutar por nossos direitos!

A felicidade dos negros é uma felicidade guerreira.
Meu muito obrigada!

Transcrição do discurso feito pela líder comunitária do Quilombo de Palmas (Bagé/RS), Eliege Alves, na audiência pública de 14 de novembro de 2011, no Teatro Dante Barone da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul.

ANEXO K- Matéria jornal Minuano sobre reconhecimento da comunidade

www.jornalminuano.com.br **mi**

Cidade | 03
BAGÉ, 18 e 19 DE FEVEREIRO DE 2017

Inkra reconhece áreas do distrito de Palmas como território quilombola

Por meio de portaria publicada, ontem, no Diário Oficial da União, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Inkra) reconheceu a área de Palmas, em Bagé, como Remanescente Quilombola. O local, agora, será demarcado e as áreas serão divididas entre as famílias.

A portaria prevê o reconhecimento de 837,984 hectares como território quilombola, compostos pelas áreas Rincão da Pedreira e Rincão dos Alves (751,57 ha), Campo do Sr. Ourique (41,929 ha) e Rincão do Inferno (44,485 ha). Deste total, 405 hectares já são áreas ocupadas pelos descendentes de quilombolas. Os outros 432 hectares abrangem 19 proprietários rurais. Com o reconhecimento, o processo de regularização do território (que culmina com a titulação em nome da comunidade) avança, aguardando, agora, a decretação de áreas a serem desapropriadas.

O presidente da Associação de Comunidades Quilombolas de Palmas, José Alves, afirma que a decisão é uma vitória para a comunidade. "Agora essa decisão mostra a verdade", diz.

Ele destaca que, após o processo de demarcação das terras, que será realizado pelo Inkra, o processo de divisão ficará à cargo dos próprios moradores. "A divisão vai ser feita pela própria comunidade. Essa regularização nos deu a possibilidade de ampliar as áreas de trabalho, porque vivemos oprimidos em um canto", destaca. Alves ressalta, ainda, que a decisão também facilitará na obtenção de financiamentos que, até então, não eram possíveis porque as áreas não eram regularizadas. Atualmente, 37 famílias (mais de 120 pessoas) vivem no local.

Para o técnico do Inkra-RS, José Rui Tagliapietra, que acompanhou o processo, a portaria destaca a luta da comunidade na busca dos seus direitos. "As famílias tiveram que enfrentar inúmeras situações difíceis e conflituosas, resistindo em seu território com amplo apoio do Ministério Público Federal e da Defensoria Pública

agora essa decisão mostra a verdade", diz.

Ele destaca que, após o processo de demarcação das terras, que será realizado pelo Inkra, o processo de divisão ficará à cargo dos próprios moradores. "A divisão vai ser feita pela própria comunidade. Essa regularização nos deu a possibilidade de ampliar as áreas de trabalho, porque vivemos oprimidos em um canto", destaca. Alves ressalta, ainda, que a decisão também facilitará na obtenção de financiamentos que, até então, não eram possíveis porque as áreas não eram regularizadas. Atualmente, 37 famílias (mais de 120 pessoas) vivem no local.

Para o técnico do Inkra-RS, José Rui Tagliapietra, que acompanhou o processo, a portaria destaca a luta da comunidade na busca dos seus direitos. "As famílias tiveram que enfrentar inúmeras situações difíceis e conflituosas, resistindo em seu território com amplo apoio do Ministério Público Federal e da Defensoria Pública

Divulgação



Processo de regularização da comunidade de Palmas foi aberto em 2005

Origens

Conforme o relatório de regularização do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação do território quilombola do Rio Grande

Este é o 14º território quilombola do Rio Grande